



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO DE 2018

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão é o instrumento através do qual a Câmara Municipal cumpre o objetivo de prestar informação adicional às demonstrações financeiras relativas ao exercício económico do ano de 2018, tendo em vista proporcionar a melhor análise e interpretação dos dados financeiros e económicos que constituem os Documentos de Prestação de Contas relativos a este exercício.

Para esse efeito, são reproduzidos no presente Relatório alguns dos quadros e gráficos que melhor podem estabelecer o enquadramento dos resultados alcançados com as condicionantes ocorridas durante o ano de 2018, bem como a comparação entre os objetivos pretendidos e os resultados efetivamente atingidos.

Este enquadramento deve, desde logo, considerar algumas circunstâncias concretas e influenciadoras da situação transposta nos documentos de prestação de contas, como sejam:

1. A natureza especial das autarquias locais, a quem é aplicado um sistema específico de normalização contabilística que, na prática, faz articular e convergir dois tipos de contabilidade, a orçamental e a patrimonial, mas que produzem informações financeiras diferenciadas consoante a perspetiva de observação de cada uma delas.
2. O reconhecimento e valorização de ativos fixos, sejam imobilizações corpóreas ou incorpóreas, ou sobretudo os bens do domínio público, não evidencia ainda de forma completamente ampla o património real do Município, não obstante o esforço que tem vindo a ser desenvolvido no sentido de dar continuidade ao processo de valorização de todos os elementos do ativo, designadamente em relação a existências, cujo trabalho foi iniciado em janeiro de 2019, de modo a que as demonstrações financeiras do exercício em curso venham já a incluir informação e reconhecimento contabilísticos desta conta.
3. A atividade financeira do Município é substancialmente dependente da sua participação financeira no Orçamento de Estado e, numa expressão mais reduzida, das receitas próprias em impostos e taxas, sendo que a atividade de investimento do Município nos últimos anos tem sido largamente suportada no acesso aos financiamentos por fundos comunitários, situação que no ano de 2018 registou uma ligeira melhoria relativamente aos anos anteriores, dado que entraram em execução alguns dos investimentos beneficiários de financiamento comunitário e que, por isso, permitiram iniciar a inversão da tendência de decréscimo que se vinha registando em anos anteriores, devido às dificuldades no arranque do novo ciclo de programação relativo ao Portugal 2020. É certo que, tendo havido um enorme esforço em matéria de preparação de projetos e de submissão de candidaturas e ainda de reprogramação



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

de algumas operações que já haviam sido objeto de aprovação, estas não refletiam ainda uma atividade efetiva neste período de vigência do Portugal 2020 em termos de desenvolvimento de projetos concretos de investimento e de recebimento de participações, situação que em 2018 melhorou substancialmente como mais adiante se fará referência numa abordagem em concreto desta matéria.

4. Dada a sua natureza integralmente pública e sem carácter lucrativo, o Município não tem por vocação ou finalidade produzir resultados positivos do ponto de vista financeiro, visto que o resultado obtido em cada exercício não deve ser apenas económico, mas deve também incorporar as perspetivas social, cultural, desportiva, do empreendedorismo, do desenvolvimento, do turismo e da afirmação com Município como um todo, sem perder de vista o objetivo de sustentabilidade.
5. Por último e à semelhança do que já tinha ocorrido numa forma bastante intensa na parte final do ano de 2017, também todo o ano económico de 2018 foi significativamente impactado pelos efeitos dos incêndios que atingiram todo o território do Município de Oliveira do Hospital nos dias 15 e 16 de outubro, tendo sido dada sequência às ações de socorro e recuperação das atividades económicas, sociais e familiares aos mais diversos níveis, de tal modo que:
 - 5.1 Foi necessário continuar a encontrar as respostas que era necessário dar às pessoas, às famílias e às empresas, minimizando os danos e os enormes impactos que os incêndios lhes causaram;
 - 5.2 Procurou-se elevada articulação com as diversas entidades no sentido da canalização dos apoios a favor dos seus destinatários mais carenciados;
 - 5.3 Foi prestada assistência de forma continuada a todas as pessoas afetadas pelos incêndios durante o período em que ainda não tinha sido possível o regresso à normalidade, designadamente ao nível de alojamento alternativo para as famílias que ficaram sem as suas habitações e de assistência em termos de suprimento de carências alimentares, de vestuário, de utensílios domésticos e outras;
 - 5.4 Foi também dada continuidade ao programa Renascer, numa ação alargada à participação de um vasto conjunto de intervenientes dentro e fora da autarquia e dentro e fora das instituições que conosco têm estado envolvidas, no sentido de assegurar o acesso e o benefício em concreto dos mecanismos de apoio colocados ao serviço das vítimas dos incêndios, seja ao nível das empresas, seja ao nível das atividades agrícolas, seja ainda ao nível das habitações permanentes, cujo processo tem decorrido de forma bastante satisfatória, apesar das circunstâncias que perturbaram o seu arranque de forma mais eficaz;
 - 5.5 Foram também já desenvolvidos diversos procedimentos vocacionados para a criação de uma medida específica de incentivo à recuperação das habitações não permanentes, da qual se esperam bons resultados ao nível da satisfação das pretensões particulares das pessoas e famílias afetadas pelos incêndios a este nível, bem como em termos de recuperação do património edificado em geral.
 - 5.6 Por último, foi iniciada a reposição dos bens e infraestruturas sob responsabilidade do Município afetados pelos incêndios, tendo sido obtido o financiamento



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

adequado por parte do Fundo de Solidariedade da União Europeia, sendo que os restantes investimentos serão executados ao longo do ano de 2019.

Importa salientar que as propostas de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2018 foram preparadas e aprovadas tendo como orientação principal a implementação de todas as medidas de intervenção relacionadas com o programa Renascer, designadamente ao nível dos pequenos arranjos nas habitações afetadas de forma menos destrutiva; do apoio às empresas e aos particulares nos mais diversos domínios de atenuação das suas principais dificuldades e carências, desde logo através da criação do Gabinete de Apoio às Empresas Vítimas do Incêndio e de outras infraestruturas locais de auxílio na preparação e submissão de candidaturas por parte das empresas, por parte das pessoas afetadas com a perda total ou parcial das casas de habitação permanente e por parte das pessoas com prejuízos agrícolas; mas também ao nível da articulação com todos os parceiros envolvidos neste processo, sendo aqui de destacar o papel insubstituível assumido pelas juntas e uniões de freguesias e que se tem mantido até hoje, com total disponibilidade e sentido de entre-ajuda e compromisso com o interesse público.

Por outro lado, as linhas principais de atuação perspetivadas para o exercício de 2018 mantiveram-se também fiéis ao rumo que vem sendo seguido em prol do desenvolvimento do território do concelho de Oliveira do Hospital e da afirmação das suas principais potencialidades, tendo em vista obter o melhor posicionamento em termos de captação de novos investimentos e de novos residentes e visitantes. Em concreto, o desempenho obtido do exercício transato manteve-se balizado pelos seguintes quatro vetores essenciais de orientação:

Em primeiro lugar, uma permanente postura de sustentabilidade e equilíbrio financeiro do Município, quer através da obtenção de mais ganhos de eficiência nas diversas áreas relacionadas com o funcionamento de instalações e consumos de natureza regular, quer também por meio da escolha das opções mais vantajosas do ponto de vista do interesse económico do Município em matérias relacionadas com os investimentos, com o apetrechamento de instalações e serviços e com a assunção de novos encargos de carácter continuado.

Em segundo lugar, um elevado ênfase nas políticas de apoio às camadas mais desfavorecidas da população, com particular destaque para os mais atingidos pelas consequências dos incêndios de 15 e 16 de outubro de 2017, mas também através do fomento da empregabilidade e do apoio às principais carências manifestadas pelas demais famílias carenciadas em matéria de condições de habitabilidade, apoio à primeira infância e incentivos à frequência do ensino superior.

Em terceiro lugar, um reforço da relevância que deve ser dada às matérias relacionadas com os instrumentos de gestão territorial e com os mecanismos vocacionados para apoiar e definir o desenvolvimento estratégico do território municipal, tendo por base essencial o Plano Diretor Municipal em vigor, mas também o bom aproveitamento dos elevados investimentos municipais realizados em ordem ao apetrechamento dos serviços municipais com meios tecnológicos de elevada utilidade, designadamente os referentes ao projeto SIG - Sistemas de Informação Geográfica e ainda os investimentos levados a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

efeitos em parceria com a Associação de Municípios da Cova da Beira em matéria de cadastro georreferenciado das infraestruturas de saneamento básico. Nesta matéria, a alteração parcial do Plano Diretor Municipal executada no exercício de 2017 e aprovada no ano de 2018 veio permitir uma melhor adequação do Plano às novas dinâmicas que os aglomerados do concelho vinham evidenciando em termos de expectativas de crescimento em novas construções e novos investimentos, dentro de um esforço que tem uma natureza permanente e contínua, a ponto de já se terem iniciado as diligências tendentes à realização da segunda revisão geral do Plano Diretor Municipal.

Em quarto lugar, o reforço do alinhamento com a política de investimentos do Município e a sua articulação com o envelope financeiro através do Portugal 2020, seja através do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Oliveira do Hospital, seja pela via do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM – Região de Coimbra, seja também com recurso direto ao POSEUR – Programa Operacional de Sustentabilidade e Uso de Recursos, ao qual foram recentemente apresentados mais 11 novos projetos de investimento na área do saneamento básico, ou ainda procurando outras linhas de financiamento destinadas à cobertura de alguns investimentos em áreas específicas.

A realização do ano económico do 2018 foi indelevelmente marcada por todas estas linhas essenciais de atuação, seja ao nível da fase preparatória que envolveu a realização de inúmeras diligências junto de instituições regionais e nacionais através das quais são canalizados os apoios financeiros que sustentam a estratégia de investimento do Município, seja ao nível do desenvolvimento em concreto dos procedimentos e das realizações que dão corpo aos principais investimentos elencados no âmbito da estratégia atrás mencionada, seja ainda ao nível dos atos quotidianos de decisão e realização levados a efeito por parte dos responsáveis autárquicos em relação aos diversos pelouros e setores de atuação que estruturam a atividade do Município.

Nessa medida, o presente Relatório, bem como os documentos de prestação de contas que o acompanham, visam fornecer um conjunto de informação consistente que é representativa da atividade do Município realizado ao longo do último exercício económico e é também demonstrativa de que aqueles propósitos essenciais foram substancialmente atingidos e também de que o foram em total respeito por um clima de consenso e concertação permanentes entre a generalidade dos agentes políticos e em total obediência a um desígnio de serviço permanente ao interesse público municipal e de compromisso firme com o desenvolvimento económico e social das nossa comunidades e do território do concelho como um todo.

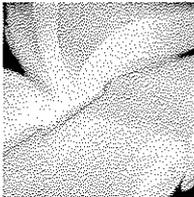


VISÃO, MISSÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Visão

O Município orienta a sua ação no sentido de apostar na qualidade e na gestão do conhecimento, aproveitando e criando oportunidades que permitam desenvolver o Concelho de Oliveira do Hospital, tornando-o mais competitivo e atrativo a nível económico, cultural e social.



Missão

O Município tem como missão garantir o bem-estar da população, através do desenvolvimento integrado e sustentado do território.



Valores

O Município orienta a sua atividade no respeito integral e permanente pelos valores da Isenção, da Transparência, do Rigor, da Qualidade, da Orientação para a Munição, da Inovação e da Pró-atividade.



Objetivos Estratégicos

1. Qualidade do Serviço e Impacto na Sociedade:
Desenvolver uma nova cultura organizacional
Melhorar a relação Organização – Munição
Incrementar o uso alargado das novas tecnologias
Simplificar e desburocratizar procedimentos

2. Valorização dos Recursos Humanos:
Promover a formação dos trabalhadores
Incrementar a comunicação entre os diversos níveis organizacionais
Implementar novas práticas de gestão de recursos humanos

3. Desenvolvimento Sócio-económico do Concelho:
Implementar e melhorar a rede de infraestruturas
Promover o desenvolvimento turístico
Melhorar o apoio social
Adequar a oferta educativa às necessidades do Município
Promover a cultura, reforçando as tradições locais e envolvendo as populações.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO

Seguindo uma estratégia orientada no sentido de tomar posição financeira em entidades cuja atividade ou objeto social tenha interesse estratégico ou funcional para o Município, tendo em vista a melhor prestação dos serviços e utilidades que a Câmara Municipal coloca à disposição das suas comunidades e populações, o Município detinha em 31 de dezembro de 2018 as seguintes participações financeiras:

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS					
Rubrica POCAL	Entidade	Capital Próprio / Fundo Patrimonial (Exercício 2018)	Resultado Líquido (Exercício 2018)	Particip. Social	Saldo Final
				%	
41131	WRC-Web Região Centro, ADR, SA b)	388 886,00 €	-251 951,85 €	0,36%	5 000,00 €
41132	Município-EMP. Cartograf. Sist. Inf., EM, SA	3 342 947,98 €	6 093,08 €	0,16%	4 985,01 €
41133	Matadouro Regional da Beira Serra, SA	569 185,83 €	-355 091,35 €	2,22%	24 000,00 €
41134	CoimbraVita - ADR, SA	a)	a)	1,48%	9 980,00 €
41135	Águas do Vale do Tejo, S.A.	200 510 306,00 €	5 943 127,00 €	0,55%	459 315,00 €
41136	CESAB - Centro de Serviços do Ambiente	875 171,55 €	-107 119,82 €	0,40%	1 500,00 €
41137	BLC3 - Campus de Tecnologia e Inovação c)	3 259 735,42 €	8 792,30 €	44,00%	7 000,00 €
4122	FAM - Fundo de Apoio Municipal				439 596,00 €
a) - Informação não disponível			b) De 2017	c) De 2016	951 376,01 €



Para além destas, a Câmara Municipal integra ainda a gestão de outras entidades de que foi cofundadora, designadamente a Serra do Açôr – Associação de Desenvolvimento Regional, a Adeptoliva – Associação para o Ensino Profissional dos Concelhos de Tábua, de Oliveira do Hospital e de Arganil e a ADI – Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital e integra, na qualidade de associado, a ADXTUR – Agência de Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, a ADIRAM – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha e a Associação Geopark Estrela. Foram igualmente desenvolvidas diligências no sentido da criação da empresa intermunicipal Águas Públicas da Serra da Estrela, E.I.M., S.A., conjuntamente com os municípios de Seia e Gouveia.



No âmbito das restantes entidades intermunicipais e para além da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portuguesas e suas secções, o Município está também integrado na AMRPB – Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão e na CIM-RC – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, em cujo Conselho Intermunicipal o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital ocupa, pelo segundo mandato consecutivo, uma das vice-presidências.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE GERAL AO ANO ECONÓMICO

O ano de 2018 registou um crescimento da economia mundial relativamente modesto, com as principais zonas económicas a registarem abrandamento, à exceção dos Estados Unidos que apresentam crescimentos consistentes desde 2016. Apesar das guerras comerciais levadas a cabo contra o gigante chinês, a economia americana reagiu bem ao programa de cortes fiscais e de aplicação maciça de novas tarifas alfandegárias e nem as mexidas nas taxas de juro da reserva federal impediram que os EUA tenham atingido um crescimento do PIB de 2,9%, uma descida da taxa de desemprego para menos de 4% e uma inflação que se ficou por 1,9%, portanto, com indicadores de elevada sustentabilidade e de enorme capacidade competitiva face aos outros grandes blocos económicos mundiais.

A Zona Euro corrigiu um pouco o crescimento que tinha alcançado em 2017, com reflexos nos países com economias mais frágeis e comprometidas com elevados endividamentos externos tendo, apesar de tudo, ocorrido uma alavancagem estratégica muito importante através da atuação do Banco Central Europeu ao nível da manutenção das taxas de referência e do programa de compra de ativos das principais instituições financeiras. Alemanha e Itália apresentaram crescimentos inferiores à média da Zona Euro, deixando alertas para os perigos de contágio que possam resultar por os restantes países europeus, enquanto que Portugal e Espanha conseguiram apresentar crescimentos mais favoráveis e superiores à media europeia.

Por seu lado, o Reino Unido continua a evidenciar alguns sinais de preocupação, entretanto agravados pela enorme instabilidade política e pelos receios de reflexos para a economia britânica derivados das incertezas que caracterizam o processo de saída do Reino Unido da União Europeia, cujos impactos poderão ser avassaladores, não só localmente, como para toda a União Europeia.

As chamadas economias emergentes, embora com crescimentos positivos, registaram crescimentos inferiores aos verificados em 2017, sendo que a China e a Índia mantêm crescimentos dos seus PIB na fasquia dos 7% anuais, ao passo que Rússia, Brasil e África do Sul, por ordem decrescente, apresentam taxas idênticas às observadas em 2017.

Em Portugal o ano económico fechou com um crescimento do PIB de 2,1%, inferior ao valor final de 2,8% registado em 2017 mas, ainda assim, superior à média da zona euro, que terá registado um crescimento económico de 1,9%, uma taxa de desemprego de 8,2% e uma inflação média de 1,7%. Nesse sentido, Portugal permanece num nível aceitável de melhorias e relação a alguns dos principais indicadores que concorrem para a formação do PIB, sendo de destacar, desde logo, o consumo privado que se manteve com uma taxa de + 2,3% observada em 2017, mas também o consumo público que sobre de 0,2% em 2017 para 0,7% em final de 2018 e a descida das importações, de 8,1% em 2017 para 4,1% em 2018.

Do lado mais negativo deve também registar-se a diminuição dos crescimentos ao nível da formação bruta de capital fixa, que passam de 9,2% para 3,9% e das exportações, cujo crescimento anual baixou de 7,8% para 3,6%.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

O desemprego desceu para 7,0% no final do ano de 2018, inferior, portanto, à taxa média de desemprego da Zona Euro, que foi de 8,2%. Em Portugal, este valor situava-se em 11,0% no final de 2016, reduzindo do valor final de 12,4% de dezembro de 2015, pelo que o valor no final do exercício findo permite continuar a acalantar boas perspetivas quanto a uma redução ainda mais consistente nos próximos anos.

No contexto do território do próprio município, o exercício económico de 2018 registou, pelo segundo ano consecutivo, uma inversão na tendência que vinha dos anos anteriores, muito afetados pela crise económica que teve o seu pico nos anos de 2012/2013 e que impôs a todas as organizações, e em especial às entidades públicas, um enorme esforço de contenção financeira, afetando substancialmente a capacidade de realização de investimentos públicos, que já de si sofria do atraso que afetou todo o início e o arranque do Portugal 2020.

Iniciada essa inversão da tendência no ano de 2017, o último exercício veio dar-lhe a devida consistência, de tal modo que foi possível atingir um nível de esforço de investimento cujo valor de quase 4,2 milhões de euros apenas foi suplantado pelo valor obtido no ano de 2011, já antes referenciado como o ano mais marcante em termos de realização de investimentos com enquadramento no QREN no que respeita aos financiamentos externos.

Outro dos indicadores mais relevantes que caracterizam o exercício de 2018 é o que se refere ao volume total de receitas, o maior de sempre no Município de Oliveira do Hospital e que, com um valor final de 18.851.980,68 €, ultrapassa em + 2.675.505,06 € o melhor valor dos últimos anos, exceto 2017, que foi o de 2011 com um total de receitas de 17.239.862,41 €. Vale a pena recordar que o exercício de 2017 tinha fechado com um valor total de 17.486.274,07 €, evidenciando assim um acréscimo de cerca de 1,4 milhões de euros entre 2017 e 2018.

Esta subida fica essencialmente a dever-se ao crescimento de 1,3 milhões de euros obtidos em receitas de capital, mais concretamente em transferências de capital o que, por sua vez, proporcionou um acréscimo considerável em despesas de capital e, dentro destas, em aquisição de bens de capital, cujo volume diz totalmente respeito a investimentos, num montante final de 4.175.108,82 €.

Como é sabido, a grande maioria da despesa realizada com investimentos no ano de 2018 diz respeito aos projetos incluídos na estratégia de abordagem do Município à fonte essencial de financiamento do investimento municipal que assenta no acesso aos fundos comunitários disponibilizados no contexto do atual quadro de programação designado por Portugal 2020.

Não obstante as referências que mais adiante se farão com informação mais detalhada sobre esta matéria, deve destacar-se desde já que os valores obtidos em termos de despesas de investimento resultam do cumprimento dos principais objetivos com que o Executivo Municipal se comprometeu para o exercício de 2018, designadamente em matérias relacionadas com o saneamento básico, regeneração urbana e requalificação de equipamentos nas áreas cultural, da educação e da saúde.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Em matéria de saneamento básico foram realizados todos os projetos que tinham sido objeto de candidatura ao POSEUR e designadamente os que envolveram a rede de abastecimento de água a Parceiro, Covão e Alentejo e os Sistemas de Águas Residuais, incluindo ETAR's em Chamusca da Beira, Póvoa das Quartas, Galizes, Vilela, Negrelos, Póvoa de São Cosme, Seixas, Vale Torto, Lourosa e Chão Sobral. Todas as operações se encontram concluídas, exceto a referente a Lourosa, não apenas devido às interferências com o investimento relacionado com a envolvente à Igreja de São Pedro de Lourosa, mas também porque o mesmo sistema de águas residuais foi acrescentado com o prolongamento da rede de coletores e a construção de duas estações elevatórias de modo a cobrir uma área urbana mais vasta e assim justificar ainda mais o investimento realizado na construção da ETAR.

Em matéria de investimentos integrados no PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Oliveira do Hospital, já foi executada e concluída a operação relativa à Requalificação da Av. Dr. Carlos Campos e já está em curso a Requalificação e Refuncionalização do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas e da Casa da Cultura, após ter sido aprovada a respetiva candidatura pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020 e depois de obtido o Visto do Tribunal de Contas sobre o contrato da empreitada.

Para além disso, foram também já aprovadas pela Autoridade de Gestão as candidaturas relativas à Requalificação e beneficiação da Rua Virgílio Ferreira e Rua Alexandre Herculano, bem como à Requalificação e beneficiação da área norte da cidade, das quais a primeira empreitada já se encontra em execução.

Todas as restantes candidaturas incluídas no PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana e no PAICD – Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas foram também submetidas à Autoridade de Gestão do Centro 2020 para aprovação.

Quanto aos projetos integrantes do Quando de Investimentos anexo ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM – Região de Coimbra e relativos ao Município de Oliveira do Hospital, estão em execução a “Igreja de São Pedro de Lourosa - Arranjos dos Espaços Envolventes”, a operação designada por “Ruínas Romanas de Bobadela e que inclui a “Requalificação e Refuncionalização da Casa Amarela para Centro de Investigação e Promoção da Cidade Romana da Bobadela” e a “Musealização do Centro de Acolhimento e Interpretação” e a “Remodelação da Unidade de Saúde de Ervedal da Beira”.

Foram também já apresentadas as candidaturas relativas aos projetos na área da educação, como sejam a relativa à “Escola Secundária de Oliveira do Hospital”, que já foi aprovada e se encontra em execução, bem como a relativa ao “Campus Educativo de Oliveira do Hospital”, que consideramos de elevada importância estratégica e que deverá merecer aprovação muito brevemente.

Atravessamos, portanto, um ciclo intenso de grandes investimentos, que incluem ainda a Expansão Sul da Zona Industrial de Oliveira do Hospital e que se espera vir ainda a ser acrescentado com os investimentos na área do saneamento básico referentes às 11 novas candidaturas apresentadas já no decurso de 2019 aos POSEUR.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

O que significa que, se por um lado os mesmos investimentos são o testemunho da elevada capacidade do Município no acesso aos fundos comunitários, são ao mesmo tempo um enorme desafio em termos de comprovação da capacidade de concretização efetiva dos investimentos a que nos propomos e, sobretudo, uma grande exigência no que respeita à necessidade de assegurar os fundos necessários à cobertura da contrapartida financeira interna, só possível com uma situação de grande estabilidade e contenção na estrutura económica e financeira do Município.

Como também veremos mais adiante e com maior detalhe, esta condição está suficientemente espelhada nos resultados alcançados em termos de execução orçamental no exercício de 2018, a qual regista um reforço da capacidade financeira do Município, que se demonstra na generalidade dos seus principais valores e indicadores. Desde logo, as receitas totais, que registaram um aumento geral de 1.365.706,61 € (+ 7,81%), melhorando assim em 2018 o melhor resultado de sempre que já tinha sido alcançado no exercício anterior de 2017. Este aumento nas receitas fica sobretudo a dever-se ao acréscimo de 1.306.465,69 € nas Transferências de capital, uma vez que o acréscimo de 350 mil euros nas receitas correntes face a 2017 serviu para contrabalançar a diminuição de quase 300 mil euros no saldo da gerência anterior, que constituiu receita em 2018 pelo montante de 1.719.823,74 €. O volume total de receita contou também com o contributo da conta de Passivos financeiros que registou uma entrada de 1.000.000,00 € por conta do empréstimo de 2 milhões de euros aprovado durante o exercício de 2016, à semelhança do que já tinha ocorrido no exercício de 2017 onde se tinha registado a primeira entrada por conta da mesma operação financeira passiva.

A despesa registou também uma variação positiva, embora inferior à ocorrida nas receitas, tendo apresentado um acréscimo de 553.888,32 € (+ 3,50%), repartido entre aumento de despesas correntes, com mais 216.293,80 € (+2,02%) e aumento de despesas de capital, com mais 337.594,52 € (+6,62%), sendo que foi aqui mais significativo o aumento ocorrido em Aquisição de bens de capital – Investimentos, no montante de 535.534,54 €, o qual foi contrabalançado pelas diminuições significativas ocorridas em Transferência de capital e em Ativos financeiros.

A situação financeira da autarquia regista, portanto, uma consistência mais tranquilizadora, que compara bem como os anos mais recentes marcados por alguma insegurança e instabilidade económica com origens exteriores ao próprio Município e que se refletiam numa tendência de redução das receitas e, por conseguinte, das despesas, mas que, a partir de 2017 se inverteu de forma expressiva e se reforçou em 2018, a ponto de gerar fortes expectativas de que se possa manter mesmo depois de passado o impacto mais forte em termos de esforço financeiro que neste momento se atravessa ao nível da cobertura da contrapartida interna dos investimentos em curso e ainda por realizar no âmbito da realização das operações com acesso aos fundos do Portugal 2020.

Por fim, no que se refere aos resultados obtidos ao nível das taxas de realização dos documentos previsionais, designadamente GOP's e Orçamento, verificaram-se respetivamente, as taxas de 68,26% para as GOP's e de 95,50% / 62,08% para o Orçamento, respetivamente em receitas e despesas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – RECURSOS HUMANOS

A valorização dos recursos humanos e a proteção dos respetivos direitos num contexto de crise, têm feito parte das prioridades do executivo em permanência ao longo dos últimos anos, procurando sempre proporcionar as melhores formas que, no atual contexto legal e dentro das limitações orçamentais existentes, permitam qualificar, motivar e dirigir os recursos humanos da autarquia em ordem ao bom funcionamento e à melhoria contínua na prestação de serviços às populações e na resposta às solicitações e expectativas dos cidadãos, em particular neste período posterior à tragédia dos incêndios de 15 e 16 de outubro de 2017, em que os recursos humanos do Município demonstraram de forma generalizada uma enorme disponibilidade e uma capacidade de resposta inigualável quando foram chamados a participar em todas as ações e chamadas de intervenção, nomeadamente em regime de voluntariado, situação que mais uma vez se deixa de forma bem expressa neste documento em testemunho do reconhecimento e gratidão que lhes são devidos por parte do Executivo Municipal.

Numa altura em que as circunstâncias ao nível nacional têm vindo a permitir, ainda que de forma muito incipiente, alguma recuperação face aos cortes remuneratórios que tinham sido aplicados aos trabalhadores em funções públicas, que se verifica ainda é uma elevada persistência das limitações legais em termos de aplicação de instrumentos de motivação dos colaboradores, designadamente através de recompensas pela via remuneratória com discriminação positiva em função do mérito e através da reposição gradual das posições remuneratórias e das progressões em níveis equivalentes àqueles que teriam sido obtidos caso não tivessem sido aplicadas as medidas restritivas no período de maior contenção.

Estabilizada que foi a estrutura orgânica da Câmara Municipal e feitos os necessários ajustamentos desta em termos de adaptação ao novo paradigma de responsabilidades e desafios com que se confrontam atualmente as autarquias locais, nomeadamente em matéria de posicionamento perante os meios de financiamento externo, fixou-se um objetivo de adequar a estrutura de recursos humanos da autarquia às reais necessidades que esta revela, em coerência, não apenas com os objetivos e desígnios a concretizar, mas também com as concretas disponibilidades financeiras que são possíveis de alocar a esta finalidade.

O ano de 2018 foi, por isso, marcado pela implementação em concreto do Programa de Regularização de Vínculos Precários, aprovado pela Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, cujo procedimento concursal permitiu solucionar todas as situações de precariedade de vínculos contratuais que, até ao limite das necessidades definidas pelo Executivo Municipal, existiam à data na Câmara Municipal.

Os quadros seguintes demonstram a posição atual da Câmara Municipal em matéria de recursos humanos no final do ano de 2018 e após a conclusão do processo relacionado com a regularização dos vínculos precários pré-existente.

Destaca-se, desde logo, na comparação com o ano de 2017, o crescimento geral do número de trabalhadores, que passou de 221 para 253 e onde se destacam os aumentos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

de 5 trabalhadores na carreira de técnico-superior, de 13 na carreira de Assistente técnico e de 15 novos trabalhadores na carreira de Assistente operacional.

Para além disso a principal diferença reside também no número de contratos a termo resolutivo certo, cujo total de 22 em 2017 passou para apenas 3 em 2018 e apenas porque se trata de situações que não tiveram enquadramento normativo nas regras do Programa de Regularização de Vínculos Precários.

Ou seja, aqueles contratos a termo resolutivo certo, que tinham sido celebrados essencialmente no grupo dos assistentes operacionais de modo a dar resposta às necessidades de melhor adequação do Mapa de pessoal às reais necessidades dos serviços em termos de cumprimentos das suas obrigações e atividades, deram agora lugar a vínculos por tempo indeterminado, dando assim cobertura mais consistente às necessidades do Município definidas em determinadas áreas de atividade, ao mesmo tempo, conferindo maior segurança aos trabalhadores que, no âmbito do procedimento concursal específico, apresentaram as melhores qualificações para cada posto de trabalho colocado a concurso.

CONTAGEM DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO A MODALIDADE DE VINCUIÇÃO									
		Dirigentes Superior	Dirigentes Intermediário	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Comissão de serviço	M		2	2				2	6
	F		1						1
Contrato por tempo indeterminado	M			9	16	99	1	4	129
	F			13	30	69		2	114
Contrato por termo resolutivo certo	M					3			3
	F								
Contrato por tempo resolutivo incerto	M								
	F								
Outra	M								
	F								
Soma	M		2	11	16	102	1	6	138
Soma	F		1	13	30	69		2	115
TOTAL			3	24	46	171	1	8	253

Como se pode ver na contagem segundo a modalidade de vinculação, o total de trabalhadores é agora de 253, sendo 138 homens e 115 mulheres, sendo de salientar que, mesmo com este novo crescimento verificado em 2018, o Mapa de pessoal continua a apresentar um valor inferior à contagem total existente no final de 2009, que era de 292 trabalhadores.

De salientar ainda que, apesar do maior aumento de trabalhadores ter ocorrido no cargo-categoria de assistentes operacionais, uma vez que era a área de atuação em que se revelavam maiores carências por parte da estrutura orgânica do Município, não deixaram de se registar aumentos nos outros grupos de maior exigência em termos de qualificações profissionais e académicas, uma vez que, também nestas áreas, se identificaram carência, designadamente as resultantes do novo paradigma de exigência técnica que se coloca numa forma mais premente sobre as autarquias em termos de capacidade de resposta aos novos contextos caracterizados por um elevado incremento tecnológico e por um elevado rigor por parte das entidades reguladoras que controlam a atividade da autarquia nos mais diversos domínios.

Quanto ao total de encargos, o Balanço Social, do qual resultam os dados contidos neste capítulo, apresenta um valor global de 3.160.563,00 €, que reflete um aumento de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

207.241,32 € face ao ano de 2017, o que, em termos relativos, representa um acréscimo de 7,02%.

Numa comparação mais alargada, verificou-se, apesar do aumento registado face ao ano anterior, uma diminuição de -3,16% em comparação com o ano de 2012, equivalente a -103.195,97 €, sendo de referir que estes montantes incluem como pessoal relevante para efeitos de Balanço Social, não apenas aquele com quem se encontra estabelecido um vínculo laboral, mas também os membros dos órgãos autárquicos e membros dos gabinetes de apoio.

A análise dos valores desagregados no mesmo quadro permite concluir desde logo que a redução operada no ano de 2013 foi a mais significativa, tendo atingido quase 12%, a qual foi reforçada em 2014 com uma nova redução de 4% face a 2013, cujos valores estabilizaram no ano de 2015, em montantes praticamente idênticos aos de 2014, quer ao nível das remunerações base, quer também em suplementos remuneratórios, em prestações sociais e em outros encargos com pessoal.

Os anos de 2016 e 2017 iniciaram a inversão da tendência de descida que se vinha verificando ao nível das remunerações base, a que se seguiu o ano de 2018 com crescimentos mais significativos, não apenas em relação ao total de Remunerações base, mas também em Prestações sociais e em Outros encargos com pessoal, sendo que apenas a soma de Suplementos remuneratórios apresentou uma ligeira diminuição face ao ano anterior.

TOTAL DE ENCARGOS COM PESSOAL DURANTE O ANO DE 2018		VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	
Total de Encargos		Valor	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Remunerações base		2 230 192,57 €	2 127 919,31 €	2 045 438,59 €	2 009 091,33 €	2 006 150,03 €	2 086 184,00 €	2 282 361,96 €
Suplementos remuneratórios		114 915,04 €	118 785,52 €	97 176,05 €	97 342,02 €	96 189,04 €	102 732,70 €	117 870,36 €
Trabalho extraordinário (diurno e noturno)	46 333,27 €							
Trabalho normal noturno								
Trabalho em dias de descanso semanal, compl. e feriados								
Disponibilidade permanente								
Outros regimes especiais de prestação de trabalho								
Risco, penosidade e insalubridade								
Fixação na periferia								
Trabalho por turnos								
Abono para faltas	2 916,01 €							
Participação em reuniões								
Ajudas de custo	26 720,72 €							
Representação	38 945,04 €							
Secretariado								
Outros suplementos remuneratórios								
Prémios de desempenho								
Prestações sociais:		281 972,50 €	260 750,49 €	242 639,00 €	235 139,98 €	238 998,55 €	249 057,01 €	256 582,73 €
Abono de família	22 533,52 €							
Subsídios no âmbito da proteção da parentalidade	3 594,82 €							
Subsídio de educação especial	1 589,04 €							
Subsídio mensal vitalício								
Subsídio de refeição	251 854,11 €							
Subsídio de funeral								
Subsídio por morte								
Benefícios sociais								
Outras prestações sociais	2 401,01 €							
Outros encargos com pessoal		533 482,89 €	445 866,36 €	430 263,73 €	427 606,50 €	426 699,62 €	435 969,65 €	606 943,92 €
TOTAL DE ENCARGOS		3 160 563,00 €	2 953 321,68 €	2 815 517,37 €	2 769 179,83 €	2 768 037,24 €	2 873 943,36 €	3 263 758,97 €

Também por efeito da aplicação em concreto do Programa de Regularização de Vínculos Precários, o ano de 2018 voltou a registar valores um pouco inferiores aos verificados nos exercícios mais recentes em matéria de aplicação de políticas de estímulo à empregabilidade, de combate ao desemprego de longa duração e à situação de pobreza e precariedade, designadamente em termos de implementação de programas e medidas de apoio ao emprego com financiamento por parte do IEFP, IP.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Ou seja, embora a Câmara Municipal tenha mantido o foco em termos de preocupação social relativamente à situação de desemprego que vinha afetando uma larga camada da população ativa, a verdade é que uma parte dos desempregados que tiveram oportunidade de desempenhar atividades socialmente úteis no contexto dos serviços municipais, foram eles próprios beneficiários da regularização de vínculos precários em que se encontravam, designadamente aqueles cujas competências e qualificações profissionais correspondiam às necessidades identificadas pela Câmara Municipal ao nível do seu Mapa de pessoal.

Mesmo assim e como o quadro seguinte o demonstra, foram proporcionadas integrações no ano de 2018 a 40 pessoas em diversas atividades, sobretudo em atividades operacionais o que proporcionou a estas pessoas, não apenas a oportunidade de desenvolverem atividades de interesse comunitário e de manterem contacto com o mercado de trabalho, mas também a obtenção de um acréscimo de rendimentos que não só favorece a melhoria do poder aquisitivo destas famílias, como permita promover a injeção de meios financeiros na economia local.

NÍVEL DE ACESSO AOS PROGRAMAS E MEDIDAS DO IEFP - Ano de 2018				
Programa / Medida	N.º Pessoas	Encargos totais	Fin. IEFP	Encargos líquidos
CEI - Contrato Emprego Inserção	18	18 721,64 €		18 721,64 €
CEI - Contrato Emprego Inserção +	22	73 927,23 €	58 057,65 €	15 869,58 €
Estágios Profissionais / Estágios Emprego / Impulso Jovem				
Soma	40	92 648,87 €	58 057,65 €	34 591,22 €
			62,66%	864,78 €

Ou seja, se por um lado se procura promover o máximo aproveitamento possível das oportunidades de financiamento externo e não reembolsável que os programas e medidas de apoio pelo IEFP podem proporcionar, por outro lado obtêm-se respostas positivas em termos de atenuação de situações de precaridade económica e de desintegração social que algumas famílias de desempregados enfrentam ainda no nosso território e, colocam-se recursos financeiros na economia local, uma vez que os mesmos são, na sua generalidade, destinados ao consumo privado e à satisfação de necessidades básicas das famílias beneficiárias das medidas e programas.

O apoio prestado a estas 40 famílias consistiu num encargo total de 92.648,87 €, proporcionando o recebimento de 58.057,65 € a título de apoio transferido pelo IEFP, IP para o Município o qual, por sua vez, despendeu 34.591,22 € na cobertura da parte não comparticipada dos encargos assumidos.

Com base nos mesmos dados, podemos afirmar que estas ações mobilizaram um incremento na economia local, com proveitos para a atividade económica em geral, a uma média de 2.316,22 € por família apoiada, a que corresponde um encargo líquido para o Município, por família, de 864,78 €.

Retomando a análise aos recursos humanos propriamente ditos, apresentam-se em seguida alguns dados relevantes quanto à estrutura com que foi concluído o ano de 2018. Em primeiro lugar, apresenta-se o quadro de contagem de trabalhadores por cargo-categoria, segundo o nível de escolaridade, do qual se realça a tendência de crescimento no número de trabalhadores com níveis de qualificação mais elevados,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

designadamente os possuidores de formação académica superior, bem como daqueles de melhoraram as suas qualificações pela via dos percursos de dupla certificação. Verifica-se que os trabalhadores com qualificação igual ou superior ao 12.º ano de escolaridade representam 45,1% do total de trabalhadores, sendo que na diferenciação por géneros, a mesma proporção nas trabalhadoras do género feminino é de 58,3%. Com grau de licenciatura ou superior, a proporção de trabalhadores é de 19,4%, sendo de 27,0% nos trabalhadores do género feminino e de apenas 13,0% do lado dos homens.

Quanto à desagregação por cargos-carreiras profissionais, continua a ser maioritária a proporção de trabalhadores na carreira de assistente operacional, com 67,6%, dentro dos quais 59,6 são homens e 40,4% são mulheres.

Estes dados são uma consequência direta da natureza das funções e atividades a que o Município está obrigado e que revelam uma ainda maior proporção deste grupo de trabalhadores face ao total dos recursos humanos que, aliás, foi também refletida na definição das principais necessidades identificadas para efeitos de aplicação do Programa de Regularização de Vínculos Precários, designadamente no que respeito a funções relacionadas com as atividades dos serviços externos da Câmara Municipal nos diversos domínios operacionais.

CONTAGEM DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE									
		Dirigentes-Superior	Dirigentes-Intermédio	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Menos de 4 anos de escolaridade	M					1			1
	F								
4 anos de escolaridade	M					35			35
	F				1	15			16
6 anos de escolaridade	M					26			26
	F					9			9
9.º ano ou equivalente	M				1	23		1	25
	F				1	15			16
11.º ano	M				1	2		1	4
	F				3	4			7
12.º ano ou equivalente	M				10	15	1	3	29
	F				14	22			36
Bacharelato	M								
	F								
Licenciatura	M		2	9	3			1	15
	F		1	12	10	4		2	29
Mestrado	M			2	1				3
	F			1	1				2
Doutoramento	M								
	F								
Soma	M		2	11	16	102	1	6	138
Soma	F		1	13	30	69		2	115
TOTAL			3	24	46	171	1	8	253

Quanto à distribuição do número global de trabalhadores ao serviço do Município, por escalão etário, a contagem foi a que consta do quadro seguinte, sendo de destacar o facto de ter diminuído ligeiramente a proporção de trabalhadores com idade igual ou superior a 45 anos, que passou de 74,7% em 2017 para 68,8% em 2018.

Por outro lado e por efeitos da aplicação da lei dos precários, passámos de uma situação em 2017 sem qualquer trabalhador abaixo de 30 anos para 4 novos trabalhadores em 2018 com idades abaixo dos 30 anos, iniciando-se assim um percurso de renovação da média de idades do Mapa de pessoal de que a autarquia muito carece.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

CONTAGEM DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Menos de 20 anos	M								
	F								
Entre 20 e 24 anos	M								
	F					1			1
Entre 25 e 29 anos	M				1				1
	F			1	1				2
Entre 30 e 34 anos	M				4	4			8
	F			2	4	3			9
Entre 35 e 39 anos	M			2	2	2			6
	F			2	3	3			8
Entre 40 e 44 anos	M			4	3	10		2	19
	F		1	3	6	15			25
Entre 45 e 49 anos	M			1	1	9	1		12
	F			2	2	12		1	17
Entre 50 e 54 anos	M			1	1	20		1	23
	F			2	8	11			21
Entre 55 e 59 anos	M		1		2	36		1	40
	F			1	3	11		1	16
Entre 60 e 64 anos	M		1	2	2	17		2	24
	F				3	12			15
Entre 65 e 69 anos	M			1		4			5
	F					1			1
Com 70 anos ou mais	M								
	F								
Soma	M		2	11	16	102	1	6	138
Soma	F		1	13	30	69		2	115
TOTAL			3	24	46	171	1	8	253

Quanto aos trabalhadores portadores de deficiência, a respetiva contagem mantém um total de 11 trabalhadores a qual evidencia uma clara opção pela disponibilização de oportunidades de trabalho em regime não precário a trabalhadores portadores de deficiência, que caracteriza esta autarquia em matéria de recursos humanos e que se estende ainda à permanente disponibilidade para a integração de portadores de deficiência em estágios curriculares após obtenção de qualificação, designadamente em áreas de jardinagem, e em projetos apoiados por outras medidas do IEFP, designadamente contratos emprego-inserção+, inclusivamente com situações recentemente concretizadas de conversão de vínculos precários, obtidos por este tipo de contratos, em vínculos definitivos, envolvendo dois trabalhadores.

CONTAGEM DE TRABALHADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA POR CARGO-CARREIRA									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Soma	M		1		2	3			6
Soma	F				1	4			5
TOTAL			1		3	7			11

Para além do cumprimento de uma obrigação legal, a Câmara Municipal mantém um grande empenhamento na oferta de soluções de valorização profissional dos trabalhadores municipais, sendo-lhes frequentemente proporcionadas oportunidades de participação em ações de formação em diversas áreas, quer por efeito da parceria estabelecida com o Centro de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte, quer em consequência do maior número de iniciativas neste domínio levadas a efeito por parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Esta prática é indispensável à permanente melhoria dos procedimentos técnicos e administrativos e à correta adaptação às constantes mudanças no contexto legal e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

regulamentar que nos cerca, sendo transversal a todos os níveis funcionais e de responsabilidade.

Quanto às entradas e saídas de trabalhadores, a situação ocorrida no ano de 2018 encontra-se transcrita nos quadros seguintes:

CONTAGEM DE TRABALHADORES ADMITIDOS OU REGRESSADOS POR CARGO-CARREIRA									
		Dirigentes Superior	Dirigentes Intermediário	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Procedimento concursal	M			2	3	29			34
	F			2	10	8			20
Cedência de interesse público	M					1			1
	F								
Mobilidade interna a órgãos ou serviços	M								
	F								
Regresso de Licença	M								
	F								
Comissão de serviço	M								
	F								
Outras situações	M								
	F								
Soma	M			2	3	29			35
Soma	F			2	10	8			20
TOTAL				4	13	37			55

Verificou-se um total de 55 entradas, em que apenas uma não ocorreu em consequência de procedimento concursal, sendo mais relevante o número de 37 novas entradas no grupo profissional dos assistentes operacionais que, como já foi referido antes, era aquele em que se identificavam maiores carências por parte dos serviços municipais. Como é sabido, todas as novas entradas através de procedimento concursal corresponderam à celebração de vínculos definitivos, ou seja, de contratos por tempo indeterminado.

CONTAGEM DE SAÍDAS DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA									
		Dirigentes Superior	Dirigentes Intermediário	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Cessação da Comissão de Serviço	M								
	F								
Morte	M								
	F								
Reforma/Aposentação	M					1			1
	F					1			1
Outras situações	M					2			2
	F								
Soma	M					3			3
Soma	F					1			1
TOTAL						4			4

No caso de saídas, num total de 4, houve 2 por aposentação e outras 2 por outras situações.

No que respeita aos encargos com horas extraordinárias, a situação ocorrida no ano de 2018 encontra-se refletiva no quadro seguinte, sendo de destacar que, não obstante ter ocorrido um aumento face ao ano anterior, este aumento, de apenas 5,61%, é bastante inferior aos que se vinham registando nos anos imediatamente anteriores.

Ainda assim, na comparação com o ano de 2011, o primeiro do período de observação constante no quadro que se apresenta, o valor registado em 2018 representa apenas 60,12% do montante de 77.068,93 € que se tinha verificado naquele ano.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

VALORES PAGOS EM HORAS EXTRAORDINÁRIAS									
		VALOR 2018	VALOR 2017	VALOR 2016	VALOR 2015	VALOR 2014	VALOR 2013	VALOR 2012	VALOR 2011
Em dias de descanso semanal obrigatório	M	18 172,16 €	22 183,59 €	13 531,12 €	11 934,87 €	11 668,14 €	11 100,75 €	12 558,50 €	20 771,98 €
	F			79,82 €	213,77 €	62,37 €	105,45 €		293,40 €
Em dias de descanso semanal complementar	M	19 977,57 €	14 624,57 €	12 974,24 €	10 284,49 €	11 026,44 €	14 426,31 €	25 417,83 €	44 034,76 €
	F				69,04 €			453,22 €	
Em feriados	M	2 279,27 €	1 944,87 €	1 685,30 €	1 623,87 €	1 712,08 €	2 609,47 €	2 475,75 €	4 438,79 €
	F				46,05 €	80,73 €		203,48 €	
Trabalho extraord. nocturno	M			608,55 €	2 608,17 €	311,32 €	679,00 €	1 046,00 €	
	F	1 807,67 €	1 781,47 €		302,47 €		19,32 €	29,00 €	
Trabalho extraord. diurno	M			3 189,42 €	2 039,43 €	2 967,60 €	4 592,95 €	8 270,00 €	7 530,00 €
	F	4 096,60 €	3 337,29 €	18,32 €	460,67 €		38,64 €	432,00 €	
Soma	M		43 871,79 €	31 988,63 €	28 490,83 €	27 685,58 €	33 408,48 €	49 768,08 €	76 775,53 €
Soma	F	46 333,27 €		98,14 €	1 092,00 €	143,10 €	163,41 €	1 117,70 €	293,40 €
TOTAL		46 333,27 €	43 871,79 €	32 086,77 €	29 582,83 €	27 828,68 €	33 571,89 €	50 885,78 €	77 068,93 €
Varição face ao ano anterior		5,61%	36,73%	8,46%	6,30%	-17,11%	34,03%	33,97%	

A leitura do quadro revela que a inversão da tendência de decréscimo de despesa face aos anos anteriores, iniciada em 2015, se manteve em 2016, continuou em 2017 e em 2018, ano em que se registou um novo aumento dos encargos nesta componente da despesa com o pessoal, embora de proporções muito inferiores.

É verificável, apesar de tudo, uma diminuição nas horas extraordinárias prestadas em dias de descanso semanal obrigatório e é ainda de salientar que a prestação de trabalho extraordinário atinge uma proporção muito mais elevada de trabalhadores do género masculino, em virtude da natureza das tarefas a executar em dias de descanso semanal, normalmente as relacionadas com o serviço de piquete do Setor de Águas e Saneamento e o apoio às associações e clubes em transportes com autocarros municipais, ou também, embora em menor proporção, em atividades de apoio aos eventos da responsabilidade ou com a colaboração da Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – GRANDES OPÇÕES DO PLANO

É por todos reconhecido que o resultado alcançado em termos de realização de investimentos é o que melhor representa o modo como o Município se preparou para os desafios futuros em termos de desenvolvimento económico e social.

Ou seja, quanto melhor for o volume e a qualidade dos investimentos realizados em cada ano, maior será o incremento de competitividade para o território e de alavancagem das atividades económicas e sociais, desenvolvidas por parte das empresas e das instituições.

Como foi dito, a execução do exercício de 2018 superou o maior valor de receitas alguma vez obtido por este Município que tinha sido alcançado em 2017, sobretudo em resultado do aumento em Transferências de capital e esta melhoria demonstra a existência de um círculo virtuoso entre Transferências de capital e Investimentos. Isto é, se por um lado a realização de investimentos corresponde à realização de despesas nos projetos beneficiários de financiamento comunitário, daí resulta a arrecadação de participações provenientes dos programas operacionais que são registadas como transferências de capital; enquanto, por outro lado, a arrecadação de transferências de capital após realização de despesas de investimentos gera a constituição de reservas de reinvestimento que podem ser aplicadas noutras necessidades do mesmo tipo.

Além disso e como por diversas vezes tem sido também referido, a realização de investimentos não está exclusivamente dependente do ritmo de arrecadação de transferências de capital. O exercício de 2018, tal como já vinha acontecendo desde 2016, embora em valores absolutos inferiores, vem demonstrar que é possível realizar um volume de investimentos superior ao valor arrecadado de transferências de capital, quer porque tem sido possível constituir a referida reserva de reinvestimento, quer também porque a situação económica e financeira do Município, preparada durante algum tempo para este impacto, tem permitido afetar a investimentos algumas receitas com outras proveniências, designadamente receitas próprias e poupanças resultantes de ganhos de eficiência em diversas áreas.

Ou seja, o Município continua a apresentar uma situação financeira capaz de enfrentar os compromissos que, com carácter de regularidade, nos são colocados em termos de atividade das instalações e equipamentos públicos, de cumprimento das obrigações e competências legais e de capacidade de realização de investimentos de natureza estratégica e, ao mesmo tempo, permite afetar à realização de investimentos outros fundos para além daqueles que provêm do Orçamento de Estado e das participações recebidas no âmbito da realização das operações financiadas por fundos comunitários.

Em termos concreto, verificaremos mais adiante que foi possível obter em Aquisição de bens de capital um valor de despesa efetivamente realizada de 4.175.108,82 €, que representa 152,5% do valor arrecadado em Transferência de capital, que foi de 2.738.292,96 €.

Considerando ainda que o aumento da parte de receitas de capital nas transferências do Orçamento de Estado sob a forma de Fundo de Equilíbrio Financeiro foi de apenas 8.310,00 € (+ 1,3%), mais forte é o argumento de que, além do crescimento na rubrica de receitas de Transferência de capital, também o efeito de afetação de outras receitas ao



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

esforço de investimento permitiu que este esforço tivesse ganho uma dimensão mais significativa e que, perante os compromissos em curso em termos de operações no âmbito do Portugal 2020, adquirirá uma expressão ainda mais volumosa no exercício de 2019 e nos seguintes.

No que respeita ao volume de transferências do Orçamento de Estado, o exercício de 2018 não registou mais do que um aumento de 1,5%, equivalente a mais 109.058,00 €, sendo, como se referiu anteriormente, que a parte de FEF de capital aumentou apenas em 8.310,00 €. Ou seja, ainda que estejamos perante uma nova perspetiva política assumida pelo atual Governo em matéria de transferências para as autarquias locais iniciada em 2015, a verdade é que o crescimento verificado no volume total de transferências do FEF face ao exercício anterior regrediu em comparação com os crescimentos anuais anteriores, designadamente em 2017, cujo aumento havia sido de 2,88%.

No que se refere ao grupo dos investimentos municipais de maior volume financeiro, importa percorrer a Execução Anual Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2018, evidenciando assim o grau de realização dos projetos considerados mais relevantes e com efeito estratégico e estruturante no nível de desenvolvimento do concelho:

- a) Beneficiação do antigo Quartel dos Bombeiros de Lagares da Beira – Este projeto do PPI foi concluído no ano de 2018, com um volume de despesas neste ano de 80.421,61 € e com uma taxa de realização face à respetiva previsão de 95,84%.
- b) Ruínas Romanas da Bobadela e Musealização do Centro de Acolhimento e Interpretação e da Casa Paroquial – Este projeto do PPI que faz parte dos projetos aprovados no âmbito do mapeamento de equipamentos culturais para integrarem o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM – Região de Coimbra, cuja candidatura já foi apresentada, incluiu a empreitada relativa à intervenção de musealização, com um valor realizado em 2017 de 135.998,03 €, que ainda não se encontra totalmente concluída. O Projeto PPI, que na sua globalidade inclui outras intervenções de pequena dimensão, foi concretizado com 73,37% de taxa de execução face à previsão contida no PPI.
- c) Requalificação e Refuncionalização da Casa Amarela para Centro de Investigação e Promoção da Cidade Romana da Bobadela – Este projeto do PPI que também faz parte dos projetos aprovados no âmbito do mapeamento de equipamentos culturais para integrarem o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM – Região de Coimbra, incluiu as despesas inerentes ao início da empreitada geral, com despesa realizada em 2017 de apenas 5.603,27 € e uma taxa de realização de 6,97%, em consequência da suspensão dos trabalhos motivada pela intervenção da Direção Regional da Cultura do Centro em matéria de património arqueológico.
- d) Igreja de São Pedro de Lourosa – Arranjos dos Espaços Envolventes – Este projeto, incluído no mapeamento de equipamentos culturais que integram o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM – Região de Coimbra, tem tido a sua realização comprometida pela necessidade de articulação permanente com as



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

entidades que tutelam os monumentos nacionais, de tal modo que foram realizadas despesas no exercício de 2018 de apenas 49.519,79, com uma taxa de realização de 78,11%, uma vez que a empreitada se encontra suspensa, por intervenção da Direção Regional da Cultural do Centro e para efeitos de introdução de ajustamentos aos trabalhos a realizar.

- e) Remodelação da Unidade de Saúde de Ervedal da Beira - Este Projeto corresponde à empreitada com a mesma designação incluída no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM – Região de Coimbra, cuja candidatura foi apresentada e aprovada no ano de 2017 e com reprogramação entretanto também aprovada, tendo gerado uma despesa final em 2018 de 18.278,62 €, a que corresponde uma taxa de execução de 36,56% face à respetiva previsão corrigida e a que acresce a despesa de 17.284,19 € relativa ao apetrechamento em mobiliário e equipamentos.
- f) Requalificação e Refuncionalização do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas e da Casa da Cultura - Este Projeto corresponde também à empreitada com a mesma designação, incluída no PEDU de Oliveira do Hospital, cuja candidatura foi aprovada em abril de 2018, tendo neste mesmo ano gerado uma despesa total de 663.385,70 €, a que corresponde uma taxa de execução de 41,72% face à respetiva previsão corrigida.
- g) Realização das empreitadas relativas à construção de ETAR's em 10 localidades do concelho – Trata-se de operações cujas candidaturas foram apresentadas e aprovadas no âmbito do POSEUR – Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos, todas elas concluídas em 2018, à exceção da referente ao Subsistema de Águas Residuais de Lourosa, uma vez que este projeto foi objeto de uma reprogramação temporal física e financeira de modo a incluir uma empreitada adicional que consiste na ampliação da rede de coletores de modo a contemplar uma área mais abrangente do perímetro urbano da sede de freguesia de Lourosa e na construção de duas estações elevatórias de águas residuais e das respetivas condutas elevatórias. Analisando a realização efetiva de cada um dos projetos verifica-se que:
- i. O Subsistema de Águas Residuais de Chamusca foi concluído com um volume total de investimentos em 2018 de 126.263,16 €, equivalente a uma taxa de execução de 76,27% face à respetiva previsão corrigida;
 - ii. O Subsistema de Águas Residuais de Chão Sobral foi concluído com um volume total de investimentos em 2018 de 96.163,45 €, equivalente a uma taxa de execução de 78,14% face à respetiva previsão corrigida;
 - iii. O Subsistema de Águas Residuais de Galizes foi concluído com um volume total de investimentos em 2018 de 164.900,38 €, equivalente a uma taxa de execução de 82,47% face à respetiva previsão corrigida;
 - iv. O Subsistema de Águas Residuais de Chamusca ainda não se encontra concluído, mas registou um volume total de investimentos em 2018 de 116.173,40 €, equivalente a uma taxa de execução de 84,19% face à respetiva previsão corrigida;



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

- v. O Subsistema de Águas Residuais de Negrelos foi concluído com um volume total de investimentos em 2018 de 114.181,70 €, equivalente a uma taxa de execução de 83,98% face à respetiva previsão corrigida;
 - vi. O Subsistema de Águas Residuais de Póvoa das Quartas foi concluído com um volume total de investimentos em 2018 de 108.287,77 €, equivalente a uma taxa de execução de 81,93% face à respetiva previsão corrigida;
 - vii. O Subsistema de Águas Residuais de Póvoa de São Cosme foi concluído com um volume total de investimentos em 2018 de 128.724,90 €, equivalente a uma taxa de execução de 80,36% face à respetiva previsão corrigida;
 - viii. O Subsistema de Águas Residuais de Seixas foi concluído com um volume total de investimentos em 2018 de 128.028,10 €, equivalente a uma taxa de execução de 72,23% face à respetiva previsão corrigida;
 - ix. O Subsistema de Águas Residuais de Vale Torto, que inclui não apenas a construção da ETAR, mas também da rede de drenagem de águas residuais em toda a povoação de Vale Torto, bem como uma estação elevatória de águas residuais e respetiva conduta elevatória, foi concluído com um volume total de investimentos em 2018 de 147.790,39 €, equivalente a uma taxa de execução de 67,40% face à respetiva previsão corrigida;
 - x. O Subsistema de Águas Residuais de Vilela foi concluído com um volume total de investimentos em 2018 de 122.322,56 €, equivalente a uma taxa de execução de 79,09% face à respetiva previsão corrigida;
- h) Intervenções para fazer face a prejuízos decorrentes dos incêndios de 15 de outubro e outras intempéries/situações de calamidade – Trata-se de um conjunto de realizações incluídas nas GOP's para o quadriénio de 2018/2021 com o objetivo de dar resposta às principais situações surgidas na sequência dos incêndios, tendo sido realizadas despesas em diversos domínios, designadamente em Vias municipais, com uma despesa realizada em 2018 de 101.033,90 € e em Sinalização toponímica, turística, orientadora, vertical e horizontal de vias municipais, com uma despesa realizada em 2018 de 55.921,24 €.
- i) Abastecimento de Água a Parceiro, Covão e Alentejo – Este projeto, que foi igualmente objeto de candidatura apresentada e aprovada no âmbito do POSEUR, foi concluído no ano de 2017, com uma despesa total de 153.405,45 €, a que corresponde uma taxa de realização de 72,60%.
- j) Requalificação e pavimentação da EM 510 entre Sr. das Almas e Nogueira do Cravo - Este Projeto PPI corresponde à empreitada com a mesma designação, que não beneficiou de qualquer financiamento externo e que foi concluída em 2018, tendo neste ano representado ainda um investimento total de 30.042,02 €, com uma taxa de execução de 68,63% face à respetiva previsão.

No âmbito das rubricas genéricas, são merecedores de referência outros projetos e ações inseridos no Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2018, designadamente os seguintes:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

1. A realização de um volume elevado de despesas no montante de 210.699,00 €, em Material de transporte no Objetivo 01. Educação e Formação Profissional, que resulta da aquisição de dois novos autocarros para os serviços de transportes escolares;
2. A execução do Programa "Click Educar", através da aquisição de equipamento informático, no valor de 37.848,33 €;
3. A substituição e ampliação das redes de esgotos e construção de ramais, com uma despesa total de 437.569,49 € e com uma taxa de execução de 50,01%;
4. A abertura e conservação de caminhos e estradões florestais, com um investimento que ascendeu a 251.796,52 €, equivalente a 95,35% do montante previsto;
5. A construção, ampliação, beneficiação e manutenção de captações, ETA's, reservatórios e redes de adução e distribuição de água, com uma despesa de investimento de 44.665,48 €, com uma taxa de execução de 86,88% que, tal como em relação aos investimentos feitos na área de saneamento em regime de administração direta, não contempla a totalidade da despesa realizada nestes domínios, uma vez que a despesa corrente que lhe é inerente, designadamente a relacionada com pessoal e aquisição de bens e de serviços, não é aqui incluída;
6. A realização de um volume considerável de despesas no montante de 117.504,51 €, em Maquinaria e equipamento no Objetivo 08. Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público / Programa 001 – Água e que se refere aos investimentos de renovação do parque de equipamentos do Setor de Águas e Saneamento, designadamente por intermédio da aquisição de 2 novas retroescavadoras, sendo uma delas uma mi-escavadora para aceder a arruamentos mais estreitos;
7. Os investimentos em rede viária e sinalização, que são de execução continuada e que representam anualmente valores significativos de despesa de capital e que do mesmo modo não inclui as despesas com pessoal e com aquisição de bens e serviços correntes, como sejam:
 - 7.1 Arruamento, pontes, aquedutos, muros e obras complementares nas vias municipais, com despesas totais de 315.717,84 € e 97,13% de taxa de execução;
 - 7.2 Execução, reparação e beneficiação de estradas, caminhos e estradões, com despesas totais de 135.452,09 € e 97,78% de taxa de execução;
 - 7.3 Sinalização toponímica, turística, orientadora, vertical e horizontal de vias municipais, que no ano de 2018 apresenta apenas 2.828,22 € de despesas, uma vez que o maior volume de despesas nesta área foi afeto à reposição da sinalização danificada pelos incêndios de 15 de outubro e que, portanto, foi registado noutra rubrica do Plano Plurianual de Investimentos;
8. O Fornecimento e aplicação de equipamento em parques infantis, com um investimento total de 13.499,16 €, a que correspondeu uma taxa de execução de 97,66%;



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

9. A Criação, beneficiação, apetrechamento e conservação de parques de lazer e jardins, cuja rubrica representou uma despesa total de 11.510,76 €, com uma taxa de execução de 91,27%.

Tendo em conta as referências feitas anteriormente a alguns dos projetos realizados com recurso a financiamentos externos, justifica-se que se proceda à atualização da informação relativa a todos os projetos financiados com referência a 31 de dezembro de 2017, incluídos no período de vigência do QREN, ou seja, entre 2007 e 2013 e que se encontram concluídos na sua plenitude.

O quadro seguinte apresenta, de forma resumida, o nível de acesso do Município de Oliveira do Hospital ao referido período de programação:

TOTAL DE PROJETOS APROVADOS E EM APROVAÇÃO NO ÂMBITO DO QREN - QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA NACIONAL								
	Valor total de Investimento	Valor Elegível	Comparticipação		Despesa realizada	P.P. apresentados	P.P. Reembolsados	Saldo
			Valor	%				
Soma APROVADOS	12 772 656,48 €	11 737 405,77 €	10 000 837,56 €	85,205%	12 003 016,40 €	10 306 225,49 €	9 780 159,57 €	52 489,20 €
Programa Operacional Regional do Centro	9 531 414,66 €	8 801 609,24 €	7 473 384,44 €	84,91%	9 126 746,32 €	7 952 360,00 €	7 418 310,35 €	52 489,20 €
Programa Operacional Regional do Centro - Overbooking	809 492,53 €	760 424,55 €	646 360,87 €	85,00%	706 624,72 €	600 631,02 €	600 631,02 €	0,00 €
POVI	728 292,55 €	673 925,29 €	580 819,92 €	86,18%	815 081,21 €	557 100,88 €	565 084,61 €	0,00 €
POVI - Overboking	270 557,72 €	261 137,65 €	221 967,00 €	85,00%	209 390,88 €	177 905,75 €	177 905,75 €	0,00 €
POFC	545 428,37 €	420 328,71 €	357 279,41 €	85,00%	374 018,02 €	315 542,53 €	315 542,53 €	0,00 €
POAT-FEDER	59 040,00 €	29 411,76 €	25 000,00 €	85,00%	29 411,76 €	25 000,00 €	25 000,00 €	0,00 €
PRODER - GAL/ADIBER	97 516,92 €	91 997,09 €	55 198,25 €	60,00%	91 982,79 €	55 189,67 €	55 189,67 €	0,00 €
PRODER - Agro Florestal	730 913,73 €	698 571,48 €	640 827,67 €	91,73%	649 850,70 €	622 495,65 €	622 495,64 €	0,00 €
Soma	12 772 656,48 €	11 737 405,77 €	10 000 837,56 €	85,205%	12 003 016,40 €	10 306 225,49 €	9 780 159,57 €	52 489,20 €

Como se verifica, o nível de acesso do Município ao anterior quadro comunitário que se iniciou em 2007, contemplou um montante de 12,77 milhões de euros de investimento realizado com projetos aprovados no âmbito do quadro comunitário de apoio, bem como o volume total de participações aprovadas que atingiu o valor de 10.000.837,56 €, sendo que, em 31 de dezembro de 2018, o montante total de participações ainda não recebidas era de apenas 114.545,54 €, referente a apenas uma operação que se encontra concluída física e financeiramente, embora ainda não validada pela Autoridade de Gestão para efeitos de encerramento da operação.

Em complemento da informação já disponibilizada sobre este tema, justifica-se também uma atualização da apreciação comparativa entre as diversas fontes de financiamento comunitárias que apoiaram a realização dos investimentos acima identificados, ou seja, entre os três fundos de financiamento comunitário através dos quais foram canalizadas transferências de capital para apoiar os investimentos realizados, como sejam o FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o FCOES – Fundo de Coesão e o FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.

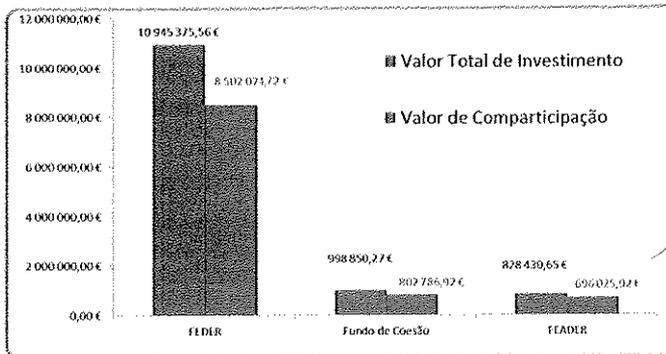
Do gráfico que a seguir se apresenta resulta de imediato a conclusão de que o FEDER é o fundo com maior contributo nos investimentos municipais realizados com recurso a financiamento externo não reembolsável, no caso, com um valor de 8.502.024,72 € de participações aprovadas. Seguiu-se-lhe o Fundo de Coesão com um montante total de participações aprovadas de 802.786,92 € e, por último, o FEADER com um valor de 696.025,92 € de participações aprovadas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Em termos relativos, o FEDER representou 85% do total das participações aprovadas a favor dos investimentos realizados pelo Município de Oliveira do Hospital, sendo os restantes 15% repartidos entre o Fundo de Coesão, com 8% e o FEADER com 7%.



Entretanto, uma vez que o atual ciclo de programação já se encontra em estado avançado de

execução, e porque tem sido grande o esforço do executivo em permanência em termos de preocupação e atividade em concreto de, por um lado, definição da estratégia de abordagem ao novo Portugal 2020 e, por outro lado, de submissão em concreto de candidaturas com enquadramento nos novos programas operacionais do Portugal 2020, designadamente em relação ao Centro 2020 e aos programas temáticos de âmbito nacional, como é o caso do POSEUR, importa proceder à apresentação do ponto de situação atual nesta matéria.

Em primeiro lugar, dentro do Centro 2020, destacam-se os projetos sinalizados no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, bem como os projetos previamente aprovados sob a forma de planos de ação no PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Oliveira do Hospital.

No primeiro caso, a situação em 31 de dezembro de 2018 encontra-se refletiva nos quadros seguintes, que evidenciam os projetos já aprovados e com execução em concreto, bem como aqueles que, sendo objeto de candidatura já apresentada ou em fase de apresentação, ainda não foram aprovados nem apresentam execução real.

PROJETOS APROVADOS E INICIADOS NO ÂMBITO DO CENTRO 2020 - PACTO CIMRC										
Designação do Projeto	Valor Total de Investimento	Valor Não Elegível	Valor Elegível Não Participado	Valor Elegível	Participação		Despesa realizada	P.P. apresentados	P.P. Reembolsados	Saldo Participação
					Valor	%				
Igreja de São Pedro de Lourosa - Arranjos dos Espaços Envolventes	311 410,00 €	1 181,38 €	0,00 €	310 228,62 €	263 694,33 €	85,00%	184 575,74 €	156 889,38 €	156 889,38 €	106 204,95 €
Remodelação da Unidade de Saúde de Ervedal da Beira	314 903,20 €	2 275,50 €	52 627,70 €	260 000,00 €	221 000,00 €	85,00%	741 522,26 €	205 293,92 €	195 029,22 €	25 970,78 €
Escola Secundária de Oliveira do Hospital	925 443,48 €	0,00 €	0,00 €	925 443,48 €	786 626,56 €	85,00%	0,00 €	0,00 €	0,00 €	786 626,95 €
Soma	1 551 756,68 €	3 456,88 €	52 627,70 €	1 495 672,10 €	1 271 321,29 €	85,00%	426 098,00 €	362 183,30 €	351 918,60 €	919 402,69 €

PROJETOS AINDA NÃO APROVADOS NO ÂMBITO DO CENTRO 2020 - PACTO CIMRC										
Designação do Projeto	Valor Total de Investimento	Valor Não Elegível	Valor Elegível Não Participado	Valor Elegível	Participação		Despesa realizada	P.P. apresentados	P.P. Reembolsados	Saldo Participação
					Valor	%				
Ruínas Romanas da Bobadela	512 902,72 €	31 518,06 €	0,00 €	481 384,64 €	409 176,94 €	85,00%	0,00 €	0,00 €	0,00 €	409 176,94 €
Intervenções de Eficiência Energética nos edifícios e equipamentos - Piscina de Oliveira do Hospital	125 000,00 €	0,00 €	0,00 €	125 000,00 €	100 000,00 €	80,00%	0,00 €	0,00 €	0,00 €	100 000,00 €
Campus Educativo de Oliveira do Hospital	4 296 021,38 €	3 628,50 €	0,00 €	4 292 392,88 €	3 648 533,95 €	85,00%	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 648 533,95 €
Soma	4 933 924,10 €	35 146,56 €	0,00 €	4 898 777,52 €	4 157 710,89 €	84,87%	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 157 710,89 €

Em termos de quadro resumo, está prevista a execução de 6 projetos, num volume total de investimento de 6.485.680,78 €, a que, no pressuposto de que todas as operações ainda não aprovadas venham a beneficiar das taxas de participação constante do respetivo quadro, deverá corresponder uma participação FEDER de 5.429.032,18 €.

No segundo caso, relativo aos projetos constantes da lista de investimentos do PEDU de Oliveira do Hospital, apresenta-se um primeiro quadro referente à situação em 31 de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

dezembro de 2018 dos projetos já aprovados e em execução, dos quais está já concluída a operação referente à “Requalificação e Beneficiação da Av. Dr. Carlos Campos”. Podemos verificar que foram já aprovados 4 projetos com um valor total de investimento de 3.264.510,93 €, sendo elegível o valor de 3.029.312,51 €, a que deverá corresponder um valor total de participação FEDER de 2.574.915,64 €, do qual foi já recebida a importância de 712.422,89 € (27,67%).

PROJETOS APROVADOS E INICIADOS NO ÂMBITO DO CENTRO 2020 - PEDU										
Designação do Projeto	Valor Total de Investimento	Valor Não Elegível	Valor Elegível Não Participado	Valor Elegível	Participação		Despesa realizada	P.P. apresentados	P.P. Reembolsados	Saldo Participação
					Valor	%				
Requalificação e Beneficiação da Av. Dr. Carlos Campos	424 559,11 €	45 091,29 €	0,00 €	379 467,82 €	322 547,65 €	85,00%	350 528,08 €	297 948,87 €	282 958,36 €	14 892,51 €
21. Requalificação e refuncionalização do Colégio Brás Garcia do Mascarenhas e da Casa da Cultura	1 571 934,62 €	169 685,92 €	0,00 €	1 402 248,70 €	1 191 911,40 €	85,00%	536 400,68 €	455 940,58 €	417 608,57 €	774 302,83 €
8. Requalificação e beneficiação da Rua Virgílio Ferreira e Rua Alexandre Herculano	813 503,92 €	20 421,21 €	0,00 €	793 082,71 €	674 120,30 €	85,00%	13 948,20 €	11 855,97 €	11 855,96 €	662 264,34 €
21. Requalificação e beneficiação da área norte da cidade - ligação da Rua Eng. António Campos ao Mercado Municipal, Central de Camionagem, Bombeiros Voluntários e Avenida Carlos Campos	454 513,28 €	0,00 €	0,00 €	454 513,28 €	386 336,29 €	85,00%	0,00 €	0,00 €	0,00 €	386 336,29 €
Soma	3 264 510,93 €	235 198,42 €	0,00 €	3 029 312,51 €	2 574 915,64 €	85,00%	900 876,96 €	765 745,42 €	712 422,89 €	1 837 796,00 €

O quadro seguinte, também com referência ao final do exercício de 2018, apresenta uma lista de 5 projetos que foram objeto de candidatura mas ainda não aprovados, os quais correspondem a um valor total de investimento de 4.336.031,42 €, sendo elegível o valor de 4.325.482,72 €, com uma previsão de participação FEDER no valor total de 3.676.660,35 €.

PROJETOS AINDA NÃO APROVADOS NO ÂMBITO DO CENTRO 2020 - PEDU										
Designação do Projeto	Valor Total de Investimento	Valor Não Elegível	Valor Elegível Não Participado	Valor Elegível	Participação		Despesa realizada	P.P. apresentados	P.P. Reembolsados	Saldo Participação
					Valor	%				
3. Requalificação do Centro Histórico de Oliveira do Hospital	2 991 272,29 €	8 931,83 €	0,00 €	2 982 340,46 €	2 534 989,39 €	85,00%	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 534 989,39 €
10. Recuperação, valorização e refuncionalização do Parque dos Marnicos e margem ribeirinha da Ribeira de Cavatos	626 323,50 €	806,18 €	0,00 €	625 517,32 €	531 689,72 €	85,00%	0,00 €	0,00 €	0,00 €	531 689,72 €
13. Criação do Centro Comercial ao ar livre	171 862,63 €	0,00 €	0,00 €	171 862,63 €	146 083,24 €	85,00%	0,00 €	0,00 €	0,00 €	146 083,24 €
B5 JRL 04. Requalificação do espaço público e envolvente do Bairro Social João Rodrigues Lopes	173 193,00 €	810,64 €	0,00 €	172 382,36 €	146 525,01 €	85,00%	0,00 €	0,00 €	0,00 €	146 525,01 €
B5 JRL 05. Reabilitação do Edifício e implementação das Hortas Urbanas do Bairro Social João	373 380,00 €	0,00 €	0,00 €	373 380,00 €	317 373,00 €	85,00%	0,00 €	0,00 €	0,00 €	317 373,00 €
Soma	4 336 031,42 €	10 548,65 €	0,00 €	4 325 482,77 €	3 676 660,35 €	85,00%	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 676 660,35 €

No conjunto deste projeto o PEDU poderá vir a proporcionar investimentos num total de 7.600.542,35 €, a que poderá corresponder um montante de participação FEDER de 6.251.575,99 €.

É sabido que a aprovação do PEDU estabeleceu um compromisso final em termos de participação FEDER de 4.815.000,00 €, que depois foi aumentado para 5.390.000,00 €, por efeito da majoração de 10% obtida em resultado da capacidade de execução que o Município demonstrou no final de 2016 em relação aos projetos do PEDU. Porém, é legítimo manter uma elevada expectativa quanto à possibilidade de aceder ao acréscimo incluído no valor acima indicado de 6.251.575,99 €, uma vez que, estando asseguradas as condições para um bom desenvolvimento e execução das empreitadas relativas a cada um dos projetos elencados no PEDU e se esse bom desempenho vier a ocorrer, será mais elevada a probabilidade de obtenção de fundos adicionais através do overbooking que este envelope financeiro vier a gerar no contexto do programa operacional Centro 2020.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Em segundo lugar, impõe-se também uma abordagem detalhada no que respeita ao conjunto de projetos apresentados aos programas temáticos de abrangência nacional, designadamente ao POSEUR – Ciclo Urbano da Água, relativamente ao qual se apresenta o quadro seguinte contendo a situação a 31 de dezembro de 2018 de todos os projetos apresentados e aprovados no âmbito do Aviso de Concurso POSEUR-12-2016-38:

Designação do Projeto	Valor Total de Investimento	Valor Não Elegível	Valor Elegível Não Participado	Valor Elegível	Comparticipação		Despesa realizada	P.P. apresentados	P.P. Reembolsados	Saldo Participação
					Valor	%				
Abastecimento de Água a Parceiro, Covão e Alentejo	165 328,07 €	12 944,98 €	0,00 €	152 383,09 €	129 525,63 €	85,000%	148 935,64 €	126 595,29 €	121 678,35 €	7 847,28 €
Subsistema de Águas Residuais Chamusca	155 014,52 €	0,00 €	0,00 €	155 014,52 €	131 762,34 €	85,000%	148 054,88 €	125 846,66 €	97 103,52 €	34 658,82 €
Subsistema de Águas Residuais Chão Sobral	171 086,94 €	0,00 €	0,00 €	171 086,94 €	145 423,90 €	85,000%	140 785,42 €	119 667,61 €	113 684,23 €	31 739,67 €
Subsistema de Águas Residuais Galzes	251 916,61 €	0,00 €	0,00 €	251 916,61 €	214 129,12 €	85,000%	196 524,36 €	167 045,71 €	143 023,28 €	71 105,84 €
Subsistema de Águas Residuais Lourosa	291 279,40 €	33 968,07 €	0,00 €	257 311,33 €	218 714,63 €	85,000%	165 892,73 €	148 001,82 €	140 537,67 €	78 176,98 €
Subsistema de Águas Residuais Negrelos	151 531,46 €	0,00 €	0,00 €	151 531,46 €	128 801,74 €	85,000%	138 684,32 €	117 881,66 €	84 344,76 €	44 456,98 €
Subsistema de Águas Residuais Póvoa das Ovarias	158 609,40 €	0,00 €	0,00 €	158 609,40 €	134 817,99 €	85,000%	140 484,26 €	119 411,61 €	109 630,86 €	25 187,13 €
Subsistema de Águas Residuais Póvoa de São Cosme	157 328,62 €	0,00 €	0,00 €	157 328,62 €	133 729,33 €	85,000%	149 851,78 €	127 374,01 €	114 556,37 €	19 172,95 €
Subsistema de Águas Residuais Seixas	187 957,84 €	0,00 €	0,00 €	187 957,84 €	159 764,16 €	85,000%	151 945,58 €	129 153,74 €	118 943,44 €	40 820,72 €
Subsistema de Águas Residuais Vitela	153 653,01 €	0,00 €	0,00 €	153 653,01 €	130 605,06 €	85,000%	139 395,21 €	118 485,93 €	86 836,09 €	43 768,97 €
Subsistema de Águas Residuais Vale torto	218 359,66 €	4 452,00 €	0,00 €	213 907,66 €	181 821,51 €	85,000%	145 085,11 €	123 322,34 €	115 174,44 €	66 647,04 €
Soma	2 062 065,53 €	51 365,05 €	0,00 €	2 010 700,48 €	1 709 095,41 €	85,000%	1 665 639,29 €	1 422 786,38 €	1 245 513,01 €	483 582,40 €

De todos os 11 projetos referidos apenas não se encontra concluído o Subsistema de Águas Residuais de Lourosa, pelas razões já antes indicadas. Como se observa, o volume total de investimentos, atualizados de acordo com as reprogramações físicas e financeiras apresentadas e aprovadas em relação a cada um dos projetos, ascendeu a 2.062.065,53 €, com um valor elegível de 2.010.700,48 €, a que corresponde um montante total de participação do Fundo de Coesão de 1.709.095,41 €.

Também no âmbito do POSEUR estão em desenvolvimento dois projetos de âmbito intermunicipal que contemplam intervenções no território do Município de Oliveira do Hospital e que revestem também uma considerável dimensão financeira, como sejam:

1. O projeto POSEUR-03-1911-FC-000075 - Incremento da qualidade e da quantidade da reciclagem dos 3 fluxos (3F) multimateriais, levado a efeito pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, com um valor total de investimento de 18.240.355,92 €, a que corresponde uma participação do Fundo de Coesão de 14.237.687,65 €. Este projeto prevê um investimento direto no Município de Oliveira do Hospital de mais de 500 mil euros em instalação de ilhas ecológicas enterradas e em colocação de novos ecopontos de superfície e um investimento indireto, calculado na proporção da participação do Município de Oliveira do Hospital relativamente à totalidade da Associação, que é de cerca de 1 milhão de euros.
2. O projeto incluído no Aviso POSEUR-12-2015-16 – “CadREDES – Cadastro das redes de saneamento e abastecimento de águas dos aglomerados urbanos dos municípios AMCB”, levado a efeito pela Associação de Municípios da Cova da Beira, com um investimento total de 3.161.728,33 €, do qual corresponde ao território do concelho de Oliveira do Hospital o valor de 345.128,28 €. Este projeto beneficia de uma taxa de participação de 85%.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Já no decurso de 2019 foram apresentadas 11 novas candidaturas para investimentos em abastecimento de água e saneamento de águas residuais, cujo valor de investimentos ascende a 2.004.622,20 €, com uma previsão de participação FC de 1.615.758,69 €.

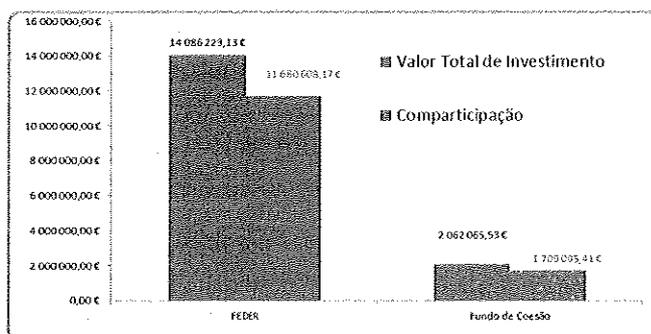
NOVOS PROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DO PORTUGAL 2020 - POSEUR						
Designação do Projecto	Valor Total de Investimento	Valor Não Elegível	Valor Elegível Não Participado	Valor Elegível	Participação	
					Valor	%
Soma 11 OPERAÇÕES	2 004 622,20 €	103 729,62 €	0,00 €	1 900 892,58 €	1 615 758,69 €	85,00%

Em face destes dados, justifica-se também uma análise comparativa entre ambas as fontes de financiamento comunitário que apoiam os investimentos acima identificados, ou seja, entre o FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o FCOES – Fundo de Coesão.

Do gráfico que a seguir se apresenta resulta de imediato a conclusão de que o FEDER é o fundo com maior contributo nos investimentos municipais realizados com recurso a financiamento externo não reembolsável, no caso, com um valor de 8.502.024,72 € de participações aprovadas. Seguiu-se-lhe o Fundo de Coesão com um montante total de participações aprovadas de 802.786,92 € e, por último, o FEADER com um valor de 696.025,92 € de participações aprovadas.

Em termos relativos, o FEDER representou 87,2% do total das participações aprovadas ou previstas e o FC 12,8%.

É de realçar também que, concretizando todos os projetos previstos no Portugal 2020, sem considerar ainda as novas



candidaturas do POSEUR, este novo quadro comunitário poderá vir a proporcionar mais 3,8 milhões de euros de participações que o QREN, valor que subirá para mais 5,4 milhões de euros se vier a incluir estes novos projetos candidatos ao POSEUR.

Embora não incluídos no Portugal 2020 para efeitos de financiamento, uma vez que este é obtido através do Fundo de Eficiência Energética, que é constituído apenas por receitas de origem nacional, estão em curso 3 investimentos relacionados com medidas de eficiência energética em edifícios e instalações municipais, como sejam:

Projeto C.21.B.451 – “Paços do Município”, com um montante de investimento de 14.738,51 € e uma participação não reembolsável do FEE de 11.790,81 €;

Projeto C.21.B.457 – “Edifício Sede da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital (ESTGOH)”, com um montante de investimento de 4.612,76 € e uma participação não reembolsável do FEE de 3.690,21 €;

Projeto C.21.B.472 – “Pavilhão Municipal”, com um montante de investimento de 52.083,01 € e uma participação não reembolsável do FEE de 41.666,41 €.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Procede-se agora a uma análise abrangente ao nível de execução das Grandes Opções do Plano, para o que se apresentam os seguintes quadros:

GOP - Grandes Opções do Plano: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PREVISÃO E EXECUÇÃO							
Classif. Orgânica da Despesa		Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Variação	Despesa Paga Total	Variações e taxas de execução	
Classif.	Designação			%		€	%
01	Educação e Formação Profissional	2 770 600,00 €	2 791 600,00 €	0,76%	959 975,98 €	-1 831 624,02 €	34,39%
001	Ensino pré-escolar, básico, sec. e profission.	2 699 100,00 €	2 711 600,00 €	0,46%	909 651,29 €	-1 801 948,71 €	33,55%
002	Ensino superior	71 500,00 €	80 000,00 €	11,89%	50 324,69 €	-29 675,31 €	62,91%
02	Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livre	2 448 850,00 €	2 723 850,00 €	11,23%	1 076 109,19 €	-1 647 740,81 €	39,51%
001	Cultura	1 158 600,00 €	1 207 100,00 €	4,19%	625 599,19 €	-581 500,81 €	51,83%
002	Desporto	1 249 000,00 €	1 477 000,00 €	18,25%	441 022,50 €	-1 035 977,50 €	29,86%
003	Juventude e Tempos Livres	41 250,00 €	39 750,00 €	-3,65%	9 487,50 €	-30 262,50 €	23,87%
03	Família Solidariedade e Acção Social	985 400,00 €	1 063 400,00 €	7,92%	219 584,91 €	-843 815,09 €	20,65%
001	Creches	14 000,00 €	14 000,00 €	0,00%	1 239,51 €	-12 760,49 €	8,85%
002	ATL's, centros de dia e lares de 3.ª idade	180 000,00 €	180 000,00 €	0,00%	7 500,00 €	-172 500,00 €	4,17%
003	Outras infra-estruturas de acção social	79 200,00 €	154 200,00 €	94,70%	15 000,00 €	-139 200,00 €	9,73%
004	Implementação da rede social	41 700,00 €	48 700,00 €	16,79%	14 722,84 €	-33 977,16 €	30,23%
005	Assistência a carenciados	190 000,00 €	190 000,00 €	0,00%	33 195,76 €	-156 804,24 €	17,47%
006	Habitação social	320 000,00 €	320 000,00 €	0,00%	26 153,27 €	-293 846,73 €	8,17%
007	Apoio a campanhas de solidariedade	8 000,00 €	4 000,00 €	-50,00%	650,00 €	-3 350,00 €	16,25%
008	Apoio à família	152 500,00 €	152 500,00 €	0,00%	121 123,53 €	-31 376,47 €	79,43%
04	Saúde	89 000,00 €	103 300,00 €	16,07%	37 219,27 €	-66 080,73 €	36,03%
001	Extensões de saúde	88 000,00 €	102 300,00 €	16,25%	37 219,27 €	-65 080,73 €	36,38%
002	Outras infra-estruturas de saúde	1 000,00 €	1 000,00 €	0,00%	0,00 €	-1 000,00 €	0,00%
05	Habitação e Urbanismo	6 322 100,00 €	6 529 100,00 €	3,27%	746 932,52 €	-5 782 167,48 €	11,44%
001	Habitação	216 000,00 €	16 000,00 €	-92,59%	0,00 €	-16 000,00 €	0,00%
002	Planeamento urbanístico	20 000,00 €	20 000,00 €	0,00%	0,00 €	-20 000,00 €	0,00%
003	Iluminação pública	164 600,00 €	79 600,00 €	-51,64%	41 853,34 €	-37 746,66 €	52,58%
004	Urbanização	775 000,00 €	900 000,00 €	16,13%	1 015,98 €	-898 984,02 €	0,11%
005	Intervenções de requalificação urbanística	5 146 500,00 €	5 513 500,00 €	7,13%	704 063,20 €	-4 809 436,80 €	12,77%
06	Saneamento e Salubridade	2 894 700,00 €	3 091 700,00 €	6,81%	1 899 220,50 €	-1 192 479,50 €	61,43%
001	Saneamento	2 528 700,00 €	2 670 700,00 €	5,62%	1 745 896,54 €	-924 803,46 €	65,37%
002	Higiene pública	243 500,00 €	273 500,00 €	12,32%	64 642,96 €	-208 857,04 €	23,64%
003	Cemitérios	122 500,00 €	147 500,00 €	20,41%	88 681,00 €	-58 819,00 €	60,12%
07	Segurança e Protecção Civil	4 978 850,00 €	4 451 350,00 €	-10,59%	703 023,48 €	-3 748 326,52 €	15,79%
002	Corporações de bombeiros	220 000,00 €	220 000,00 €	0,00%	198 858,64 €	-21 141,36 €	90,39%
003	Prevenção e combate a fogos florestais	285 000,00 €	405 000,00 €	42,11%	251 796,52 €	-153 203,48 €	62,17%
004	Serviço municipal de protecção civil	7 000,00 €	7 000,00 €	0,00%	2 164,80 €	-4 835,20 €	30,93%
005	Intempéries / situações de calamidade	4 466 850,00 €	3 819 350,00 €	-14,50%	250 203,52 €	-3 569 146,48 €	6,55%
08	Desenv. Económico e Abastecimento Público	1 372 750,00 €	1 717 750,00 €	25,13%	529 706,48 €	-1 188 043,52 €	30,84%
001	Água	214 500,00 €	389 500,00 €	81,59%	162 190,84 €	-227 309,16 €	41,64%
002	Turismo	259 250,00 €	269 250,00 €	3,86%	31 134,04 €	-238 115,96 €	11,56%
003	Mercados e Feiras	10 000,00 €	10 000,00 €	0,00%	65,34 €	-9 934,66 €	0,65%
004	Eventos dinamizadores da activ. económica	134 500,00 €	299 500,00 €	122,68%	229 116,26 €	-70 383,74 €	76,50%
005	Espaços de localiz. empresarial e incubação	636 000,00 €	596 000,00 €	-6,29%	6 000,00 €	-590 000,00 €	1,01%
006	Urbanismo comercial	55 000,00 €	112 000,00 €	103,64%	101 200,00 €	-10 800,00 €	90,36%
007	Programa Municipal de Fomento Empresarial	63 500,00 €	41 500,00 €	-34,65%	0,00 €	-41 500,00 €	0,00%
09	Comunicações e Transportes	834 800,00 €	979 500,00 €	17,38%	484 040,17 €	-495 459,83 €	49,42%
001	Rede viária e sinalização	815 000,00 €	960 000,00 €	17,79%	484 040,17 €	-475 959,83 €	50,42%
002	Transportes	7 500,00 €	7 500,00 €	0,00%	0,00 €	-7 500,00 €	0,00%
003	Estacionamento	12 000,00 €	12 000,00 €	0,00%	0,00 €	-12 000,00 €	0,00%
10	Defesa do Meio Ambiente	79 500,00 €	109 500,00 €	37,74%	29 357,41 €	-80 142,59 €	26,81%
001	Prevenção monitoriz. e combate à poluição	3 000,00 €	3 000,00 €	0,00%	0,00 €	-3 000,00 €	0,00%
002	Parques e jardins	49 000,00 €	69 000,00 €	40,82%	25 157,42 €	-43 842,58 €	36,46%
003	Recursos naturais	15 000,00 €	15 000,00 €	0,00%	0,00 €	-15 000,00 €	0,00%
004	Educação e Sensibilização Ambiental	12 500,00 €	22 500,00 €	80,00%	4 199,99 €	-18 300,01 €	18,67%
11	Modernização dos Serviços	342 250,00 €	422 250,00 €	23,37%	38 531,34 €	-383 718,66 €	9,13%
001	Órgãos autárquicos	27 500,00 €	27 500,00 €	0,00%	839,00 €	-26 661,00 €	3,05%
002	Racionalização e modern. administrativa	82 250,00 €	142 250,00 €	72,95%	30 779,48 €	-111 470,52 €	21,64%
003	Edifício dos Paços do Concelho	5 000,00 €	25 000,00 €	400,00%	163,16 €	-24 836,84 €	0,65%
004	Estaleiro municipal e oficinas municipais	227 500,00 €	227 500,00 €	0,00%	6 749,70 €	-220 750,30 €	2,97%
12	Descentralização	800 000,00 €	800 000,00 €	0,00%	683 124,87 €	-116 875,13 €	85,39%
001	Freguesias	800 000,00 €	800 000,00 €	0,00%	683 124,87 €	-116 875,13 €	85,39%
13	Administração financeira	417 688,00 €	417 688,00 €	0,00%	384 880,55 €	-32 807,45 €	92,15%
001	Empréstimos	315 000,00 €	315 000,00 €	0,00%	311 614,55 €	-3 385,45 €	98,93%
002	Activos financeiros	100 188,00 €	100 188,00 €	0,00%	73 266,00 €	-26 922,00 €	73,13%
003	Outros	2 500,00 €	2 500,00 €	0,00%	0,00 €	-2 500,00 €	0,00%
14	Protocolos de Geminação	3 500,00 €	3 500,00 €	0,00%	0,00 €	-3 500,00 €	0,00%
001	Cidade de Santana, Cantagalo, S. T. Príncipe	2 000,00 €	2 000,00 €	0,00%	0,00 €	-2 000,00 €	0,00%
002	Cidades europeias	1 500,00 €	1 500,00 €	0,00%	0,00 €	-1 500,00 €	0,00%
15	Tecnologia e Inovação	129 500,00 €	106 500,00 €	-17,76%	0,00 €	-106 500,00 €	0,00%
001	Generalização do uso de TIC's	56 000,00 €	41 000,00 €	-26,79%	0,00 €	-41 000,00 €	0,00%
002	Incremento da inovação e do conhecimento	73 500,00 €	65 500,00 €	-10,88%	0,00 €	-65 500,00 €	0,00%
16	Participação em associações de municípios	28 000,00 €	32 000,00 €	14,29%	26 198,07 €	-5 801,93 €	81,87%
001	Comunidade Intermun. Região de Coimbra	28 000,00 €	32 000,00 €	14,29%	26 198,07 €	-5 801,93 €	81,87%
17	Encargos de função de carácter plurianual	16 250,00 €	17 750,00 €	9,23%	9 239,48 €	-8 510,52 €	52,05%
001	Aquisição de bens e serviços	16 250,00 €	17 750,00 €	9,23%	9 239,48 €	-8 510,52 €	52,05%
TOTAL DAS GOP E TAXAS DE EXECUÇÃO		24 513 438,00 €	25 360 738,00 €	3,46%	7 827 144,22 €	-17 268 109,27 €	30,86%



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Em primeiro lugar, importa referir que se trata de uma análise global às Grandes Opções do Plano, que englobam o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes.

Por um lado, porque uma análise que tenha como objeto apenas o Plano Plurianual de Investimentos, torna-se restritiva relativamente à verificação do conjunto da atividade de natureza não regular levada a efeito pelo Município. De facto, observar apenas a atividade de investimento da autarquia, que é aquela que o Plano Plurianual de Investimentos reflete, ainda que representativa das medidas e ações que maior efeito podem ter no fomento do desenvolvimento do concelho e na melhoria das infraestruturas das localidades e da qualidade de vida das populações, não é suficiente para observar o real esforço de investimento que o Executivo Municipal põem em prática em cada ano, uma vez que que boa parte dele é desenvolvido por outras entidades ou com a colaboração destas, mas com comparticipação financeira do Município.

Por outro lado, porque sendo essa colaboração financeira refletida nas AMR – Atividades Mais Relevantes, para além de um vasto conjunto de outras despesas que aqui também se incluem, a verdade é que este documento estratégico corresponde já a 34% do total das previsões corrigidas das Grandes Opções do Plano e a 47% do total de execução efetiva das mesmas GOP. Ou seja, a análise destes documentos, se restringida apenas ao PPI, refletiria pouco mais de metade de toda a atividade financeira de caráter não regular, ou seja, daquele tipo de ações e medidas que derivam muito mais da capacidade de iniciativa e de decisão do Executivo Municipal e não tanto da obrigação de dar cumprimento a normativos legais ou decisões anteriores de caráter continuado.

Feita esta introdução específica, importa referir também que a análise comparativa entre previsão e execução das GOP, fornece informação sobre as dotações iniciais, as dotações corrigidas após modificações ao PPI e às AMR, a despesa paga total, a variação absoluta entre esta e as dotações corrigidas e a taxa de execução face às dotações corrigidas. O mesmo quadro identifica cada um dos Objetivos e respetiva desagregação em Programas, sendo que a taxa de execução global foi de 30,86%.

Atendendo à natureza previsional das Grandes Opções do Plano, alguns dos objetivos apresentam diferenças significativas entre os valores previstos e os realizados e que resultam, na maior parte dos casos, do excesso de previsão que tem necessariamente que influenciar a conceção e construção dos mesmos documentos previsionais, tanto mais que, de contrário, seria muito mais difícil acomodar dentro das GOP a realização de alguns projetos que, não tendo sido possíveis de prever no momento da preparação dos documentos previsionais, surgem com oportunidades de realização e com expectativas de obtenção de financiamento externo já no decurso do exercício, sendo que para isso é necessário assegurar a sua inscrição dos mesmos documentos previsionais.

Por outro lado, verificam-se também algumas variações nalguns objetivos e programas das GOP entre os anos de 2018 e 2017 que, por um lado, resultam das opções que em cada ano são feitas em consonância com as fontes de financiamento disponíveis para apoiar a realização dos investimentos e, por outro lado, da própria dinâmica da atividade do Município.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

GOP - Grandes Opções do Plano: ANÁLISE DE EVOLUÇÃO BIENAL							
Classif. Orgânica da Despesa		Despesa Paga	Ponderações	Despesa Paga	Ponderações	Variações (2018-2017)	
Classif.	Designação	Total (2018)	%	Total (2017)	%	€	%
01	Educação e Formação Profissional	959 975,98 €	12,26%	665 874,48 €	8,99%	294 101,50 €	44,17%
001	Ensino pré-escolar, básico, sec. e profission.	909 651,29 €	11,62%	619 758,62 €	8,36%	289 892,67 €	46,78%
002	Ensino superior	50 324,69 €	0,64%	46 115,86 €	0,62%	4 208,83 €	9,13%
02	Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livre	1 076 109,19 €	13,75%	1 320 395,67 €	17,82%	-244 286,48 €	-18,50%
001	Cultura	625 599,19 €	7,99%	840 522,22 €	11,34%	-214 923,03 €	-25,57%
002	Desporto	441 022,50 €	5,63%	469 818,91 €	6,34%	-28 796,41 €	-6,13%
003	Juventude e Tempos Livres	9 487,50 €	0,12%	10 054,54 €	0,14%	-567,04 €	-5,64%
03	Família Solidariedade e Acção Social	219 584,91 €	2,81%	308 995,94 €	4,17%	-89 411,03 €	-28,94%
001	Creches	1 239,51 €	0,02%	5 418,22 €	0,07%	-4 178,71 €	-77,12%
002	ATI's, centros de dia e lares de 3.ª idade	7 500,00 €	0,10%	43 477,32 €	0,59%	-35 977,32 €	-82,75%
003	Outras infra-estruturas de acção social	15 000,00 €	0,19%	58 149,99 €	0,78%	-43 149,99 €	-74,20%
004	Implementação da rede social	14 722,84 €	0,19%	20 987,14 €	0,28%	-6 264,30 €	-29,85%
005	Assistência a carenciados	33 195,76 €	0,42%	64 386,62 €	0,87%	-31 190,86 €	-48,44%
006	Habitação social	26 153,27 €	0,33%	936,41 €	0,01%	25 216,86 €	2692,93%
007	Apoio a campanhas de solidariedade	650,00 €	0,01%	200,00 €	0,00%	450,00 €	225,00%
008	Apoio à família	121 123,53 €	1,55%	115 440,24 €	1,56%	5 683,29 €	4,92%
04	Saúde	37 219,27 €	0,48%	356 125,14 €	4,81%	-318 905,87 €	-89,55%
001	Extensões de saúde	37 219,27 €	0,48%	356 125,14 €	4,81%	-318 905,87 €	-89,55%
002	Outras infra-estruturas de saúde	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
05	Habitação e Urbanismo	746 932,52 €	9,54%	536 229,35 €	7,24%	210 703,17 €	39,29%
001	Habitação	0,00 €	0,00%	5 350,50 €	0,07%	-5 350,50 €	-100,00%
002	Planeamento urbanístico	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
003	Iluminação pública	41 853,34 €	0,53%	135 714,31 €	1,83%	-93 860,97 €	-69,16%
004	Urbanização	1 015,98 €	0,01%	13 948,20 €	0,19%	-12 932,22 €	-92,72%
005	Intervenções de requalificação urbanística	704 063,20 €	9,00%	381 216,34 €	5,15%	322 846,86 €	84,69%
06	Saneamento e Salubridade	1 899 220,50 €	24,26%	671 378,32 €	9,06%	1 227 842,18 €	182,88%
001	Saneamento	1 745 896,54 €	22,31%	652 365,12 €	8,80%	1 093 531,42 €	167,63%
002	Higiene pública	64 642,96 €	0,83%	307,56 €	0,00%	64 335,40 €	20918,00%
003	Cemitérios	88 681,00 €	1,13%	18 705,64 €	0,25%	69 975,36 €	374,09%
07	Segurança e Protecção Civil	703 023,48 €	8,98%	384 561,21 €	5,19%	318 462,27 €	82,81%
002	Corporações de bombeiros	198 858,64 €	2,54%	193 941,02 €	2,62%	4 917,62 €	2,54%
003	Prevenção e combate a fogos florestais	251 796,52 €	3,22%	190 620,19 €	2,57%	61 176,33 €	32,09%
004	Serviço municipal de protecção civil	2 164,80 €	0,03%	0,00 €	0,00%	2 164,80 €	0,00%
005	Intempéries / situações de calamidade	250 203,52 €	3,20%	0,00 €	0,00%	250 203,52 €	0,00%
08	Desenv. Económico e Abastecimento Público	529 706,48 €	6,77%	661 557,67 €	8,93%	-131 851,19 €	-19,93%
001	Água	162 190,84 €	2,07%	227 656,24 €	3,07%	-65 465,40 €	-28,76%
002	Turismo	31 134,04 €	0,40%	76 158,04 €	1,03%	-45 024,00 €	-59,12%
003	Mercados e Feiras	65,34 €	0,00%	78 598,92 €	1,06%	-78 533,58 €	-99,92%
004	Eventos dinamizadores da activ. económica	229 116,26 €	2,93%	65 884,16 €	0,89%	163 232,10 €	247,76%
005	Espaços de localiz. empresarial e incubação	6 000,00 €	0,08%	29 858,25 €	0,40%	-23 858,25 €	-79,91%
006	Urbanismo comercial	101 200,00 €	1,29%	160 902,06 €	2,17%	-59 702,06 €	-37,10%
007	Programa Municipal de Fomento Empresari	0,00 €	0,00%	22 500,00 €	0,30%	-22 500,00 €	-100,00%
09	Comunicações e Transportes	484 040,17 €	6,18%	1 099 404,62 €	14,84%	-615 364,45 €	-55,97%
001	Rede viária e sinalização	484 040,17 €	6,18%	1 072 091,31 €	14,47%	-588 051,14 €	-54,85%
002	Transportes	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
003	Estacionamento	0,00 €	0,00%	27 313,31 €	0,37%	-27 313,31 €	-100,00%
10	Defesa do Meio Ambiente	29 357,41 €	0,38%	24 237,42 €	0,33%	5 119,99 €	21,12%
001	Prevenção monitoriz. e combate à poluição	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
002	Parques e jardins	25 157,42 €	0,32%	24 237,42 €	0,33%	920,00 €	3,80%
003	Recursos naturais	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
004	Educação e Sensibilização Ambiental	4 199,99 €	0,05%	0,00 €	0,00%	4 199,99 €	0,00%
11	Modernização dos Serviços	38 531,34 €	0,49%	116 368,63 €	1,57%	-77 837,29 €	-66,89%
001	Órgãos autárquicos	839,00 €	0,01%	17 040,27 €	0,23%	-16 201,27 €	-95,08%
002	Racionalização e modern. administrativa	30 779,48 €	0,39%	51 816,48 €	0,70%	-21 037,00 €	-40,60%
003	Edifício dos Paços do Concelho	163,16 €	0,00%	0,00 €	0,00%	163,16 €	0,00%
004	Estaleiro municipal e oficinas municipais	6 749,70 €	0,09%	47 511,88 €	0,64%	-40 762,18 €	-85,79%
12	Descentralização	683 124,87 €	8,73%	789 533,86 €	10,66%	-106 408,99 €	-13,48%
001	Freguesias	683 124,87 €	8,73%	789 533,86 €	10,66%	-106 408,99 €	-13,48%
13	Administração financeira	384 880,55 €	4,92%	409 302,55 €	5,52%	-24 422,00 €	-5,97%
001	Empréstimos	311 614,55 €	3,98%	311 614,55 €	4,21%	0,00 €	0,00%
002	Activos financeiros	73 266,00 €	0,94%	97 688,00 €	1,32%	-24 422,00 €	-25,00%
003	Outros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
14	Protocolos de Geminção	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
001	Cidade de Santana, Cantagalo, S. T. Príncipe	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
002	Cidades europeias	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
15	Tecnologia e Inovação	0,00 €	0,00%	30 000,00 €	0,40%	-30 000,00 €	-100,00%
001	Generalização do uso de TIC's	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
002	Incremento da inovação e do conhecimento	0,00 €	0,00%	30 000,00 €	0,40%	-30 000,00 €	-100,00%
16	Participação em associações de municípios	26 198,07 €	0,33%	25 338,40 €	0,34%	859,67 €	3,39%
001	Comunidade Intermun. Região de Coimbra	26 198,07 €	0,33%	25 338,40 €	0,34%	859,67 €	3,39%
17	Encargos de funcion. de carácter plurianual	9 239,48 €	0,12%	10 145,09 €	0,14%	-905,61 €	-8,93%
001	Aquisição de bens e serviços	9 239,48 €	0,12%	10 145,09 €	0,14%	-905,61 €	-8,93%
TOTAL DAS GOP		7 827 144,22 €	100,00%	7 409 448,35 €	100,00%	417 695,87 €	5,64%



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

O quadro anterior reflete exatamente essa comparação entre os dois últimos exercícios, através da qual se demonstram as situações em que existe uma certa continuidade de projetos entre ambos os exercícios, mas também as outras situações que resultam de opções de natureza diferente, em função das condições de financiamento obtidas com recurso a outras proveniências, ou com angariação em concreto de expectativas anteriores mas que só neste ano se tornaram concretizáveis.

Da observação do quadro referente à análise comparativa entre previsão e execução resultam dados relevantes relativamente às taxas de execução obtidas em cada objetivo, sendo naturalmente o Objetivo 13 – Administração financeira aquele que revela uma taxa de execução superior (92,15%), uma vez que, dizendo essencialmente respeito aos compromissos com o serviço da dívida, estas são passíveis de elevada precisão no momento da preparação das propostas de Grandes Opções do Plano e Orçamento.

Abaixo deste encontram-se o Objetivo 12 – Descentralização (Freguesias), com 85,39% e o Objetivo 16 – Participação em associações de municípios, com 81,78%, uma vez que ambas representam despesas com elevada previsibilidade.

Dentro dos objetivos mais relacionados com a execução em concreto de investimentos, foi o objetivo 06 – Saneamento e salubridade aquele que apresentou a taxa de execução mais elevada (61,43%) e que, para além disso, é também aquele que apresenta, em termos absolutos (1.899.220,50 €), o maior valor de toda a execução das Grandes Opções do Plano.

Segue-se-lhe, em termos absolutos, o Objetivo 02 – Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres, com um valor de 1.076.109,19 €, com uma taxa de execução de 39,51%.

Quanto a taxas de execução, o Objetivo 09 – Comunicações e transportes apresenta-se com uma taxa de cumprimento das previsões de 49,42%, tendo havido realização apenas no Programa 001 – Rede viária e sinalização, cuja taxa de execução é de 50,42%.

No nível inferior da execução encontra-se o Objetivo 11 – Modernização dos serviços; com uma taxa de apenas 9,13% e que é consequência, em grande medida, de ainda não ter sido possível reunir as melhores condições para o desenvolvimento do projeto relativo à modernização do Estaleiro municipal, cuja exigência em termos de esforço financeiro não tem sido possível de conciliar no contexto das restantes prioridades.

O segundo quadro, que fornece a perspetiva de análise da evolução verificada no biénio relativamente à despesa paga total refletida nas GOP, mostra também as ponderações, face ao total, de cada um dos objetivos e sua desagregação em Programas.

Destaca-se, desde logo, a posição mais relevante assumida pelo objetivo 06 - Saneamento e Salubridade, com uma proporção de 24,26%, que corresponde a um montante de investimentos nesta área de atividade municipal de 1.899.220,50 € e que deriva essencialmente dos investimentos relacionados com as intervenções de construção de 10 novas ETAR's e de construção e/ou ampliação das redes de recolha de águas residuais, designadamente em Vale Torto e em Lourosa.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Como se foi referido, estas obras encontram-se totalmente concluídas, exceto a relativa à extensão da rede de recolha de águas residuais em Lourosa.

É de assinalar ainda que o Objetivo 09 - Comunicações e Transportes voltou a assumir uma posição mais modesta, com apenas 6,18% de ponderação relativamente à totalidade das GOP do exercício de 2018, na medida em que, depois de realizados alguns investimentos de elevado montante nesta área, como foram os casos das requalificações e pavimentações em Nogueira do Cravo – Senhor das Almas e em Parente – Tapadas – Chão Sobral, houve que canalizar recursos para outras áreas de intervenção de elevada importância estratégica, como sejam a Requalificação da Casa da Cultura, as intervenções de reposição de infraestruturas e equipamentos municipais afetados pelos incêndios, as intervenções de regeneração urbana incluídas no PEDU, os investimentos assegurados para financiamento no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM – Região de Coimbra e alguns outros.

Por isso é que, para além da situação já descrita em relação ao Saneamento e Salubridade, se assinala depois um maior valor de despesa efetiva no Objetivo 02 – Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres, com um montante de 1.076.109,19 € e uma ponderação de 13,75%, seguido do Objetivo 01 – Educação e Formação Profissional, com uma proporção de 12,26% da totalidade das GOP e uma despesa efetiva de 959.975,98 €.

Nos restantes objetivos com ponderações inferiores a 10%, tem maior relevância o Objetivo 05 – Habitação e Urbanização e, particularmente, o Programa 005 – Intervenções de requalificação urbanística, com uma despesa total de 704.063,20 €.

Como já dito antes, este aumento é, em grande medida, resultado do início da empreitada relativa à Requalificação e Refuncionalização do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas e da Casa da Cultura, mas é também consequência da despesa inicial já realizada com outros projetos incluídos no PEDU, como sejam os relativos à Requalificação e beneficiação da Área Norte da Cidade e à Reabilitação do espaço público do Bairro Social João Rodrigues Lagos, designadamente em matéria de realização e pagamentos dos respetivos projetos de execução.

Com uma despesa realizada de 703.023,48 € e uma ponderação de 8,98%, o Objetivo 07 – Segurança e Proteção Civil tem também no exercício de 2018 uma posição destacada, não apenas porque reflete o esforço financeiro do Município em termos de apoio às corporações de bombeiros e às suas atividades, com cerca de 200 mil euros, e às ações de prevenção e combate a incêndios florestais com mais de 250 mil euros, mas também às intervenções relacionadas com intempéries e situações de calamidade, com uma despesa de 250.203,52 € (3,20%), onde se incluem algumas das despesas relacionadas com a reposição dos danos em infraestruturas e equipamentos municipais afetados pelos incêndios de 2017.

A área do Saneamento Básico, já mencionada parcialmente atrás, quando nos referimos ao Saneamento e Salubridade, tem ainda um acréscimo de relevância pela componente do abastecimento de água, que surge através do Programa 001 – Água o qual, com uma despesa de 162,190,84 €, contribui para que o Objetivo 08 - Desenvolvimento Económico

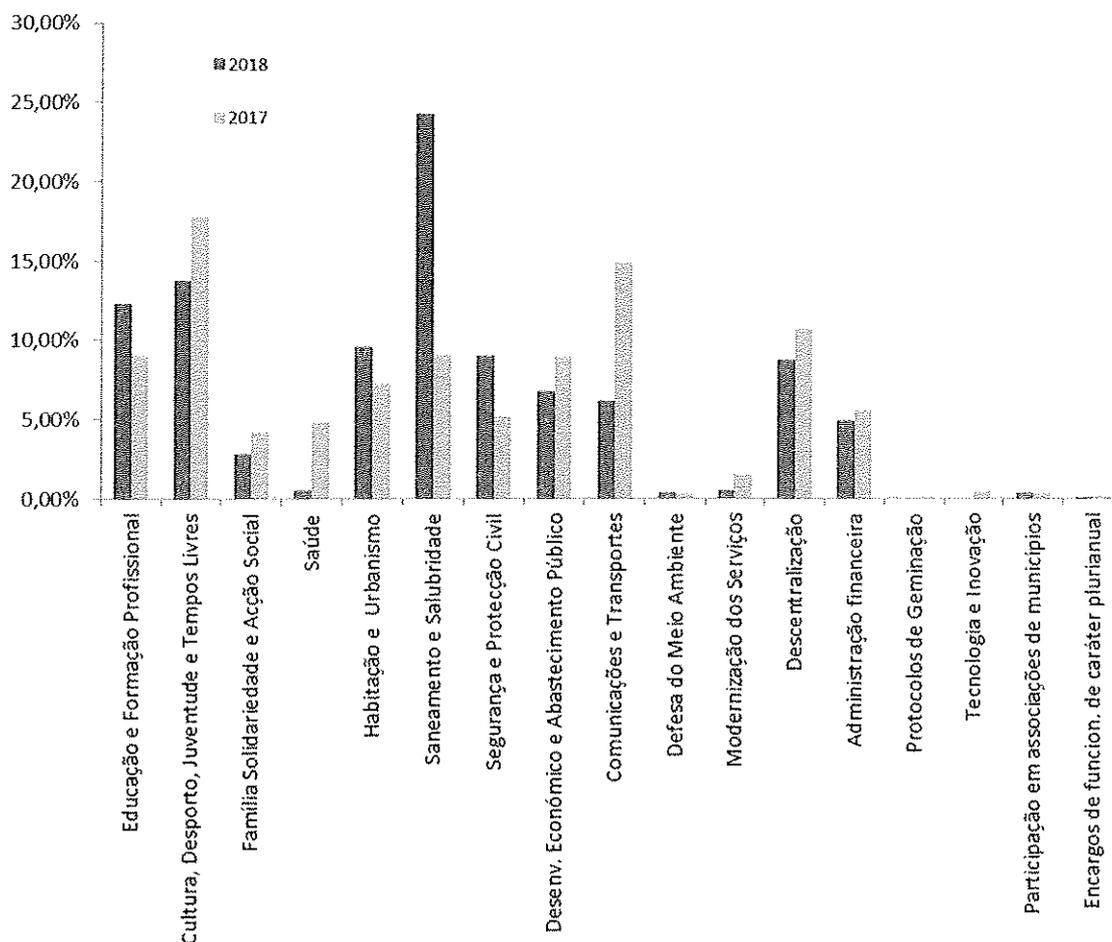


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

e Abastecimento Público se apresente com uma ponderação de 6,77% e uma despesa de 529.706,48 €, dentro do qual tem particular relevância também o Programa 004 – Eventos dinamizadores da atividade económica, com uma despesa de 229.116,26 €.

Reitera-se a este propósito que os valores relativos aos investimentos com abastecimento de água e saneamento não incluem as despesas com pessoal afeto aos respetivos setores, nem os valores pagos à entidade gestora dos sistemas “em alta” em água e saneamento e que em 2018 ascenderam a 1.236.590,95 €, sobre os quais apresentaremos informação detalhada mais adiante, incluindo também a informação sobre a realidade financeira quanto à recolha de resíduos sólidos urbanos.

Procedendo de seguida a uma análise englobando uma perspectiva de comparabilidade com o exercício de 2017, a mesma pode ser observada no gráfico seguinte, que organiza cada um dos objetivos das GOP de acordo com as ponderações obtidas, respetivamente, nos exercícios de 2018 e de 2018.



Assinala-se que as maiores discrepâncias em termos percentuais, com variação positiva, ocorreram no Objetivo 06 – Saneamento e Salubridade, com um crescimento de 182,88%, equivalente a um acréscimo de 1.227.842,198 €; no Objetivo 07 – Segurança e Protecção Civil, com um acréscimo de 82,81%, equivalente a mais 318.462,27 €; no Objetivo 01 – Educação e Formação Profissional, com um crescimento de 44,17%,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

representando uma subida em termos absolutos de 294.101,50 €; e também no Objetivo 05 – Habitação e Urbanização, que cresce 39,29% em termos relativos e 210.703,17 e em termos absolutos.

Aliás, em valores absolutos, as maiores variações positivas são também aquelas que estão identificadas pelas maiores variações percentuais e pela mesma ordem, ao passo que, nas maiores variações negativas, em termos absolutos, destacam-se o Objetivo 09 – Comunicações e Transportes, com - 615.364,45 € (-55,97%), o Objetivo 04 – Saúde, com - 318.905,87 (-89,55%), o Objetivo 02 - Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres, com - 244.286,48 € (-18,50%) e o Objetivo 08 - Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público, com - 131.851,19 € (-19,93%).

Para além disso, o mesmo gráfico permite ainda observar o peso relativo de cada um dos objetivos das GOP relativamente à totalidade da despesa refletida neste documento constituente das demonstrações financeiras e onde são relevantes as ponderações obtidas em 2018 no Objetivo 06 – Saneamento e Salubridade, no Objetivo 02 – Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres, no Objetivo 01 – Educação e Formação Profissional e também nos objetivos 12 – Descentralização, 05 – Habitação e Urbanismo e 07 – Segurança e Proteção Civil.

E permite, portanto, identificar as opções, em termos de prioridades, que se alteraram entre 2017 e 2018, já que o valor mais elevado em 2017 pertenceu ao Objetivo 02 – Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres, seguido do Objetivo 09 – Comunicações e Transportes e só depois os objetivos 12 – Descentralização e 06 – Saneamento e Salubridade.

Ao longo do ano de 2018 foram levadas a efeito modificações orçamentais destinadas a operar movimentos de transferência de verbas de uns projetos para outros e que, relativamente às GOP, alteraram o seu valor global através da incorporação parcial do saldo da gerência anterior, cujos efeitos se projetaram, quer no valor global do Plano Plurianual de Investimentos, quer também no das Atividades mais Relevantes e, claro, do próprio Orçamento, como adiante verificaremos.

No caso das Grandes Opções do Plano, como um todo, a situação está refletida no quadro seguinte, que permite verificar que do montante total de saldo da gerência anterior, no valor de 1.719.823,74 €, foi aplicado em reforços nas GOP o valor de 847.300,00 €, do que resultou um aumento de 3,46%, entre o valor de 24.513.4398,00 € de dotações iniciais e o valor de 25.360.738,00 € de dotações corrigidas e finais.

GOP - RESUMO DAS MODIFICAÇÕES AS DOTAÇÕES					
Classif. Económica da Despesa	Dotações Iniciais	Inscrições e Reforços	Diminuições e Anulações	Total de Modificações	Dotações Finais
TOTAIS DO PPI	24 513 438,00 €	847 300,00 €	0,00 €	847 300,00 €	25 360 738,00 €
VARIAÇÃO FACE AO MONTANTE DE DOTAÇÕES INICIAIS ...					3,46%

No caso do PPI – Plano Plurianual de Investimentos e sendo o valor da sua dotação inicial de 16.040.700,00 € e tendo ocorrido aumento da sua dotação global +692.300,00 €, o valor de dotação final foi de 16.733.000,00 €, equivalente e uma variação de +4,32%.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

PPI - RESUMO DAS MODIFICAÇÕES ÀS DOTAÇÕES					
Classif. Económica da Despesa	Dotações Iniciais	Inscrições e Reforços	Diminuições e Anulações	Total de Modificações	Dotações Finais
TOTAIS DO PPI.....	16 040 700,00 €	692 300,00 €	0,00 €	692 300,00 €	16 733 000,00 €
VARIAÇÃO FACE AO MONTANTE DE DOTAÇÕES INICIAIS...					4,32%

No que respeita às AMR – Atividades Mais Relevantes, que beneficiaram de reforços no valor de 155.000,00 €, ocorreu a passagem de uma dotação inicial de 8.472.738,00 € para uma dotação final de 8.627.738,00 €, correspondente a um aumento equivalente a +1,83%.

AMR - RESUMO DAS MODIFICAÇÕES ÀS DOTAÇÕES					
Classif. Económica da Despesa	Dotações Iniciais	Inscrições e Reforços	Diminuições e Anulações	Total de Modificações	Dotações Finais
TOTAIS DAS AMR'S.....	8 472 738,00 €	155 000,00 €	0,00 €	155 000,00 €	8 627 738,00 €
VARIAÇÃO FACE AO MONTANTE DE DOTAÇÕES INICIAIS ...					1,83%



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO - ORÇAMENTO

Neste capítulo dedicamos algum espaço de análise ao grau de cumprimento do Orçamento Municipal aprovado para o ano económico de 2018, tanto em relação à receita, como em relação à despesa e observando, para uma e para outra, a realização face aos valores que tinham sido orçamentados, bem como a execução comparada com o ano económico anterior.

Assim, no que respeita à execução orçamental em termos globais e como já tínhamos anteriormente referido, as receitas totais de 2018 superaram aquele que tinha sido o melhor registo de sempre no Município, ocorrido no exercício anterior de 2017, o qual, por sua vez, tinha conseguido ultrapassar o anterior melhor ano, registado em 2011, no qual tinha sido obtido pela primeira vez um valor superior a 17 milhões de euros.

Ou seja, com o montante de 17.486.274,07 € em 2017, o Município de Oliveira do Hospital tinha conseguido suplantar o ano de 2011 em mais 246.411,66 €, sendo que este total sobe em 2018 para quase 19 milhões de euros, cuja diferença se fica essencialmente a dever ao incremento de um maior volume de receita em alguns grandes agregados, como sejam as Transferências de capital com mais 1.306.465,69 € (+ 91,24%), a Venda de bens e serviços correntes com mais 215.046,36 € (+ 8,82%), Impostos directos com mais 146.649,63 € (+ 5,81%) e Outras receitas correntes com mais 133.793,70 € (+ 280,14%).

No que respeita às despesas totais a situação é, apesar de tudo, menos favorável, na medida em que, não obstante o aumento de mais 553.888,32 € (+3,50%) face a 2017, o valor atingido no final de 2018, de 16.384.525,03 € é ainda inferior ao melhor ano em termos de total de despesa, que tinha sido também o de 2011.

RECEITA - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PREVISÃO E EXECUÇÃO							
Classif. Económica da Receita		Previsões Iniciais	Previsões corrigidas	Variação Previsões %	Receita Cobrada Líquida	Variações e taxas de execução	
Classif.	Designação					€	%
01	Impostos directos	2 702 250,00 €	2 702 251,00 €	0,00%	2 668 604,38 €	-33 646,62 €	98,75%
02	Impostos indirectos	215 400,00 €	215 400,00 €	0,00%	127 574,43 €	-87 825,57 €	59,23%
04	Taxas, multas e outras penalidades	901 600,00 €	901 600,00 €	0,00%	158 918,23 €	-742 681,77 €	17,63%
05	Rendimentos da propriedade	791 000,00 €	791 000,00 €	0,00%	575 240,41 €	-215 759,59 €	72,72%
06	Transferências correntes	11 074 555,00 €	11 074 555,00 €	0,00%	7 016 835,89 €	-4 057 719,11 €	63,36%
07	Venda de bens e serviços correntes	2 766 056,00 €	2 766 056,00 €	0,00%	2 652 105,04 €	-113 950,96 €	95,88%
08	Outras receitas correntes	38 000,00 €	38 000,00 €	0,00%	181 553,36 €	143 553,36 €	477,77%
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES		18 488 861,00 €	18 488 862,00 €	0,00%	13 380 831,74 €	-5 108 030,26 €	72,37%
09	Venda de bens de investimento	89 000,00 €	89 000,00 €	0,00%	9 579,20 €	-79 420,80 €	10,76%
10	Transferências de capital	14 110 927,00 €	14 110 927,00 €	0,00%	2 738 292,96 €	-11 372 634,04 €	19,41%
11	Activos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%
12	Passivos financeiros	1 000 000,00 €	1 000 000,00 €	0,00%	1 000 000,00 €	0,00 €	100,00%
13	Outras receitas de capital	14 500,00 €	14 500,00 €	0,00%	0,00 €	-14 500,00 €	0,00%
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL		15 214 427,00 €	15 214 427,00 €	0,00%	3 747 872,16 €	-11 466 554,84 €	24,63%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	4 000,00 €	4 000,00 €	0,00%	3 453,04 €	-546,96 €	86,33%
16	Saldo da gerência anterior	0,00 €	1 719 823,74 €	0,00%	1 719 823,74 €	0,00 €	100,00%
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS		4 000,00 €	1 723 823,74 €	42,99%	1 723 276,78 €	-546,96 €	-0,03%
TOTAL DE RECEITAS E TAXA DE EXECUÇÃO		33 707 288,00 €	35 427 112,74 €	5,10%	18 851 980,68 €	-16 575 132,06 €	53,21%

Em termos de análise comparativa entre previsão e execução, abrandou ligeiramente a tendência de estabilização das taxas de execução da receita e da despesa que vinha dos anos mais recentes, sendo que também em 2018 o grau de cumprimento das previsões é mais forte do lado das receitas, com 53,21%, do que do lado das despesas, que registaram uma taxa de execução de 46,25%.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Dentro das receitas, o nível de cumprimento das receitas correntes é uma vez mais muito superior ao das receitas de capital, com 72,37% naquelas e apenas 24,63% nas receitas de capital. Essa diferença encontra grande parte da explicação nos atrasos que normalmente afetam o arranque dos projetos beneficiários de financiamentos no âmbito do Portugal 2020, uma vez que o seu início efetivo depende da obtenção de Visto do Tribunal de Contas nos respetivos contratos de empreitada e estes não são possíveis de obter sem que, antes, as respetivas candidaturas tenham sido beneficiárias de aprovação por parte das autoridades de gestão de cada programa setorial.

Numa observação mais detalhada, verificaram-se algumas situações que merecem o devido destaque, desde logo, a constatação de que as taxas de execução mais elevadas podem ser observadas em Impostos diretos, com 98,75%, cuja receita efetiva foi de 2.668.604,38€; em Venda de bens e serviços correntes, com 95,88% e com uma receita total de 5.652.105,04 € e em Transferências correntes, com 63,36% e a que corresponde um valor absoluto de receita de 7.016.835,89 €, cujo principal contributo advém das receitas do FEF corrente, no montante de 6.734.655,00 €, em cujo total representam 95,98%.

Em quase todos os agregados se verifica uma considerável correspondência entre os valores previstos e a efetiva arrecadação de receitas, sendo que, em valores absolutos, as maiores diferenças ocorrem em Transferências correntes, com – 4.057.719,11 €, em Taxas, multas e outras penalidades, com – 742.681,77 € e em Rendimentos da propriedade com – 215.759,59 €, sendo que a maior destas diferenças se deve à maior dificuldade de previsão nas receitas que têm proveniência externa e que estão ligadas ao desenvolvimento de projetos e iniciativas imateriais apoiados por fundos comunitários.

Por seu lado, a única diferença positiva, ou seja, a única situação em que o valor de receitas efetivas é superior à respetiva previsão, é a referente a Outras receitas correntes, com um acréscimo de 143.553,36 € e uma taxa de execução de 477,77%, cuja principal proveniência se encontra na conta 08019999 – Diversas, cuja realização foi de 180.600,69 € e para a qual contribuíram substancialmente os donativos atribuídos à conta solidária criada após os incêndios de 15 e 16 de outubro de 2017, cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 era de 73.061,52 €.

No grupo das receitas de capital e por razões idênticas às que referimos imediatamente atrás, embora em escala muito superior, uma vez que decorre da dificuldade de previsão relativa à execução temporal de projetos de investimentos, que é muito condicionada por situações externas e sem qualquer domínio por parte da Câmara Municipal, a maior diferença entre previsão e execução ocorre em Transferências de capital, cuja rubrica foi realizada com menos 11.372.634,04 € do que o previsto inicialmente.

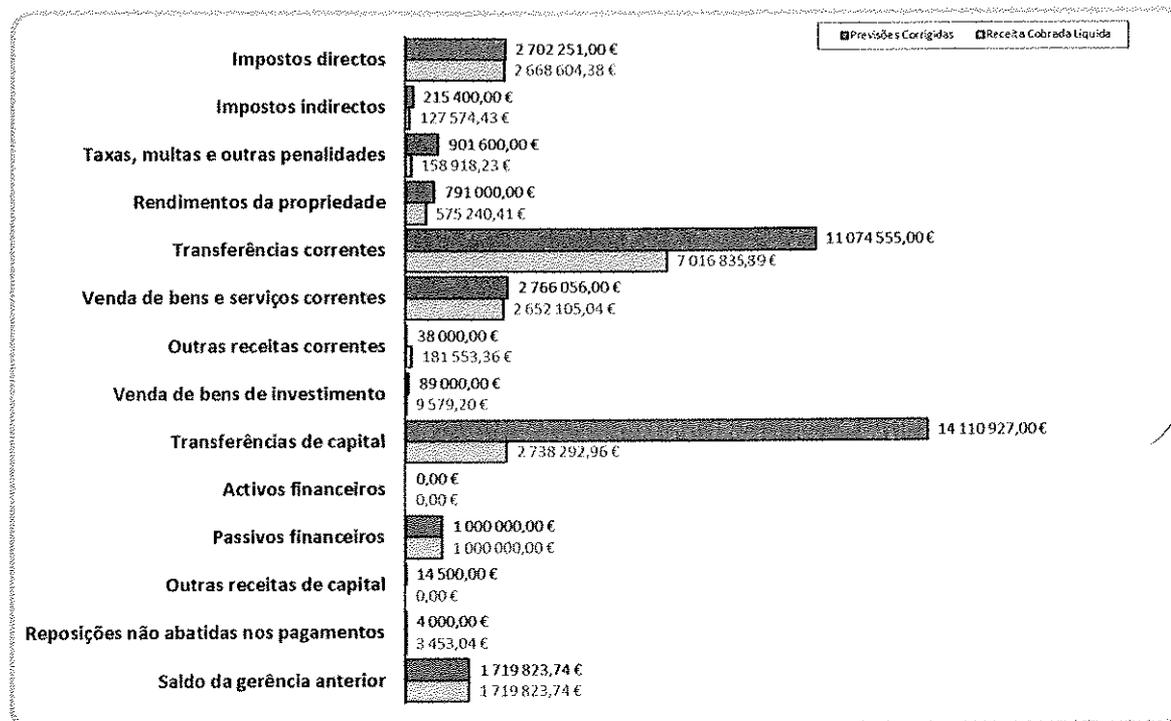
Ou seja, apenas foi obtida uma taxa de execução de 19,41%, sendo que, em termos de diferenças positivas face à previsão inicial, é de realçar apenas o Saldo da gerência anterior, com um valor total de 1.719.823,74 €, sendo que essa diferença é nula quando comparada a realização final com as previsões corrigidas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Todos os restantes agregados, quer em correntes quer em capital, apresentam diferenças inferiores a 200 mil euros, apresentando o gráfico seguinte o registo das diferenças de maior expressão absoluta.



Pode também verificar-se que a proporção de 19,88% das receitas de capital face às receitas totais, é bem elucidativo da crescente dependência da participação financeira no Orçamento de Estado, que tem sido agravada pelo maior número e volume financeiro de situações de transferência de competência da administração central para os municípios sem os correspondentes meios financeiros, designadamente naquelas que o Município tem vindo a rejeitar sucessivamente nas situações em que tem sido chamado a pronunciar-se através de deliberações dos seus órgãos executivo e deliberativo, mas sobretudo nas outras que não têm sido objeto de delegação formal e legal de competências, mas que, mesmo sendo competência da administração central, a autarquia assume o papel de atender a um vasto conjunto de necessidades e carências que não são formalmente da sua competência de atuação, onde se destacam as situações de desemprego de uma parte ainda considerável da população e as consequências dos incêndios na vida das famílias, das empresas e das instituições.

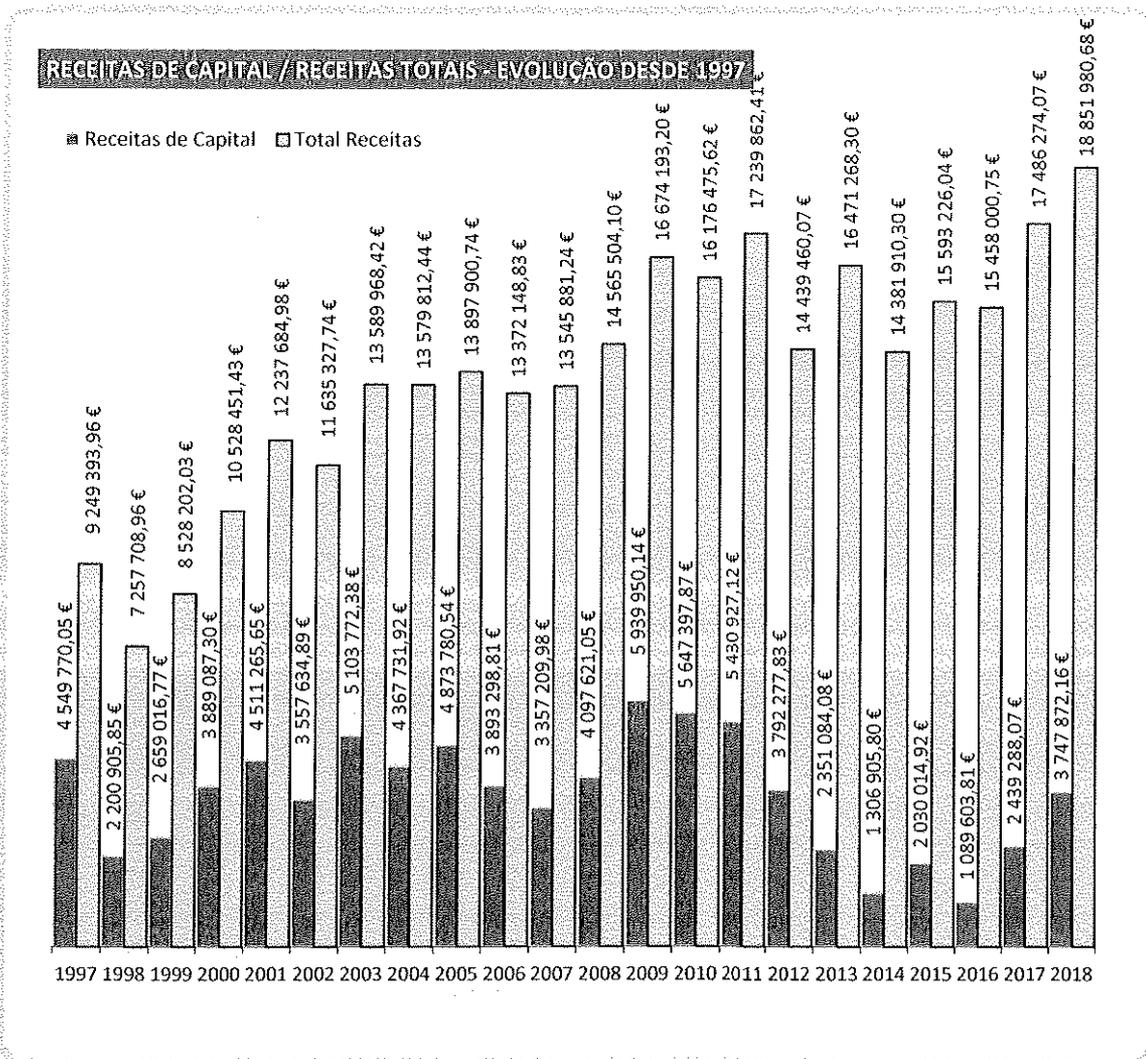
Aliás, como tem sido dito noutras oportunidades, esta situação contribui também para uma nova realidade, que é a do agravamento substancial da tendência para a predominância das despesas correntes, em detrimento das despesas de capital, que não deriva apenas do acréscimo de prioridades em ações imateriais, mas é também consequência desse maior número de competências que os municípios são obrigados a assumir junto das populações em situação de carência por escassez de apoio ou inação dos órgãos da administração central e desconcentrada do Estado.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Por seu turno, o gráfico seguinte evidencia também a evolução da receita desde 1997, com comparação da situação até ao ano de 2018 e no qual é bem visível o maior volume de receitas dos últimos dois anos face ao melhor resultado que os tinha antecedido no ano de 2011.

Merece também alguma relevância o facto de o valor em 2018 ter aumentado face a 2017 em mais 1.365.706,61 €, que é bastante superior, num só ano, à diferença de 246.411,66 € que se tinha verificado entre 2017 e 2011. Por outro lado, se em 2011 o valor de receitas de capital representava 31,50% do total das receitas desse ano, sendo mesmo, ainda hoje, o terceiro maior registo em receitas de capital depois de 2009 e de 2010, em 2017 essa proporção foi de apenas 13,95% e em 2018 de 19,88%. E certo que os anos de 2013 e seguintes foram marcados por um forte decréscimo nas transferências do Orçamento de Estado e por uma alteração drástica nas proporções das partes de receitas correntes e de receitas de capital no conjunto do Fundo de Equilíbrio Financeiro, mas nem isso deprecia o mérito inerente ao grande acréscimo de receitas ocorrido em 2018, que está intimamente ligado ao acréscimo ocorrido em transferências de capital, com mais 1.306.465,69 €.





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Em termos absolutos e ainda no que respeita à receita, a comparação com o ano de 2017 está demonstrada no quadro seguinte, onde se verifica que, em termos globais, a execução do ano de 2018 apresenta o já referido acréscimo de 1.365.706,61 € (+7,81%), obtido à custa dos aumentos de receitas em Transferências de capital, como já foi referido, mas também em Venda de bens e serviços correntes, com mais 215.046,36 € (+8,82%), em Impostos directos, com mais 146.619,63 € (5,81%) e em Outras receitas correntes, com mais 133.793,70 € (+280,14%).

RECEITA - ANÁLISE DE EVOLUÇÃO BIENAL							
Classif. Económica da Receita		Receita Cobrada Líquida (2018)	Ponderações	Receita Cobrada Líquida (2017)	Ponderações	Variações (2018-2017)	
Classif.	Designação		%		%	€	%
01	Impostos directos	2 668 604,38 €	14,16%	2 521 954,75 €	14,42%	146 649,63 €	5,81%
02	Impostos indirectos	1 275 744,43 €	0,68%	1 220 452,26 €	0,70%	55 292,17 €	4,53%
04	Taxas, multas e outras penalidades	158 918,23 €	0,84%	199 808,32 €	1,14%	-40 890,09 €	-20,46%
05	Rendimentos da propriedade	575 240,41 €	3,05%	628 785,85 €	3,60%	-53 545,44 €	-8,52%
06	Transferências correntes	7 016 835,89 €	37,22%	7 073 819,73 €	40,45%	-56 983,84 €	-0,81%
07	Venda de bens e serviços correntes	2 652 105,04 €	14,07%	2 437 058,68 €	13,94%	215 046,36 €	8,82%
08	Outras receitas correntes	181 553,36 €	0,96%	477 596,66 €	0,27%	133 793,70 €	280,14%
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES		13 380 831,74 €	70,98%	13 031 232,25 €	74,52%	349 599,49 €	2,68%
09	Venda de bens de investimento	9 579,20 €	0,05%	7 460,80 €	0,04%	2 118,40 €	28,39%
10	Transferências de capital	2 738 292,96 €	14,53%	1 431 827,27 €	8,19%	1 306 465,69 €	91,24%
11	Activos financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
12	Passivos financeiros	1 000 000,00 €	5,30%	1 000 000,00 €	5,72%	0,00 €	0,00%
13	Outras receitas de capital	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL		3 747 872,16 €	19,88%	2 439 288,07 €	13,95%	1 308 584,09 €	53,65%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	3 453,04 €	0,02%	8 113,46 €	0,05%	-4 660,42 €	-57,44%
16	Saldo da gerência anterior	1 719 823,74 €	9,12%	2 007 640,29 €	11,48%	-287 816,55 €	-14,34%
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS		1 723 276,78 €	9,14%	2 015 753,75 €	11,53%	-292 476,97 €	-14,51%
TOTAL DE RECEITAS		18 851 980,68 €	100,00%	17 486 274,07 €	100,00%	1 365 706,61 €	7,81%

O saldo da gerência anterior apresenta uma diminuição de -287.816,55 € (-14,34%) face ao valor de 5.007.640,29 € obtido na transição de 2016 para 2017 e constitui mesmo a variação negativa de maior valor absoluto entre 2017 e 2018.

Para além desta, apenas as contas de Taxas, multas e outras penalidades com - 20,46%, de Rendimentos da propriedade com -8,52% e Transferências correntes com -0,81% apresentam variações negativas de valor absoluto de valor mais significativo.

Tal como já havíamos referido anteriormente, o acréscimo da parte de receitas de capital do Fundo de Equilíbrio Financeiro foi de apenas 8.310,00 € face ao valor homólogo de 2017, pelo que é praticamente nulo o contributo deste aumento para o acréscimo verificado em Transferências de Capital.

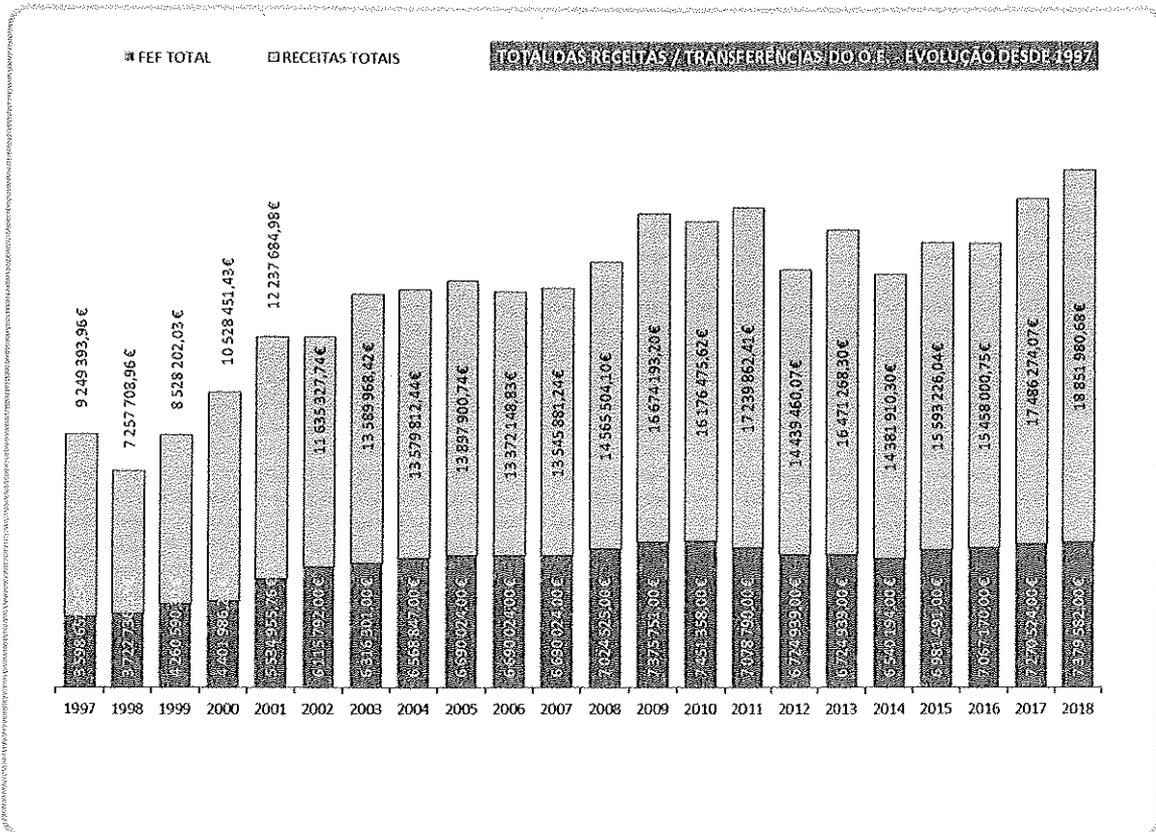
Ou seja, este acréscimo foi obtido por via da capacidade de angariação de financiamentos comunitários para os investimentos que foram objeto de candidatura aos programas do Portugal 2020 e não pela via das transferências do Orçamento de Estado.

Esta circunstância permitiu que em 2018 se tenha atenuado um pouco a enorme dependência que se tem feito sentir do orçamento municipal em relação ao Orçamento de Estado, de tal modo que, neste ano, como o quadro seguinte permite concluir, as transferências do Orçamento de Estado sob a forma de Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS passaram a representar apenas 39,14%, quando em anos anteriores a expressão dessa dependência foi sempre superior a 40% e quase sempre superior a 45%, como foram os casos de 2016, 2014, 2012 e 2010.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL



Porém, como já foi suficientemente referido atrás, este aumento das receitas e esta atenuação da dependência do orçamento municipal em relação ao Orçamento de Estado não são consequência de um forte aumento das receitas próprias e, portanto, da sobrecarga de impostos e taxas sobre os munícipes oliveirenses, mas sobretudo da capacidade de captação de outras fontes de financiamento externo que não ponham em causa a relação de proteção dos seus residentes que a Câmara Municipal tem sabido e conseguido manter, apesar das contingências.

Ou seja, num período em que a situação económica e financeira das famílias e das empresas continua a não permitir a procura de soluções pela via do aumento de receitas próprias e uma maior aproximação entre o volume de receitas próprias e o custo efetivo dos bens fornecidos e serviços prestados pelo Município às populações, apesar das imposições externas por parte da entidade reguladora, designadamente em matéria de saneamento básico e resíduos sólidos urbanos, no sentido da redução dos deficits tarifários que se vêm verificando nos principais serviços prestados pelo Município, o foco tem sido muito maior na procura de soluções de eficiência e sustentabilidade nos gastos de carácter regular e de captação de receitas externas, do que procurar o equilíbrio apenas no ajustamento tarifário dos principais serviços prestados às populações.

Outro dos dados que é possível observar no gráfico anterior, bem como no quadro seguinte, é o de que é quase residual o aumento ocorrido nas receitas provenientes de Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS, que representa apenas um acréscimo de 1,50%, equivalente a um valor absoluto de 109.058,00 €.



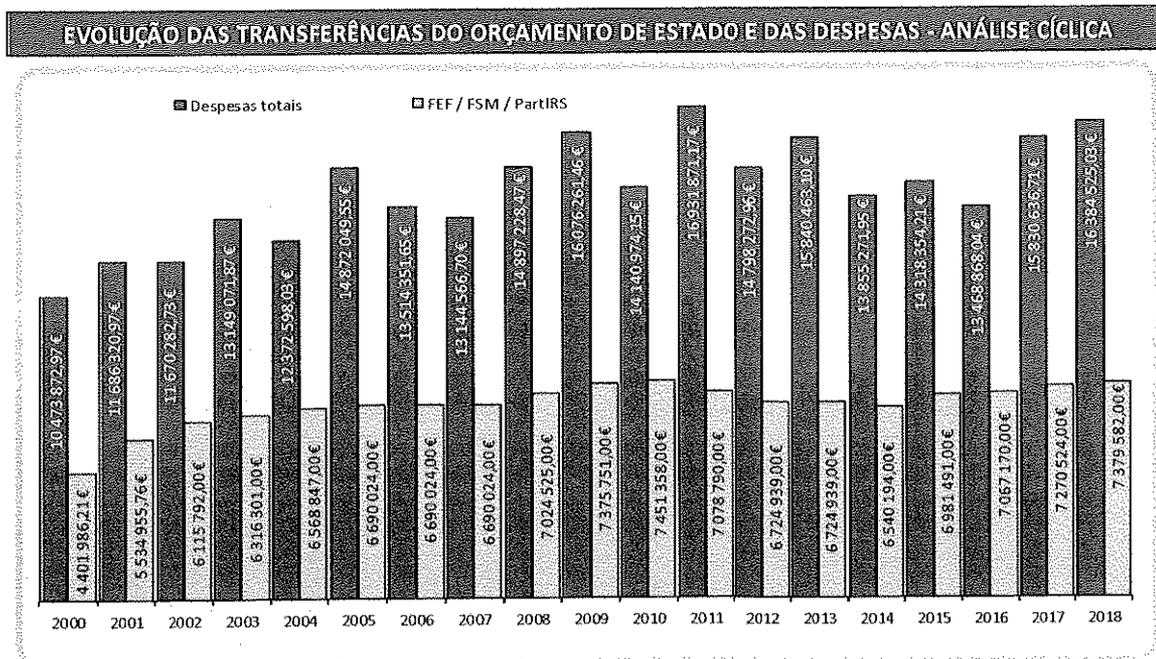
MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO DE ESTADO - ANÁLISE CÍCLICA									
Designação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
FEF / FSM / PART. IRS (corrente)	4 781 325,00 €	4 549 600,00 €	4 326 790,00 €	5 525 864,00 €	5 958 504,00 €	6 376 115,00 €	6 452 817,00 €	6 633 907,00 €	6 734 655,00 €
FEF (capital)	2 670 033,00 €	2 529 190,00 €	2 398 149,00 €	1 199 075,00 €	581 690,00 €	605 376,00 €	614 353,00 €	636 617,00 €	644 927,00 €
SOMA	7 451 358,00 €	7 078 790,00 €	6 724 939,00 €	6 724 939,00 €	6 540 194,00 €	6 981 491,00 €	7 067 170,00 €	7 270 524,00 €	7 379 582,00 €
Evolução face ao ano anterior	1,03%	5,00%	5,00%	0,00%	2,75%	6,75%	1,23%	2,88%	1,50%

Na análise cíclica da evolução destas transferências regulares do Orçamento de Estado para o Município, verifica-se o referido acréscimo do valor global das mesmas transferências face a 2017, embora ainda se tenha registado um valor inferior àquele que se tinha obtido em 2010, ano anterior àquele em que se iniciaram os cortes de grande impacto nestas transferências. Ou seja, para que essa reposição venha a concretizar-se, sem considerar os aumentos anuais que deveriam refletir a evolução da taxa de inflação, será necessário que o ano de 2019 inclua um aumento de, pelo menos, 71.776,00 €. Outra análise possível é a de que foram precisos mais de 7 anos para recuperar cerca de um milhão de euros, que foi o valor dos cortes iniciado em 2011 e que se prolongou até 2016.

Graficamente, a evolução das duas componentes da participação financeira no Orçamento de Estado num período de 9 anos, separadas entre receitas correntes relativas a Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS e receitas de capital compostas exclusivamente por Fundo de Equilíbrio Financeiro (parte de capital), evidencia ainda a degradação que ocorreu no volume de transferências de capital oriundas diretamente do Orçamento de Estado e que, apesar de alguma reposição, face ao melhor valor antes dos cortes, não reflete a recuperação do que deveria ter acontecido em termos de atualizações anuais do volume global das transferências do Orçamento de Estado.



Esta situação é tanto mais significativa quanto é verdade que as despesas de caráter regular, cuja cobertura advém precisamente do Orçamento de Estado, como sejam as despesas e encargos com pessoal e os encargos de funcionamento com instalações e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

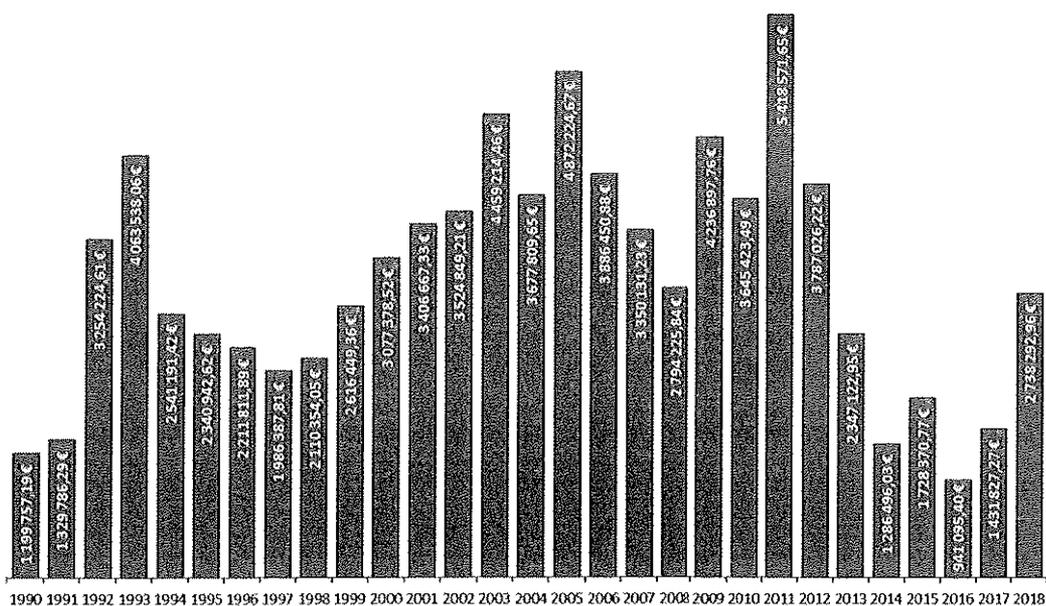
serviços prestados às populações, têm sido objeto de aumentos anuais, sem o devido acompanhamento em termos de aumento das transferências da administração central.

Noutra perspetiva de análise, também bastante representativa da estrutura de financiamento das autarquias locais, em particular das que não podem angariar a mesma proporção de receitas próprias que é obtida pelos principais municípios do litoral, confirma-se a elevada dependência das transferências do Orçamento de Estado e é bem visível o peso relativo dessas transferências no total da despesa realizada em cada exercício. Ou seja, é bastante claro que as maiores variações ocorridas no nível de despesa não resultam tanto de variações positivas ou negativas do FEF, mas da capacidade de afetar outros recursos financeiros, com particular destaque para os financiamentos externos não reembolsáveis, como são, em primeira instância, os fundos comunitários.

O gráfico seguinte apresenta, para o período entre 1990 e 2018, o registo anual das receitas relativas a Transferências de capital e que, apesar de conterem nos seus totais anuais o valor que em cada ano foi transferido pelo Orçamento de Estado como parte de receitas de capital do Fundo de Equilíbrio Financeiro, apresenta variações muito mais irregulares do que as verificadas nas transferências do FEF.

O que demonstra que o desempenho ao nível da realização de despesas de investimentos depende mais da capacidade de obtenção de fundos comunitários do que das transferências do Orçamento de Estado.

RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - EVOLUÇÃO DESDE 1990



As despesas, como se observa também no gráfico que contém a evolução anual das transferências do Orçamento de Estado e a sua relação com a evolução das despesas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

totais, cresceram bastante face aos que vinha acontecendo nos 7 últimos anos, apesar de, ao contrário das receitas, ainda não terem alcançado o maior valor de sempre, o qual pertence ao ano de 2011.

No ano de 2018, conforme o demonstra o quadro seguinte, as despesas apresentam uma taxa de realização de 46,25%, que não decorre de uma diminuição das despesas em valores absolutos, uma vez que estas até cresceram mais de meio milhão de euros, mas de um maior aumento nas previsões orçamentais que, por razões diversas, não puderam ter o mesmo nível de concretização que ocorreu nas receitas.

As despesas correntes apresentam uma taxa de concretização superior, de 69,73%, como é comum em todos os exercícios dada a maior capacidade de previsão deste tipo de despesas, ao passo que as despesas de capital previstas no orçamento conseguiram ser cumpridas numa proporção de 27,57%.

DESPESA - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PREVISÃO E EXECUÇÃO							
Classif. Económica da Despesa		Previsões Iniciais	Previsões corrigidas	Variação	Despesa Paga Total	Variações e taxas de execução	
Classif.	Designação			Previsões		%	€
01	Despesas com o pessoal	4 386 100,00 €	4 452 520,00 €	1,51%	4 158 072,06 €	-294 447,94 €	93,39%
02	Aquisição de bens e serviços	6 777 200,00 €	7 742 643,74 €	14,25%	4 401 691,08 €	-3 340 952,66 €	56,85%
03	Juros e outros encargos	34 000,00 €	26 450,00 €	-22,21%	15 747,20 €	-10 702,80 €	59,54%
04	Transferências correntes	3 236 600,00 €	3 141 600,00 €	-2,94%	2 181 030,57 €	-960 569,43 €	69,42%
05	Subsídios	20 000,00 €	40 000,00 €	100,00%	11 687,21 €	-28 312,79 €	29,22%
06	Outras despesas correntes	315 000,00 €	293 210,00 €	-6,92%	176 518,44 €	-116 691,56 €	60,20%
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES		14 768 900,00 €	15 696 423,74 €	6,28%	10 944 746,56 €	-4 751 677,18 €	69,73%
07	Aquisição de bens de capital	16 040 700,00 €	16 733 001,00 €	4,32%	4 175 108,82 €	-12 557 892,18 €	24,95%
08	Transferências de capital	2 480 000,00 €	2 580 000,00 €	4,03%	879 789,10 €	-1 700 210,90 €	34,10%
09	Activos financeiros	100 188,00 €	100 188,00 €	0,00%	73 266,00 €	-26 922,00 €	73,13%
10	Passivos financeiros	315 000,00 €	315 000,00 €	0,00%	311 614,55 €	-3 385,45 €	98,93%
11	Outras despesas de capital	2 500,00 €	2 500,00 €	0,00%	0,00 €	-2 500,00 €	0,00%
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL		18 938 388,00 €	19 730 689,00 €	4,18%	5 439 778,47 €	-14 290 910,53 €	27,57%
TOTAL DE DESPESAS E TAXA DE EXECUÇÃO		33 707 288,00 €	35 427 112,74 €	5,10%	16 384 525,03 €	-19 042 587,71 €	46,25%

Analisando as variações ocorridas em cada um dos capítulos da despesa face às previsões orçamentais, é mais significativa a baixa taxa de realização no Capítulo Económico 07 – Aquisição de bens de capital, com -12.557.892,18 €, representando apenas 24,95% das respetivas previsões orçamentais corrigidas, considerando para este efeito as modificações orçamentais ocorridas durante o exercício.

O gráfico seguinte ilustra boa parte das realidades que determinam as razões pelas quais alguns dos agregados apresentam taxas de execução muito inferiores.

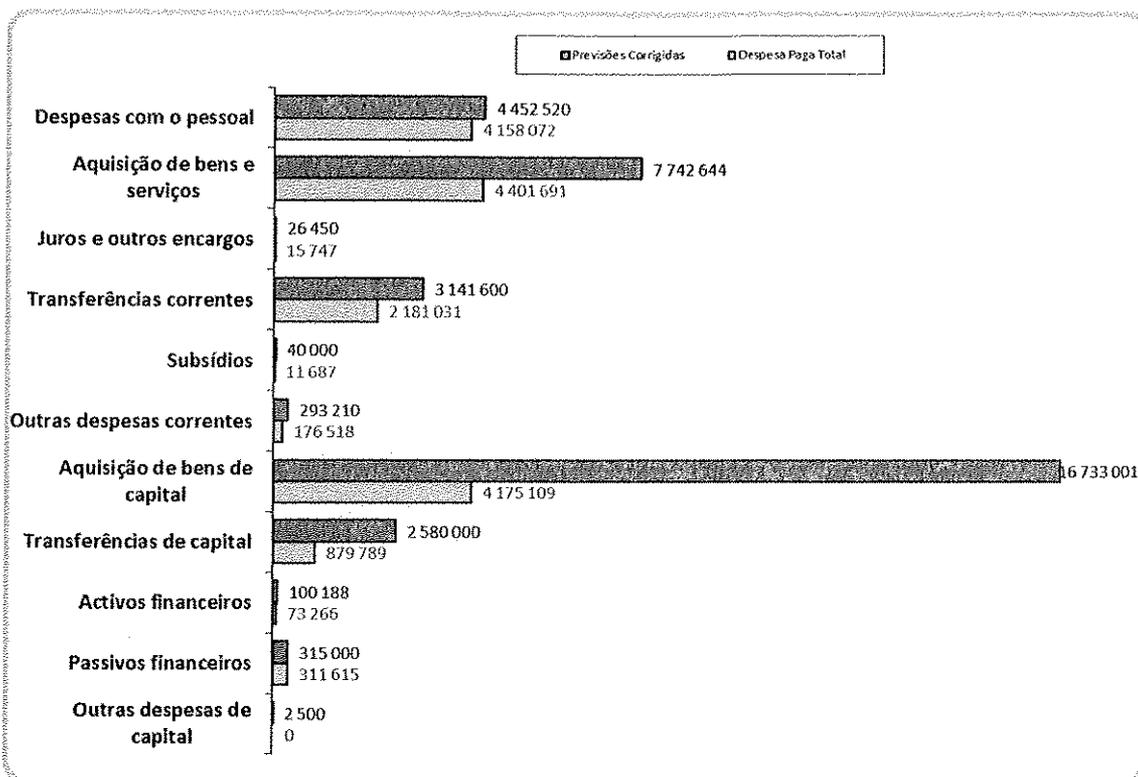
Para além disso, ele é igualmente conclusivo quanto à evidência de que é incontornável a adoção de um excesso de previsão nos trabalhos e decisões de preparação dos documentos previsionais para cada exercício económico e que é habitualmente aplicável a alguns agregados da despesa, em consequência da indispensável elasticidade que é necessário introduzir na preparação desses documentos previsionais.

Tal acontece, de um modo geral, para permitir acomodar intenções de investimento que são incertas e que apenas poderão concretizar-se caso surjam oportunidades de financiamento externo que alavanquem esses investimentos, situação que se manteve no ano de 2018 de forma bastante premente, sobretudo em alguns agregados de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

despesas onde a capacidade de execução efetiva comportava alguns riscos de não concretização.



O Capítulo 02 – Aquisição de bens e serviços apresenta também uma diferença significativa em termos absolutos, entre a previsão e a execução, num valor de - 3.340.952,66 €, ainda que tenha conseguido alcançar uma taxa de execução de 56,85% e o Capítulo 08 – Transferências de capital apenas cumpriu 34,10% da respetiva previsão orçamental, ficando abaixo desta em -1.700.210,90 €.

Como tem sido referido, é no Capítulo 02 – Aquisição de bens e serviços que existe maior elasticidade na implementação de medidas de contenção de gastos e de obtenção de ganhos de eficiência com impacto nos custos do funcionamento dos equipamentos municipais e, por isso, é neste agregado que se opera melhor o ajustamento que é necessário fazer na despesa, em função das restrições que se revelam do lado da receita.

Para além destes, também os capítulos 04 e 01 apresentam valores bastante abaixo das respetivas previsões orçamentais, sendo que, no caso das Transferências correntes essa diferença é de quase 1 milhão de euros, com uma taxa de realização de 69,42% e no caso das Despesas com o pessoal a taxa de execução é de 93,99%, representativa de uma diferença que é inferior a 300 mil euros mas, apesar disso, superior à que tem ocorrido nos exercícios mais recentes, uma vez que existe normalmente uma elevada adesão da realização no final do exercício às respetivas previsões corrigidas.

Essa elevada correspondência entre previsão e execução é consequência do facto das despesas com o pessoal permitirem um maior rigor na sua previsão aquando da preparação da informação prospetiva e não serem as mesmas suscetíveis de grandes oscilações durante o decurso do exercício, mas o exercício de 2018 teve a particularidade



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

de corresponder ao ano em que foi implementado em concreto o Programa de Regularização de Vínculos Precários, que foi objeto da respetiva inscrição de verbas em termos de preparação do orçamento, mas que veio a ter reflexo real em termos de despesa mais tarde do que inicialmente se previa.

Quanto à evolução bial de despesas pagas por classificação económica, por comparação entre os anos de 2018 e de 2017, salienta-se o aumento global de +3,50% é muito modesto face aos aumentos verificados em anos anteriores, mas encontra boa parte da explicação nos constrangimentos que envolveram o arranque concreto em termos de despesa dos principais investimentos que já se encontravam com as respetivas candidaturas aprovadas, mas que tardaram em ter execução de obras.

Não obstante, as despesas correntes cresceram apenas 2,73%, em contraste com as despesas de capital que registaram aumentos de 6,62%.

As variações de maior valor absoluto do lado das despesas correntes registaram-se na conta das Despesas com pessoal, com mais 335.588,46 € (+ 8,78%), seguidas do acréscimo verificado em Aquisição de bens e serviços, com mais 153.637,25€ (+3,62%).

Por seu lado, as despesas de capital tiveram apenas um agregado com variação positiva, no caso, a relativa à Aquisição de bens de capital, com uma evolução relativa de 14,71%, a que corresponde um acréscimo em termos absolutos de 535.534,54 €.

Os restantes capítulos tiveram crescimento nulo ou negativo, designadamente Transferências de capital com menos 173.518,02 € (-16,47%) e Ativos financeiros, com menos 24.422,00 € (-25,00%).

DESPESA - ANÁLISE DE EVOLUÇÃO BIENAL							
Classif. Económica da Despesa		Despesa Paga	Ponderações	Despesa Paga	Ponderações	Variações (2018-2017)	
Classif.	Designação	Total (2018)	%	Total (2017)	%	€	%
01	Despesas com o pessoal	4 158 072,06 €	25,38%	3 822 483,60 €	24,15%	335 588,46 €	8,78%
02	Aquisição de bens e serviços	4 401 691,08 €	26,86%	4 248 053,83 €	26,83%	153 637,25 €	3,62%
03	Juros e outros encargos	15 747,20 €	0,10%	5 206,53 €	0,03%	10 540,67 €	202,45%
04	Transferências correntes	2 181 030,57 €	13,31%	2 398 013,29 €	15,15%	-216 982,72 €	-9,05%
05	Subsídios	11 687,21 €	0,07%	20 001,86 €	0,13%	-8 314,65 €	-41,57%
06	Outras despesas correntes	176 518,44 €	1,08%	234 693,65 €	1,48%	-58 175,21 €	-24,79%
	TOTAL DE DESPESAS CORRENTES	10 944 746,56 €	66,80%	10 728 452,76 €	67,77%	216 293,80 €	2,02%
07	Aquisição de bens de capital	4 175 108,82 €	25,48%	3 639 574,28 €	22,99%	535 534,54 €	14,71%
08	Transferências de capital	879 789,10 €	5,37%	1 053 307,12 €	6,65%	-173 518,02 €	-16,47%
09	Activos financeiros	73 266,00 €	0,45%	97 688,00 €	0,62%	-24 422,00 €	-25,00%
10	Passivos financeiros	311 614,55 €	1,90%	311 614,55 €	1,97%	0,00 €	0,00%
11	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
	TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL	5 439 778,47 €	33,20%	5 102 183,95 €	32,23%	337 594,52 €	6,62%
	TOTAL DE DESPESAS	16 384 525,03 €	100,00%	15 830 636,71 €	100,00%	553 888,32 €	3,50%

Dentro do grupo das despesas correntes, também o Capítulo 04 - Transferências correntes registou uma diferença negativa face à realização efetiva obtida no exercício anterior o que, neste caso, traduz uma nova realidade em termos de apoio às iniciativas de investimento e aos custos de funcionamento das organizações da sociedade civil que habitualmente têm apoio financeiro por parte do Município. Ou seja, após um período em que o Município realizou um esforço financeiro muito elevado no apoio aos investimentos das associações, clubes e coletividades do Concelho, as maiores necessidades encontram-se hoje satisfeitas em grande número, embora persistam ainda



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

alguns casos que vão sendo apoiados dentro das disponibilidades financeiras que a autarquia se pode permitir dispensar para estas reivindicações.

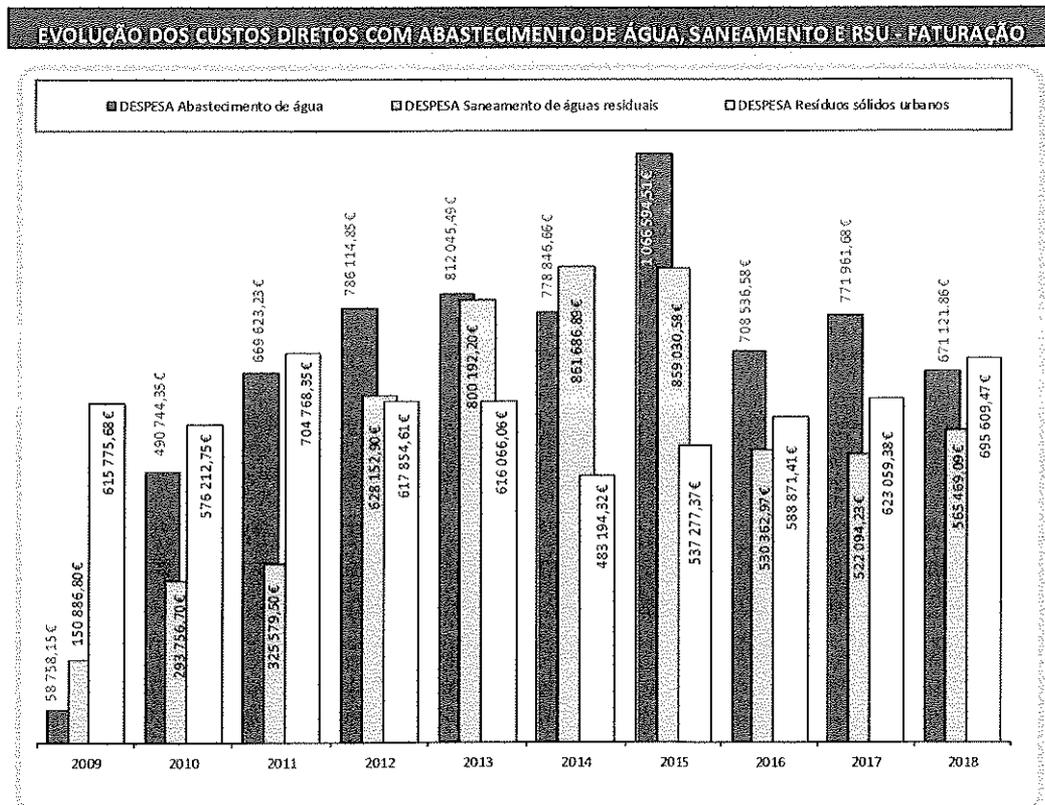
Saliente-se ainda que o Capítulo 02 – Aquisição de bens e serviços integra os encargos decorrentes da prestação dos serviços essenciais relacionados com o abastecimento de água e com o saneamento e parte dos encargos relacionados com a recolha, transporte e tratamento dos resíduos sólidos urbanos indiferenciados e valorizáveis, os quais se encontram transcritos no quadro seguinte:

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DIRETOS COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO E RSU - FATURAÇÃO										
Designação	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
DESPEZA Abastecimento de água	58 758,15 €	490 744,35 €	669 623,23 €	786 114,85 €	812 045,49 €	778 846,66 €	1 066 594,51 €	708 536,58 €	771 961,68 €	671 121,86 €
DESPEZA Saneamento de águas res	150 886,80 €	293 756,70 €	325 579,50 €	628 152,90 €	800 192,20 €	861 686,89 €	859 030,58 €	530 362,97 €	522 094,23 €	565 469,09 €
DESPEZA Resíduos sólidos urbanos	615 775,68 €	576 212,75 €	704 768,35 €	617 854,61 €	616 066,06 €	483 194,32 €	537 277,37 €	588 871,41 €	623 059,38 €	695 609,47 €
SOMA (A+B+C)	209 644,95 €	784 501,05 €	955 202,73 €	1 414 267,75 €	1 612 237,69 €	1 640 533,55 €	1 925 625,09 €	1 238 899,55 €	1 294 055,81 €	1 236 590,95 €
Evolução face ao ano anterior		274,20%	26,85%	42,11%	14,00%	1,76%	17,18%	-35,66%	4,45%	-4,44%
Evolução anual face ao ano de 2009		274,20%	374,71%	574,60%	669,03%	682,53%	818,52%	490,95%	517,26%	489,85%

No que se refere à situação relativa ao saneamento básico, a faturação apresentada pela empresa Águas do Vale do Tejo, S.A. no ano de 2018 atingiu o montante de 1.236.590,95 €, valor que, apesar da uma ligeira diminuição de 4,44% face a 2017, é bem representativo da enorme pressão que os mesmos encargos colocam na estrutura de custos do Município.

Verifica-se também que, por um lado, apenas as despesas com abastecimento de água tiveram uma ligeira redução e que, no seu conjunto, abastecimento de água e saneamento continuam a corresponder a cerca de 5 vezes o valor que era pago nos anos de 2009 e anteriores.

Em termos gráficos, a situação destes encargos é a que se transcreve abaixo:





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

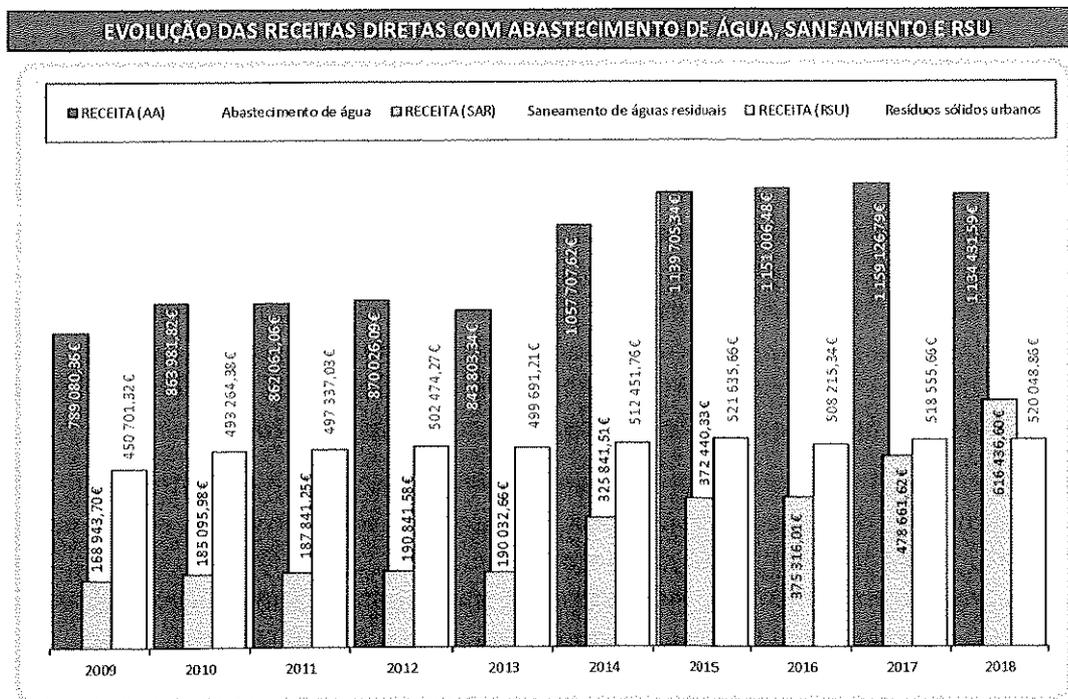
No que diz respeito aos resíduos sólidos urbanos, verificou-se também um crescimento face ao ano anterior, que é em parte consequência do aumento de resíduos recolhidos em cerca de 20,1 toneladas por mês, mas também do aumento dos tarifários aplicados pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão e que o Município de Oliveira do Hospital também aprova e aceita em igualdade de circunstâncias com os restantes municípios do sistema.

A situação relativa às receitas é ilustrada pelo quadro seguinte em que se verifica um acréscimo de 6,90% nas receitas relativas às componentes de abastecimento de água e de saneamento. As receitas relativas aos resíduos sólidos urbanos tiveram um aumento de apenas 0,29%.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DIRETAS COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO E RSU										
Designação	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
RECEITA (AA)	789 080,36 €	863 981,82 €	862 061,06 €	870 026,09 €	843 803,34 €	1 057 707,62 €	1 139 705,34 €	1 151 006,48 €	1 159 126,79 €	1 134 431,59 €
RECEITA (SAR)	168 943,70 €	185 095,98 €	187 841,25 €	190 841,58 €	190 032,66 €	325 841,51 €	372 440,33 €	375 316,01 €	478 661,62 €	616 436,60 €
RECEITA (RSU)	450 701,32 €	493 264,38 €	497 337,03 €	502 474,27 €	499 691,21 €	512 451,76 €	521 635,66 €	508 215,34 €	518 555,66 €	520 048,86 €
SOMA (AA+SAR)	958 024,06 €	1 049 077,80 €	1 049 902,31 €	1 060 867,67 €	1 033 836,00 €	1 383 549,13 €	1 512 345,67 €	1 526 322,49 €	1 637 788,41 €	1 750 868,19 €
Evolução anual...		9,50%	0,08%	1,04%	-2,55%	33,83%	9,29%	0,94%	7,30%	6,90%

Nestas duas componentes registou-se uma redução nas receitas relativas ao abastecimento de água, ao passo que as receitas da componente de saneamento de águas residuais tiveram um crescimento mais significativo em resultado da imposição da ERSAR quanto à obrigação de cumprimento de um grau de recuperação de custos superior a 90%, que foi materializada pela aplicação de uma taxa superior de afluência à rede de saneamento por parte do abastecimento de água, ou seja, passou a ser considerada para efeitos de tarifa variável de saneamento uma proporção superior do volume de água consumido em cada instalação.

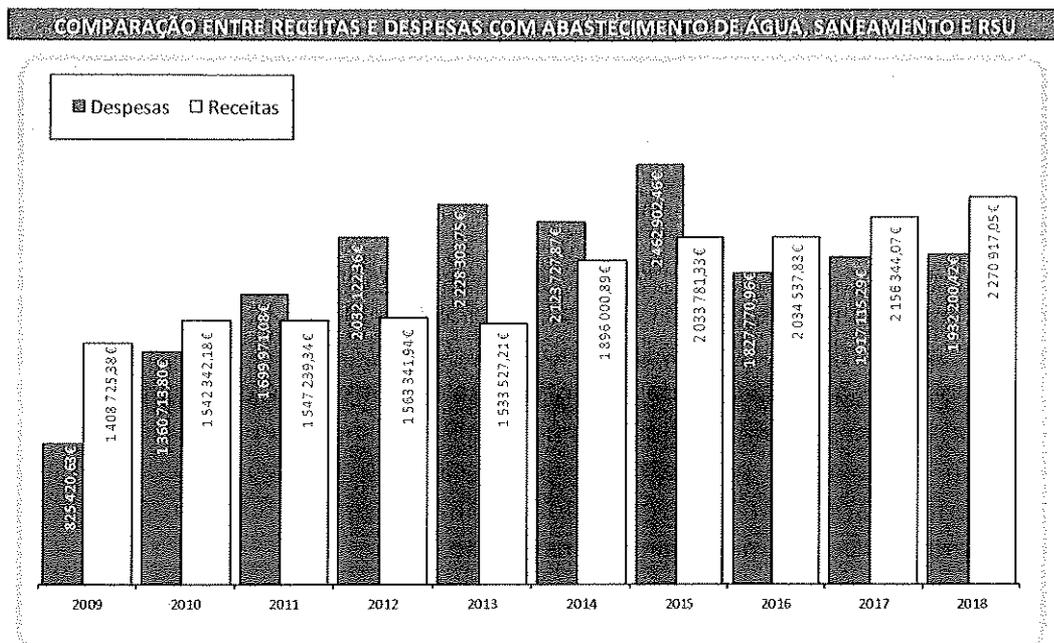
Em termos gráficos, a situação relacionada com as receitas obtidas em consequências dos três bens e serviços essenciais é a que se transcreve abaixo:





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

A comparação entre receitas e despesas, que o gráfico seguinte também ilustra, apresenta uma diferença positiva favorável às receitas, de mais de 300 mil euros, porém, tal não permite concluir desde já que foi alcançada uma situação de superavit tarifário englobado para os três serviços, uma vez que, enquanto as receitas consideradas na referida comparação respeitam à totalidade do território, as despesas relacionadas com abastecimento de água e saneamento são apenas o reflexo da faturação paga à entidade concessionária, Águas do Vale do Tejo, S.A., cuja concessão, como se sabe, não engloba todo o território municipal e todos os sistemas e subsistemas, mas apenas os sistemas em alta.



Ou seja, não estão consideradas nesta comparação, nem as despesas com o pessoal afeto aos serviços, nem todas as despesas inerentes aos sistemas em baixa, ou seja, a referente a todos os sistemas e subsistemas de abastecimentos de água inteiramente da responsabilidade da Câmara Municipal desde a captação da água até à entrega aos consumidores, incluindo as infraestruturas e equipamentos relacionados com reservatórios e sistemas de tratamento e de bombagem, bem como a referente a todos os subsistemas de saneamento de águas residuais inteiramente da responsabilidade da Câmara Municipal, que vão desde as redes de recolha de águas residuais existentes nas povoações que não fazem parte da concessão, até aos respetivos órgãos de tratamento passando pelas infraestruturas e equipamentos intermédios, como sejam as estações elevatórias de águas residuais e as respetivas condutas elevatórias.

Aliás, como já foi sobejamente mencionado, ainda recentemente foram realizados investimentos de cerca de 2 milhões de euros em infraestruturas relacionadas com a construção de redes de abastecimento de águas em três povoações da freguesia de São Gião e de 10 novas ETAR's, incluindo uma nova rede de saneamento em Vale Torto e extensões de redes em Lourosa, Chamusca da Beira e Reta da Salinha.

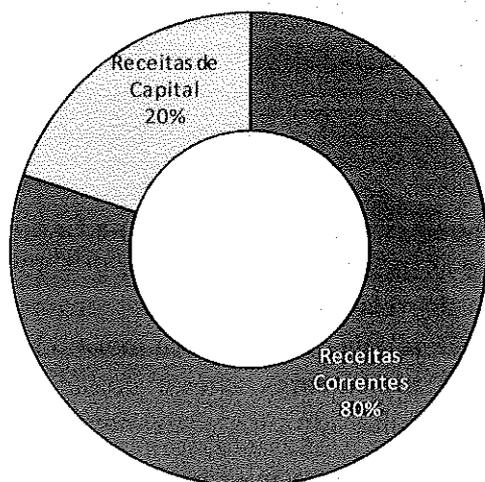


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

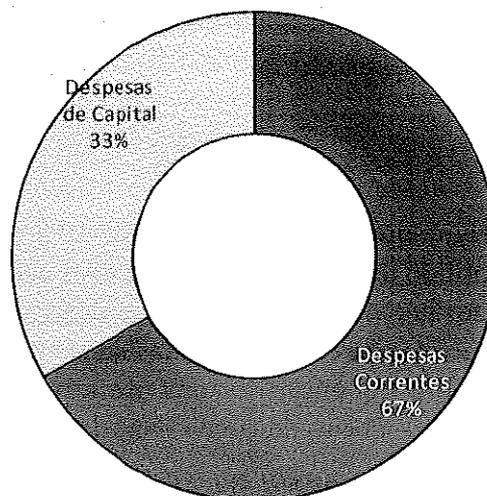
De regresso à análise à execução orçamental em termos gerais, importa sublinhar que voltou a verificar-se de forma muito expressiva a tendência de afetação de uma boa parte das receitas correntes a despesas de capital, privilegiando assim, como atrás já havia sido sublinhado, a componente do investimento relativamente aos restantes capítulos das despesas, não obstante alguma evolução positiva registada nas principais fontes de financiamento externo que alavancam esses investimentos.

COMPARAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS					
RECEITAS			DESPESAS		
Receitas Correntes	15 104 108,52 €	80,12%	Despesas Correntes	10 944 746,56 €	66,80%
Receitas de Capital	3 747 872,16 €	19,88%	Despesas de Capital	5 439 778,47 €	33,20%
TOTAL DE RECEITAS	18 851 980,68 €	100,00%	TOTAL DE DESPESAS	16 384 525,03 €	100,00%

RECEITAS



DESPESAS



Resulta do quadro que antecede e dos respetivos gráficos que as receitas de capital corresponderam a 19,88% da totalidade das receitas, enquanto que as despesas de capital foram de 33,20% face à totalidade das despesas, havendo, por isso, uma transferência de 27,54% das receitas correntes para despesas de capital.

Esta situação mostra uma realidade que tem sido possível de obter nos últimos anos, mesmo em anos de menor arrecadação de receitas provenientes de fundos comunitários e de transferências de capital em geral, mas que também se deve à alteração de proporções que passou a verificar-se a partir de 2013 entre as partes corrente e de capital das transferências do Orçamento de Estado para as autarquias locais.

Isto porque, até ao ano de 2006, inclusive, era normal que a parte corrente das transferências do OE, ou seja, o Fundo de Equilíbrio Financeiro (corrente) / Fundo Social Municipal / Participação Fixa no IRS, representasse 60% da totalidade do FEF, ao passo



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

que, a partir de 2007, a parte de receitas correntes do Fundo de Equilíbrio Financeiro passou a assumir proporções muito superiores, em detrimento das receitas de capital, tendo atingido taxas superiores a 90%.

Como temos vindo a afirmar, esta perspetiva que tem sido assumida pela Administração Central no que concerne às transferências do Orçamento de Estado para as autarquias locais está essencialmente orientada para olhar para os municípios como meros intermediários na realização de encargos correntes e cada vez menos como agentes de desenvolvimento económico e social, que sempre foram, situação que tem fragilizado a capacidade das autarquias de realizarem os investimentos necessários em prol do desenvolvimento das suas comunidades.

Não fora a possibilidade de acesso aos fundos comunitários e a capacidade investidora e de fomento das autarquias estaria completamente aniquilada.

Tendo em conta a evolução da participação do Município no Orçamento do Estado, através do Fundo de Equilíbrio Financeiro, importante cruzar o valor das receitas correntes, para as quais o FEF contribui com cerca de 45%, com todo o conjunto das receitas correntes e com o comportamento das despesas com pessoal.

COMPARATIVO: DESPESAS COM PESSOAL - RECEITAS CORRENTES - FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO (CORRENTE)										
Designação	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Despesas com Pessoal	4 128 829,19 €	4 249 807,26 €	3 968 849,03 €	3 501 392,60 €	3 660 059,89 €	3 858 385,79 €	3 535 606,64 €	3 628 871,38 €	3 872 483,60 €	4 158 072,06 €
Receitas Correntes	10 734 243,06 €	10 529 077,75 €	11 808 935,29 €	10 647 182,24 €	14 120 184,22 €	13 075 004,50 €	13 563 211,12 €	14 368 396,94 €	15 046 986,00 €	15 104 108,52 €
FEF / ISM / PART. IRS (corrente)	4 733 556,00 €	4 781 325,00 €	4 549 600,00 €	4 326 790,00 €	5 525 864,00 €	5 958 504,00 €	6 376 115,00 €	6 452 817,00 €	6 633 907,00 €	6 734 655,00 €
Dp. Pessoal/Rec. Correntes	38,46%	40,36%	33,61%	32,89%	29,92%	29,51%	26,07%	25,26%	25,40%	27,53%
FEF (corrente)/Rec. Correntes	44,10%	45,45%	38,53%	40,66%	39,13%	45,37%	47,01%	44,91%	44,09%	44,56%
Desp. Pessoal/FEF (corrente)	87,22%	88,68%	87,24%	80,92%	66,24%	64,75%	55,45%	56,24%	57,62%	61,74%
Evol. Desp. Pessoal	1,15%	2,93%	-6,61%	-11,78%	4,33%	5,42%	-8,37%	2,64%	5,34%	8,78%

Num intervalo comparativo de 10 anos, pode observar-se que apenas a partir de 2013 foi obtido um rácio de despesas com pessoal face às receitas correntes inferior a 30%, a que, porém, não é alheia a alteração na dimensão relativa das receitas correntes e das receitas de capital incluídas na totalidade do FEF relativamente a este mesmo total e que veio a beneficiar fortemente a parte das receitas correntes, apesar do valor total das transferências do Orçamento de Estado não se ter alterado substancialmente.

Não pode deixar de assinalar-se também que, nos mesmos anos, as despesas com pessoal cresceram face aos exercícios anteriores, exceto no ano de 2015, em que ocorreu uma redução de -8,37%, logo seguida de uma nova subida em 2016, de 2,64%, em 2017, de 5,34%, e em 2018, de 8,78% representando um valor absoluto de 335.588,46 €.

Por seu lado, o rácio entre receitas correntes incluídas no Fundo de Equilíbrio Financeiro a as Receitas correntes totais não se alterou substancialmente, mesmo depois do ganho de proporção do FEF corrente relativamente ao total do FEF, o que vem demonstrar que, embora numa relação de elasticidade quase nula entre FEF e Receitas Correntes, o aumento na parte corrente do FEF acabou por ser acompanhado por um percurso de aumentos também no total de Receitas correntes, mas sem qualquer relação de causa-efeito entre ambos os valores.

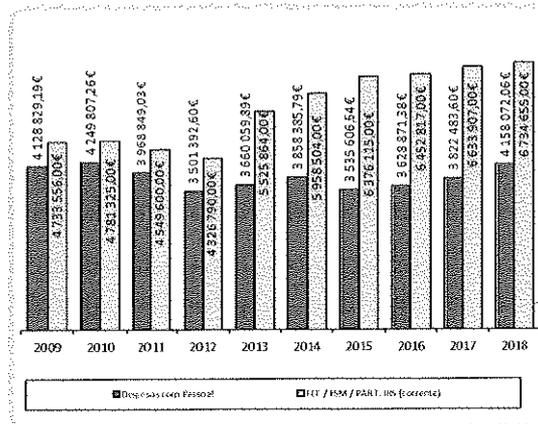
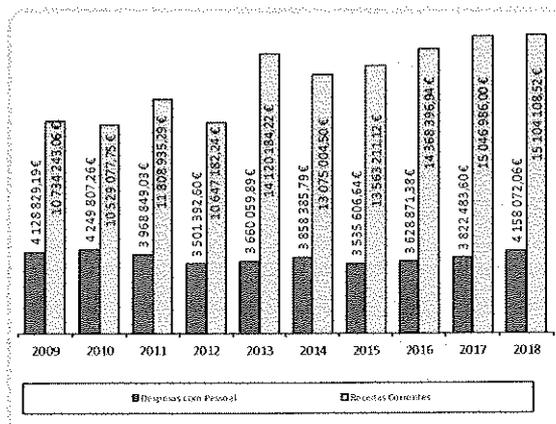
Graficamente, pode observar-se o comportamento ao longo dos últimos 10 anos do quociente entre Despesas com Pessoal e Receitas Correntes, o qual evidencia o crescimento mais acentuado das receitas correntes a partir do ano de 2013, pelas razões



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

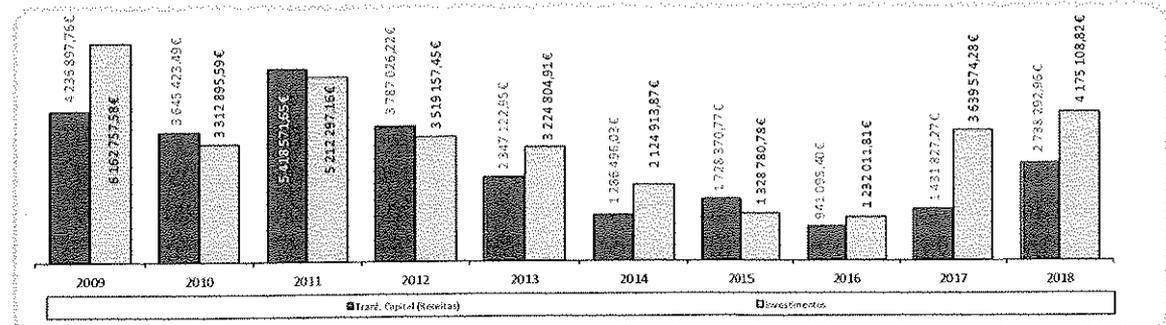
antes descritas, mas que permite também observar o comportamento relativamente constante das despesas com pessoal, cujo crescimento, nos anos em que existe, é consequência de fatores de caráter extraordinário, sem qualquer efeito de continuidade nos custos fixos da entidade ou com origem externa, exceto em relação ao ano de 2018 em que, embora em pequena proporção, foi já refletido o efeito de aplicação do Programa de Regularização de Vínculos Precários e que se acentuará de forma mais visível no ano de 2019 e seguintes.



Por seu lado, a representação gráfica que ilustra a relação entre Despesas com Pessoal e o FEF / FSM / PF IRS (corrente) revela uma variação mais consistente entre ambos os indicadores de análise, ou seja, vem confirmar que se não tivessem ocorrido as alterações na distribuição relativa das partes corrente e de capital que constituem o FEF, a parte de FEF corrente seria praticamente toda absorvida em cada ano económico pelos encargos com o pessoal, não deixando grande margem para a cobertura de outras despesas de carácter regular relativos ao funcionamento dos serviços e instalações municipais.

Noutro prisma de observação, cruzamos a evolução das Transferências de Capital com a dinâmica dos Investimentos, cuja relação tende a ser muito direta, embora nem sempre determinista, como se reproduz no quadro e gráfico seguintes:

COMPARATIVO: TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - INVESTIMENTOS										
Designação	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Transf. Capital (receitas)	4 236 897,76 €	3 645 423,09 €	5 418 571,65 €	3 787 026,22 €	2 347 122,95 €	1 286 496,03 €	1 728 370,77 €	941 095,40 €	1 431 827,27 €	2 738 292,96 €
Investimentos	6 162 757,58 €	3 312 895,59 €	5 212 297,16 €	3 519 157,45 €	3 224 804,91 €	2 124 913,87 €	1 328 780,78 €	1 232 011,81 €	3 639 574,28 €	4 175 108,82 €
Investimentos/Tr. Cap.	145,45%	90,88%	96,19%	92,93%	137,39%	165,17%	76,88%	130,91%	254,19%	152,47%



Essa interdependência, embora seja uma realidade numa análise de médio prazo, não é observável isoladamente em cada ano económico.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

De facto, embora a capacidade de realização de investimentos por parte do Município seja uma consequência direta e seja incontornavelmente determinada pela capacidade de aceder a fontes de financiamento não reembolsável com origem externa ao Município, designadamente os fundos comunitários, essa relação não existe dentro do mesmo ano económico, na medida em que a arrecadação de receitas provenientes de fundos comunitários se materializa sempre depois, às vezes bastante depois, da realização em concreto das despesas de investimento.

Poder-se-á dizer que as decisões de realização de investimentos só são tomadas na base da expectativa de obtenção dos fundos externos que os podem alavancar, mas essas expectativas apenas podem fundamentar as previsões orçamentais e não podem ser reconhecidas como receitas concretas, sendo que estas só o são quando as despesas são realizadas e dão lugar à atribuição de participações em relação aos pedidos de pagamento apresentados em cada operação de investimento.

A representação gráfica anterior permite concluir, apesar de tudo e não obstante os casos em que o valor das transferências de capital foi superior às despesas de investimento nesse anos que, à medida que em cada quadro estratégico de programação de fundos comunitários se vão esgotando os meios de financiamento disponíveis, designadamente nos fins de ciclo, assim se vão reduzindo as possibilidades para a realização dos investimentos que, numa lógica de coesão entre os territórios e de convergência do desenvolvimento e da qualidade de vida com os níveis médios europeus, o Município assume como seus desígnios.

Pelo contrário, à medida que cada novo quadro estratégico vai proporcionando novas formas concretas de obtenção de fundos externos, assim se vai revelando, numa proporção muito superior, a elevada capacidade e orientação do Município para a realização de novos investimentos, como o demonstram os anos mais recentes após a entrada em execução no novo Portugal 2020.

No ano de 2018 o rácio entre Investimentos e Receitas de Transferências de Capital foi de apenas 152,47%, inferior ao rácio de 254,19% obtido em 2017, ainda que essa redução não tenha significado decréscimo do valor de investimentos, em valor absoluto, uma vez que este até cresceu, embora numa taxa de crescimento inferior à verificada nas Transferências de capital.

Em matéria de endividamento, o quadro seguinte contém o reflexo da situação do endividamento em 31 de dezembro de 2018, desagregado entre dívida a curto prazo e dívida a médio e longo prazo e com a evolução dos últimos dez anos.

A dívida a curto prazo diz respeito aos valores não pagos a fornecedores, empreiteiros e outros credores na transição entre o fim de 2018 e o início do ano seguinte, sendo, portanto, uma dívida meramente residual e com razão de ser em questões de natureza administrativa. Estão não inclui o valor referente à participação do Município no FAM – Fundo de Apoio Municipal e também não inclui os valores que, embora contabilizados como dívida pendente em 31 de dezembro, dizem respeito a operações de tesouraria, no valor de 184.263,80 € e a Reembolsos, no valor de 8,76 €.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

ENDIVIDAMENTO - ANÁLISE CÍCLICA										
Designação	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Dívida de curto prazo	477 170,08 €	825 733,27 €	1 608 013,47 €	1 844 626,06 €	1 515 965,16 €	1 157 594,25 €	1 57 588,10 €	252 360,25 €	305 606,50 €	258 292,54 €
Dívida M/L prazo	4 607 707,35 €	6 154 613,34 €	5 636 678,23 €	5 126 823,39 €	4 624 159,64 €	4 104 992,95 €	3 617 359,36 €	3 305 744,81 €	3 994 130,26 €	4 682 515,71 €
Evolução face ao ano anterior	38,89%	37,28%	3,79%	3,77%	-11,92%	-14,29%	25,85%	-5,17%	21,18%	14,30%
Dívida M/L prazo / Total dívida	90,62%	88,17%	77,80%	73,54%	75,31%	78,00%	95,83%	92,91%	92,89%	94,77%

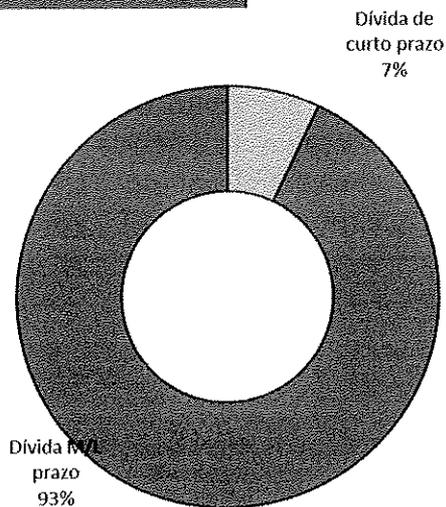
Pode desde logo observar-se, à semelhança do que já havia ocorrido em 2017 que, no seu conjunto, a dívida diminuiu efetivamente em 2018 em termos absolutos na medida em que, não obstante o aumento global numa proporção de 14,30%, o acréscimo de 688.385,45 € foi inferior ao valor de 1.000.000 € relativo à utilização da parte restante do empréstimo de 2 milhões de euros contratado em 2016 e que aumentou o nível de obrigações decorrentes dos empréstimos de médio/longo prazo contratados.

Ou seja, no empréstimo de 5 milhões de euros, contratado no final de 2007 e com início de utilização em 2008, foram realizados os movimentos de amortização do montante emprestado, que acumulam já o montante de 2.415.096,37 €, sendo que em relação aos dois restantes empréstimos anteriores a este está pendente de amortização apenas a importância de 97.612,08 €.

O já referido empréstimo de 2 milhões de euros contratado em 2016, cuja utilização ocorreu em duas tranches de 50% cada, em 2017 e em 2018, não deu ainda lugar à realização de amortizações, por efeito do período de carência que lhe está associado.

Em termos proporcionais e apesar do acréscimo verificado na dívida a médio e longo prazo, o rácio entre dívida de médio/longo prazo e o total da dívida registou um valor acima dos 90%, com uma proporção de 93%, do que resultam alguns benefícios para o

ENDIVIDAMENTO 2017



Município e para os munícipes em geral. Desde logo, porque confere ao Município uma posição muito confortável no ranking das autarquias em matéria de endividamento e de prazo médio de pagamento. Por outro lado porque a capacidade de solver os seus compromissos confere ao Município um posicionamento muito favorável junto dos seus fornecedores e empreiteiros, situação que tem repercussão direta nos parâmetros usados na formação dos preços com que estes se relacionam com o Município aquando da apresentação dos seus orçamentos. Por último e para os próprios munícipes, através dos enormes benefícios que, do ponto de vista tributário, se repercutem diretamente nos

seus rendimentos disponíveis, designadamente por efeito da não sujeição à aplicação das taxas máximas de IMI e outras a que o Município estaria vinculado caso não apresentasse uma situação financeira equilibrada e sem dívidas.

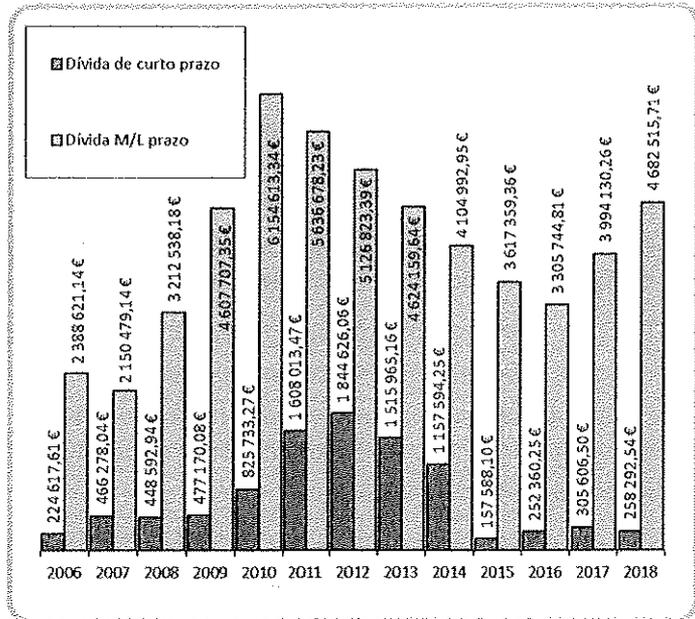


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Também o gráfico seguinte demonstra a estabilização da situação do Município relativamente à evolução de cada um dos tipos de endividamento, com particular destaque para a dimensão em valores absolutos da dívida de curto prazo, em comparação com os anos de maior impacto da crise financeira e dos cortes orçamentais, com alguma expressão já em 2010, mas que se agravaram entre 2011 e 2014.

Apenas em 2015 foi possível fechar o exercício com um endividamento de curto prazo inferior a 200 mil euros, aliás, o melhor de todos os anos da amostra, o qual é resultado de uma nova abordagem em termos decisórios relativamente a esta matéria e que é também

uma consequência da entrada em vigor da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso que tinha sido publicada em 2012.



Ao longo do ano de 2018 e relativamente ao Orçamento foram levadas a efeito 37 modificações orçamentais, que corresponderam a 35 alterações orçamentais, das quais não decorre qualquer mudança no montante global do orçamento e 2 revisões orçamentais, estas sim com impacto no montante total do orçamento e das grandes opções do plano. No caso concreto, estas revisões orçamentais produziram uma alteração no valor global do orçamento em +5,10%, por efeito da incorporação nas receitas e consequente distribuição nas despesas do saldo de gerência anterior. Destas revisões resultou um acréscimo absoluto na dotação global de +1.719.823,74 €, exatamente igual ao saldo da gerência anterior, que foi acrescentado às receitas.

ORÇAMENTO - RESUMO DAS MODIFICAÇÕES AS DOTAÇÕES					
Classif. Económica da Despesa	Dotações Iniciais	Incrições e Reforços	Diminuições e Anulações	Total de Modificações	Dotações Finais
RECEITA	33 707 288,00 €	1 719 823,74 €		1 719 823,74 €	35 427 111,74 €
DESPESA	33 707 288,00 €	3 975 053,74 €	-2 255 230,00 €	1 719 823,74 €	35 427 111,74 €
VARIAÇÃO FACE AO MONTANTE DE DOTAÇÕES INICIAIS...					5,10%

As despesas, com dotações inicial e final iguais às receitas, nos valores, respetivamente, de 33.707.288,00 € e 35.427.111,74 €, tiveram inscrições no montante de +3.975.053,74 € e anulações de -2.255.300,00 €, resultando na mesma diferença de +1.719.823,74 € correspondente ao saldo da gerência anterior.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – BALANÇO

Através da análise ao Balanço que integra os Documentos de Prestação de Contas, aqui apresentado segundo uma estrutura que permita uma observação de ponderações e variações, pode verificar-se que o mesmo registou uma variação de +4,95%, superior, portanto, à evolução de 2,50% registada no ano anterior de 2016 face ao Balanço do ano de 2016. Ou seja, o Balanço manteve em 2018 uma tendência de subida a que tinha regressado em 2017, por comparação com o percurso dos últimos anos.

BALANÇO DO EXERCÍCIO						
ACTIVO	VALORES			PONDERAÇÕES 2018	VARIACÕES	
	2018	2017	2016		2018-2017	2017-2016
ACTIVOS NÃO CORRENTES						
Bens do domínio público	21 557 557,52 €	21 193 913,75 €	21 375 674,65 €	51,94%	1,72%	-0,85%
Imobilizações incorpóreas						
Imobilizações corpóreas	13 527 238,69 €	12 648 706,35 €	11 266 242,45 €	32,59%	6,95%	12,27%
Investimentos financeiros	941 396,01 €	1 185 612,58 €	1 185 612,58 €	2,27%	-20,60%	
Propriedades de investimento						
Clientes e outros devedores						
Activos por impostos diferidos						
TOTAL DE ACTIVOS NÃO CORRENTES	36 026 192,22 €	35 028 232,68 €	33 827 529,68 €	86,81%	2,85%	3,55%
ACTIVOS CORRENTES						
Existências						
Clientes	249 437,46 €	233 566,16 €	207 965,17 €	0,60%	6,80%	12,31%
Outros devedores	42 885,44 €	42 885,44 €	150 000,00 €	0,10%		-71,41%
Estado e outros entes públicos	35 458,44 €	9 056,52 €	13 916,44 €	0,09%	291,52%	-34,92%
Acréscimos e diferimentos	2 476 580,26 €	2 351 667,05 €	2 231 838,12 €	5,97%	5,31%	5,37%
Depósitos em inst. Financeiras e Caixa	2 670 873,37 €	1 878 582,45 €	2 149 623,12 €	6,44%	42,17%	-12,61%
TOTAL DE ACTIVOS CORRENTES	5 475 234,97 €	4 515 757,62 €	4 753 342,85 €	13,19%	21,25%	-5,00%
TOTAL DO ACTIVO	41 501 427,19 €	39 543 990,30 €	38 580 872,53 €	100,00%	4,95%	2,50%
PASSIVO	VALORES			PONDERAÇÕES 2018	VARIACÕES	
	2018	2017	2016		2018-2017	2017-2016
PASSIVOS NÃO CORRENTES						
Endividamento	4 178 675,47 €	3 682 515,71 €	2 994 130,27 €	10,07%	13,47%	22,99%
Credores diversos						
Provisões						
Outros passivos não correntes						
Passivos por impostos diferidos						
TOTAL DE PASSIVOS NÃO CORRENTES	4 178 675,47 €	3 682 515,71 €	2 994 130,27 €	10,07%	13,47%	22,99%
PASSIVOS CORRENTES						
Endividamento	503 840,24 €	311 614,54 €	311 614,54 €	1,21%	61,69%	
Fornecedores	230 283,51 €	319 334,62 €	245 111,32 €	0,55%	-27,89%	30,28%
Credores diversos	234 076,95 €	515 059,12 €	592 734,81 €	0,56%	-54,55%	-13,10%
Estado e outros entes públicos	51 454,50 €	46 761,59 €	44 691,24 €	0,12%	10,04%	4,63%
Acréscimos e diferimentos	13 856 675,66 €	12 345 227,91 €	12 254 808,41 €	33,39%	12,24%	0,74%
TOTAL DE PASSIVOS CORRENTES	14 876 330,86 €	13 537 997,78 €	13 448 960,32 €	35,85%	9,89%	0,66%
TOTAL DO PASSIVO	19 055 006,33 €	17 220 513,49 €	16 443 090,59 €	45,91%	10,65%	4,73%
FUNDOS PRÓPRIOS	VALORES			PONDERAÇÕES 2018	VARIACÕES	
	2018	2017	2016		2018-2017	2017-2016
Património	7 908 798,06 €	7 879 373,20 €	7 879 373,20 €	19,06%	0,37%	
Reservas legais	1 035 614,19 €	1 026 329,45 €	1 008 878,44 €	2,50%	0,90%	1,73%
Subsídios	687 210,70 €	687 210,70 €	687 210,70 €	1,66%		
Doações						
Resultado transitado	12 691 853,85 €	12 544 868,59 €	12 213 299,39 €	30,58%	1,17%	2,71%
Resultado líquido exercício	122 944,06 €	185 694,86 €	349 020,21 €	0,30%	-33,79%	-46,80%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	22 446 420,86 €	22 323 476,80 €	22 137 781,94 €	54,09%	0,55%	0,84%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	41 501 427,19 €	39 543 990,29 €	38 580 872,53 €	100,00%	4,95%	2,50%

Foram determinantes para esta evolução favorável os desempenhos obtidos em algumas contas com maior expressão absoluta no Ativo e no Capital Próprio, desde logo, Imobilizações corpóreas, com mais 878.532,34 € (+ 6,95%); Depósitos em Instituições



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Financeiras e Caixa, com mais 792.290,92 € (+ 42,17%); Bens do domínio público, com mais 363.643,77 € (+ 1,72%); Resultado transitado, com mais 146.985,26 € (+ 1,17%) e ainda a conta ativa de Acréscimos e diferimentos, com mais 124.913,21€ (+ 5,31%).

Houve, todavia, um efeito inverso em algumas contas com evolução negativa na comparação com o exercício anterior, designadamente em Investimentos financeiros, com menos 244.216,57 € (- 20,60%) e em Resultado líquido do exercício, com menos 62.750,80 € (- 33,79%).

Do lado do Passivo registaram-se também diminuições e aumentos com algum significado em valores absolutos, sendo que em relação aos aumentos, são de realçar os ocorridos na conta passiva de Acréscimos e diferimentos, com mais 1.511.447,75 € (+ 12,24%); em Endividamento de médio e longo prazo, com mais 496.159,76 € (+ 13,47%) e em Endividamento de curto prazo, com mais 192.225,70 € (+ 61,69%).

No que se refere às variações negativas, destacam-se apenas as verificadas nas contas de Credores diversos, com menos 280.982,17 € (- 54,55%) de Fornecedores, com menos 89.051,11 € (- 27,89%).

Verificou-se, assim, que o crescimento de 4,95% ocorrido na globalidade do Ativo, de desdobra em crescimentos bastante díspares nos ativos correntes em comparação com os não correntes. Os primeiros apresentam uma evolução face a 2017 de 21,25%, que em 2017 tinham regredido em -5,00%, ao passo que os ativos não correntes apenas aumentaram a uma taxa de 2,85%, um pouco inferior ao aumento de 3,55% ocorrido em 2017.

O maior contributo para o comportamento global de subida do ativo corrente contribuiu fortemente o valor obtido em Caixa e seus equivalentes, muito superior ao que se tinha registado no final de 2017.

Quanto ao peso relativo das diversas contas face à totalidade do Balanço, continua a verificar-se que a conta de maior expressão volumétrica é a de Bens do domínio público, com 51,94%, mantendo-se também a segunda posição para a conta de Imobilizações corpóreas, com um peso relativo de 32,59%, sendo que, em conjunto, estas duas contas absorvem quase 85% do Ativo líquido.

Do lado do Passivo, continua a ser a conta passiva de Acréscimo e diferimentos a assumir a posição de maior destaque, com 33,93% do total do Balanço e na qual se encontram concentrados todos os movimentos de aplicação do princípio da especialização dos exercícios, que determina que os proveitos e os custos sejam reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento. Ou seja, esta conta incorpora os acréscimos de custos incorridos no próprio ano económico, mas regularizáveis apenas em momento posterior, bem como os proveitos diferidos que, no essencial, englobam todos os financiamentos externos já recebidos em termos de tesouraria, mas que apenas são reconhecidos efetivamente ao longo da vida útil contabilística dos investimentos a que se destinaram.

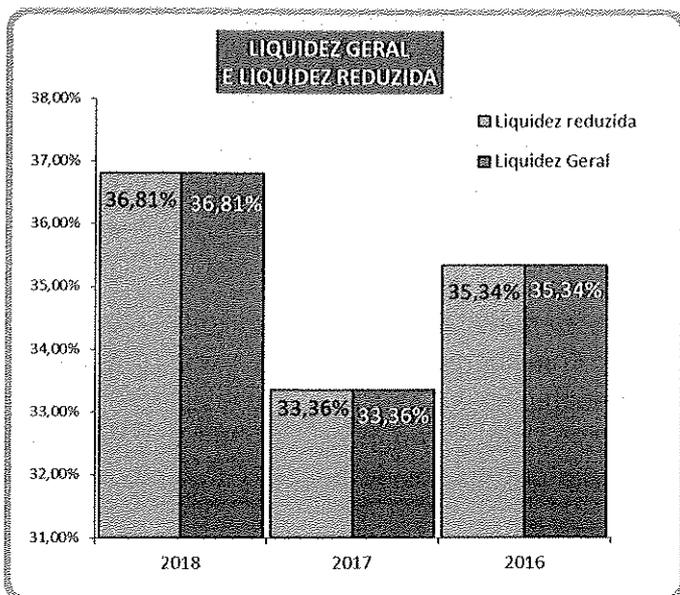
No Capital próprio a conta de maior expressão absoluta e relativa é a do Resultado transitado, com um montante de 12.691.853,85 € (30,58%) a que se segue a conta de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

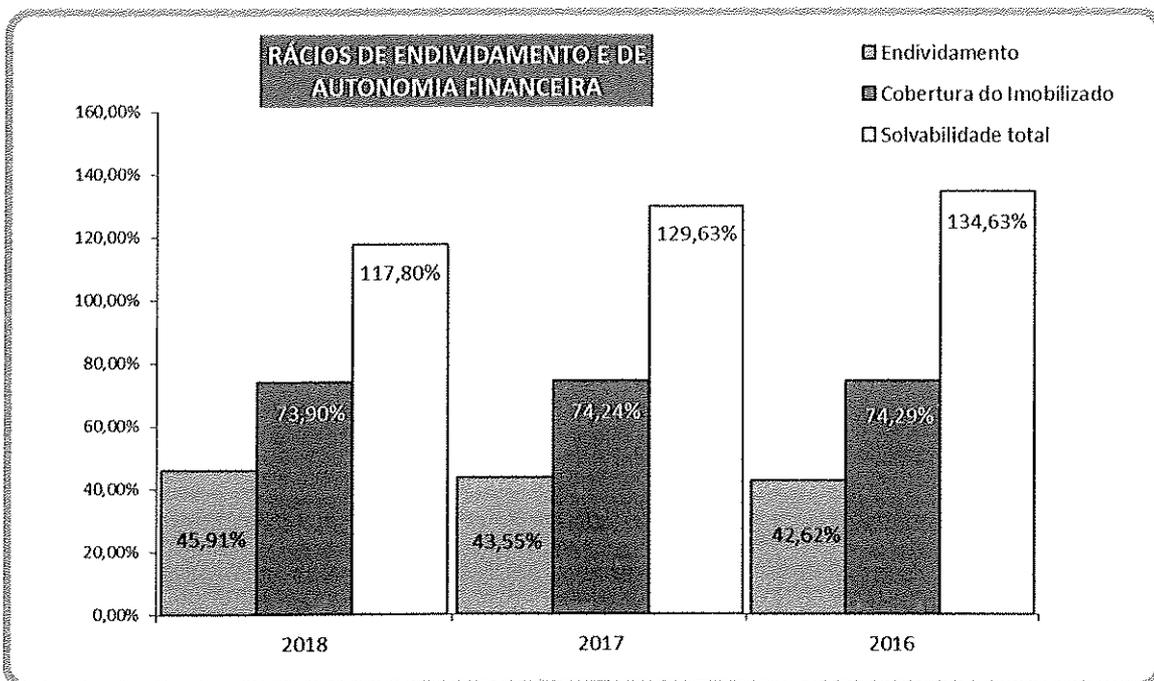
Património, com um montante total de 7.908.798,06 € (19,06%), sendo de destacar que ambas têm apresentado evolução positiva ao longo dos últimos exercícios.

Verificou-se, como já foi atrás referido, um ligeiro decréscimo no valor de Resultado Líquido, ao qual nos referiremos com mais detalhe na análise à Demonstração de Resultados.



Pode também verificar-se a partir da análise ao Balanço que o exercício de 2018 apresenta uma vez mais uma situação de escassez de liquidez, com 36,81%, ligeiramente melhorada face aos dois últimos exercícios anteriores. Persistindo a inexistência de movimentos na conta de Existências, os rácios são iguais em liquidez geral e em liquidez reduzida e bastante inferiores ao valor recomendado de cerca de 90%. É possível também concluir que, tendo em conta o aumento verificado nos Ativos correntes,

designadamente em Depósitos em instituições financeiras e caixa, a melhoria dos rácios de liquidez não conseguiu adquirir uma expressão maior em resultado do elevado aumento ocorrido na conta passiva de Acréscimos e diferimentos, que foi superior a 1,5 milhões de euros e para cujo valor muito contribuiu o reconhecido adicional de 1.105.797,91 € em Proveitos diferidos.





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Quanto à situação financeira de médio e longo prazo, verifica-se em primeiro lugar a ocorrência de um rácio de endividamento de 45,91%, sem grandes alterações em comparação com os exercícios anteriores de 2017 e 2016, embora um pouco superior em consequência da utilização da parte restante do financiamento de 2 milhões de euros assumido em 2016.

No que respeita ao rácio de cobertura do imobilizado, que mede a capacidade de cobertura dos capitais permanentes (capital próprio + Passivo não correntes) sobre os Ativos não correntes, não houve alterações significativas face aos anos anteriores.

A evolução menos favorável registou-se, porém, no rácio de solvabilidade total, que traduz o quociente entre Fundos próprios e Passivo, que passou de um valor de 134,63% em 2016, para 129,63% em 2017 e para apenas 117,80% em 2018, ainda assim, muito superior a 100%.

Esta situação deve-se, em larga medida, ao maior crescimento de algumas das contas de Passivo, designadamente as relativas ao Endividamento e aos Acréscimos e diferimentos, que não foram suficientemente acompanhadas por uma maior evolução nas contas de Fundos próprios, tanto mais que a conta de Património continua a não evidenciar suficientemente a realidade do Município em termos de bens do domínio público e de espólio monumental.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Apresenta-se em seguida a Demonstração de Resultados, segundo uma Estrutura de Proveitos e Custos, a qual permite enquadrar no presente Relatório alguns indicadores de análise considerados de maior relevância informativa.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	VALORES			PONDERAÇÕES 2018	VARIACÕES	
	2018	2017	2016		2018 - 2017	2017 - 2016
Vendas e Prestações de serviços	2 573 980,13 €	2 397 896,17 €	1 463 997,07 €	19,11%	7,34%	63,79%
Outros proveitos	-4 012,51 €	-5 290,46 €	-1 324,41 €	-0,03%	-24,16%	299,46%
Custos das mercadorias e dos subcontratos						
Resultado Bruto	2 569 967,62 €	2 392 605,71 €	1 462 672,66 €	19,08%	7,41%	63,58%
Fornecimentos e serviços externos	-5 349 940,77 €	-4 825 254,61 €	-4 849 757,86 €	39,72%	10,87%	-0,51%
Custos com o pessoal	-3 999 642,93 €	-3 668 883,46 €	-3 511 440,53 €	29,69%	9,02%	4,48%
Impostos e Taxas	2 900 787,89 €	2 746 534,23 €	3 602 859,34 €	21,53%	5,62%	-23,77%
Transferências e subsídios obtidos	7 995 652,50 €	7 696 738,96 €	7 604 592,45 €	59,36%	3,88%	1,21%
Outros proveitos / (custos) operacionais	-2 302 392,79 €	-2 291 561,84 €	-2 446 913,58 €	-17,09%	0,47%	-6,35%
	-755 536,10 €	-342 426,72 €	399 339,82 €	5,61%	120,64%	-185,75%
EBITDA	1 814 431,52 €	2 050 178,99 €	1 862 012,48 €	13,47%	-11,50%	10,11%
Amortizações	-2 120 023,40 €	-2 106 622,51 €	-1 970 240,64 €	15,74%	0,64%	6,92%
Provisões	-9 369,42 €	-150 000,00 €	-4 217,29 €	0,07%		
	-2 129 392,82 €	-2 256 622,51 €	-1 974 457,93 €	15,81%	-5,64%	14,29%
EBIT - Resultado operacional	-314 961,30 €	-206 443,52 €	-112 445,45 €	-2,34%	52,57%	83,59%
Proveitos e ganhos financeiros	685 673,22 €	669 935,54 €	675 389,26 €	5,09%	2,35%	-0,81%
Custos e perdas financeiras	-44 957,86 €	-37 685,33 €	-103 026,77 €	0,33%	19,30%	-63,42%
Resultado financeiro	640 715,36 €	632 250,21 €	572 362,49 €	-4,76%	1,34%	10,46%
Proveitos e ganhos extraordinários	874 335,87 €	872 509,60 €	979 713,62 €	6,49%	0,21%	-10,94%
Custos e perdas extraordinárias	-1 077 145,87 €	-1 112 621,43 €	-1 090 610,45 €	8,00%	-3,19%	2,02%
Resultado de operações extraordinárias	-202 810,00 €	240 111,83 €	-110 896,83 €	1,51%	15,54%	-116,52%
Imposto sobre o rendimento						
Resultado não operacional	437 905,36 €	392 138,38 €	461 465,66 €	-3,25%	-11,67%	15,02%
Resultado líquido do exercício	122 944,06 €	185 694,86 €	349 020,21 €	0,91%	-33,79%	-46,80%

Destaca-se, em primeiro lugar, que o decréscimo verificado no Resultado Líquido do Exercício (-33,79%) é inferior ao decréscimo registado em 2017 (-46,80%) e não foi afetado por operações financeiras ou por operações extraordinárias, que se mantiveram em valores muito próximos dos obtidos no exercício anterior, tendo mesmo ocorrido ligeiros aumentos nos proveitos e ganhos financeiros e nos proveitos e ganhos extraordinários.

No que concerne à atividade operacional, são de destacar, pela positiva, o elevado crescimento em Transferências e subsídios obtidos, com mais 298.913,54 € (+3,88%), em Vendas e prestações de serviços, com mais 176.083,96 € (+7,34%) e em Impostos e taxas, com mais 154.253,66 € (+5,62%).

Igualmente com elevada contribuição para o EBITDA, isto é, para o Resultado operacional antes de amortizações e provisões, são igualmente relevantes pelo lado dos Custos os



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

aumentos verificados em Fornecimentos e serviços externos, com mais 524.686,16 € (+ 10,87%) e em Custos com o pessoal, com mais 330.759,47 € (+ 9,02%).

Na transição do EBITDA para o EBIT – Resultado Operacional, surge com forte impacto o valor das Amortizações (2.106.622,51 €), embora com um crescimento de apenas mais 13.400,89 € (+ 0,64%), ligeiramente atenuado pela redução havida no valor de Provisões, com menos 140.630,58 € (- 93,75%).

Os resultados obtidos reforçam a perspetiva de que não podem ser ignoradas as particularidades e características que fornecem às autarquias locais uma natureza própria e diferenciada relativamente às outras organizações com finalidades lucrativas, uma vez que grande parte da atividade assumida como operacional, portanto, relevante para o resultado operacional é, em grande medida, uma acumulação de ações de caráter social, através do apoio direto às associações e outras entidades de interesse coletivo, ou de iniciativas de promoção e afirmação do concelho, que só indiretamente e a médio/longo prazo geram retornos materialmente relevantes e reconhecíveis como proveitos.

Por outro lado, o elevado volume de amortizações, já atrás evidenciado, incorpora um vasto conjunto de amortizações em ativos que não concorrem diretamente para a formação de proveitos equilibradores do resultado operacional, mas que o afetam do lado dos custos e que, por essa razão, também produzem impacto negativo no Resultado operacional e, por conseguinte, no Resultado líquido do exercício.

Pelas mesmas razões, são ainda de considerar os impactos produzidos por contas de custos como alguns Fornecimentos e serviços externos e alguns Custos com pessoal, em que boa parte dos mesmos não são incorridos para satisfação de atividades produtivas geradoras de proveitos operacionais, mas simplesmente para cumprimento de obrigações de serviço público.

Como já foi referido, as operações financeiras não evidenciaram grandes alterações em valores absolutos, tendo registado um aumento de + 1,34%, essencialmente obtido por efeito do aumento em proveitos e ganhos financeiros (+2,35), ligeiramente atenuado pelo aumento, ainda que inferior em valores absolutos, em custos e perdas financeiras (+ 19,30%).

No caso das operações extraordinárias, que do lado dos proveitos reflete a arrecadação de receitas relativas a transferências de capital de proveniência externa (fundos comunitários) e que do lado dos custos reconhece as transferências de capital concedidas às freguesias e a outras entidades para apoio ao investimento, verificou-se uma elevada proximidade entre os proveitos dos dois últimos exercícios, com apenas mais 1.826,27 € (+ 0,21%) em 2018 e uma redução muito ligeira dos Custos, no montante de -35.475,56 € (- 3,19%).

Os dados relativos ao EBITDA e ao EBIT agravaram a evidência do quão é insuficiente a rentabilidade gerada pela atividade operacional municipal vista como um todo, não apenas porque uma significativa parte dos recursos utilizados na atividade municipal, que são geradores de gastos reconhecidos na formação do resultado operacional, não são eles próprios, no todo ou em parte, geradores de proveitos operacionais; mas igualmente



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

porque as atividades ditas lucrativas não adquirem um verdadeiro caráter lucrativo, dado que lhe estão imputados diversos custos sociais que não permitem uma suficiente cobertura dos custos pelos proveitos.

Ou seja, há uma proporção da atividade municipal orientada para o cumprimento de fins públicos e para a satisfação não lucrativa de reivindicações ou necessidades das populações, que afeta o bom desempenho do resultado operacional e que não é um problema em si mesmo, mas uma consequência natural da especificidade dos municípios, de que o Município de Oliveira do Hospital não se afasta, enquanto autarquia local e entidade pública boa concretizadora das finalidades que a Constituição e as leis lhe atribuem.

Por outro lado, há também uma ponderação do Executivo Municipal, manifestada nas suas decisões em matérias tarifárias, que protege os utentes dos serviços públicos essenciais, designadamente os mais carenciados e as famílias numerosas, no que concerne à aplicação de taxas mais agravadas, como o fazem os municípios em situação de desequilíbrio financeiro, ou à adoção de tarifários geradores de superávits na prestação de serviços públicos essenciais, o que também aqui não acontece.

Deve, no entanto, ser mantida uma preocupação de permanente ajustamento às realidades cada vez mais exigentes, designadamente em termos legais, que nos impõem a adoção de medidas que permitam melhorar a eficiência financeira da atividade dos serviços municipais, seja do lado da obtenção de poupanças na atividade quotidiana, seja também na distribuição mais equitativa dos deficits pelos utilizadores diretos dos diversos bens e serviços disponibilizados pela Câmara Municipal, isto é, procurando de forma progressiva e sem ignorar as situações de carência social que persistem, fazer maiores aproximações entre o custo da prestação de serviços e utilidades aos munícipes e o valor recuperado a título de taxas, tarifas e preços para os mesmos bens e serviços.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não foi verificada a ocorrência de quaisquer factos relevantes após o encerramento do exercício que pudessem determinar a inclusão de notas de enquadramento ou explicativas no presente Relatório.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em conformidade com o que se encontra estabelecido pelo POCAL, a aplicação do Resultado Líquido do Exercício referente ao ano de 2018, no montante de 122.944,06 €, deverá ser efetuada do seguinte modo:

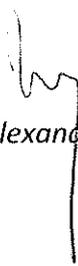
- Reservas Legais na proporção de 5% do Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 6.147,20 (seis mil cento e quarenta e sete euros e vinte cêntimos);
- Património, destinado a reforçar o Património até ao alcance do objetivo de correspondência com o Ativo Líquido, em 20%, de que resulta um valor de € 116.796,86. Uma vez que o valor do Resultado Líquido é inferior às necessidades de reforço do património, este deverá ser reforçado pelo valor restante do Resultado Líquido após subtraído do valor a afetar a Reservas Legais; ou seja, pelo referido montante de € 116.796,86 (cento e dezasseis mil, setecentos e noventa e seis euros e oitenta e seis cêntimos).

CONCLUSÃO

São estes os comentários e esclarecimentos que se entendem como necessários à leitura e correta interpretação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao Exercício do ano de 2018, os quais se sujeitam à apreciação e votação da Câmara Municipal, para posterior apreciação por parte da Assembleia Municipal nos termos legais.

OLIVEIRA DO HOSPITAL, 12 de abril de 2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,


- José Carlos Alexandrino Mendes -